

PERSPECTIVAS ATUAIS EM PSICOLOGIA

Reflexões dos
saberes e das
pluralidades

Marta Alice
Nelli Bahia
[organizadora]



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BAHIA, M. A. L. Perspectivas atuais em psicologia: reflexões dos saberes e das pluralidades (ORG). 1a edição: Gradus Editora. Bauru, 2025.

ISBN: 978-65-81033-82-8

A Gradus Editora adota a licença da Creative Commons CC BY: Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND: Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.



Direitos reservados à



GRADUS
EDITORA

Rua Luiz Gama, 237, 17054-300 - Vila
Independência - Bauru/SP
Contato (14) 98216-6549 / (14) 3245-7675
graduseditora@gmail.com.br
www.graduseditora.com Publicado no Brasil

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe — Lucas Almeida Dias

Capa — Natália Huang Azevedo Hypólito

Diagramação e Projeto gráfico — Natália Huang Azevedo Hypólito

Revisão — Lucas Almeida Dias

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

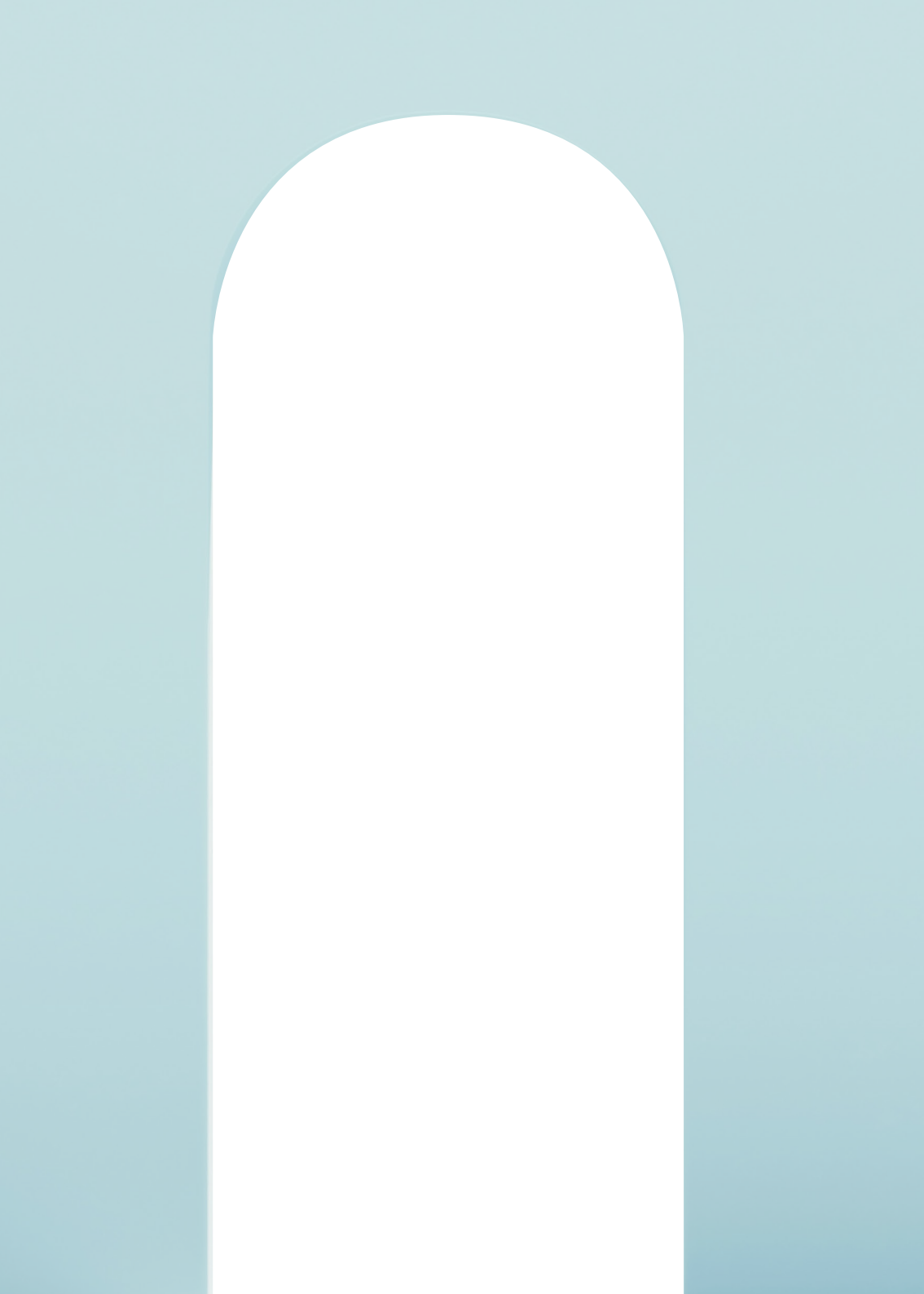
Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

PERSPECTIVAS ATUAIS EM PSICOLOGIA

Reflexões dos
saberes e das
pluralidades

Marta Alice
Nelli Bahia
[organizadora]





Sumário

Apresentação _____	7
Sobre os Autores _____	17
Capítulo 1 — O Corpo como Processo Simbólico: a Relevância das Práticas Corporais para a Psicologia Analítica _____	23
Capítulo 2 — Cuidados Paliativos em Unidade de Terapia Intensiva: Revisão de Literatura sobre os Trabalhos na Medicina e Psicologia _____	51
Capítulo 3 — As Contribuições de Sigmund Freud para a Psicanálise Contemporânea na Prática Clínica _____	67
Capítulo 4 — A História da Psicologia: Sua Emancipação da Filosofia _____	89
Capítulo 5 — A Evolução da Imagem Arquetípica do Feminino Retratada em Filmes e Contos de Fadas _____	103
Capítulo 6 — Castelos sobre Pântanos: uma Visão Crítica sobre a Apoteose da Psicopatologia _____	133
Capítulo 7 — O Desânimo de Alunos Superdotados e Práticas Pedagógicas Ineficientes, uma Relação Possível _____	159

Capítulo 8 — Jogos Lúdicos: Interpretar e
Compreender o Eu em Cena _____ 179

Capítulo 9 — Racismo e Intervenções
Psicoterapêuticas em Estudos
Publicados no Brasil _____ 197

Capítulo 10 — Fatores Sociodemográficos
e Psicossociais Associados ao Transtorno
por Uso de Substâncias Alcool e outras
Drogas: uma Revisão Sistemática _____ 223

Capítulo 11 — Os Impactos Psicológicos do
Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes ____ 251

APRESENTAÇÃO

A idealização da publicação deste livro teve início em uma reunião de colegiado, na qual docentes e coordenadora presentes com o intuito de qualificar ainda mais o Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru (FIB) e compartilhar suas pesquisas e interesses, cogitaram a organização e união dos seus estudos em um livro.

Especialmente neste ano de 2025 nosso curso comemora 10 anos, fato que impulsionou a organização deste livro para celebrar esse momento. Olhando para essa trajetória reconheço como este livro se faz importante, pois marca o processo de amadurecimento e legitimidade do curso. Relembro os primeiros passos desta graduação, pois acompanhei como docente o início do curso e posteriormente como coordenadora, observo o caminho para o crescimento e novas perspectivas dos docentes.

Desde 2015, docentes e alunos se engajavam em suas relações de aprendizagem, pautada na ética da profissão e amorosidade. Afinal, um curso de Psicologia obrigatoriamente deve se comprometer com a boa formação, considerando as Diretrizes Curriculares, atualizações na área, pesquisa e ciência. No entanto, a amorosidade e a empatia são características de todos os docentes, e esse entrelaçamento faz com que as relações docentes-docentes, alunos-alunos, docentes-alunos sejam leves num momento de seriedade e formação profissional.

Este livro, representa individualmente cada história referente a formação de cada professor e suas experiências, alguns em parceria com alunos que trilharam sua jornada nesta instituição de ensino e hoje colhem os frutos da formação e desses vínculos aqui construídos.

Cada capítulo deste livro retrata a prática dos professores, suas pesquisas e relações com o ensino e aprendizagem, ressaltando questões teóricas que contribuirão para instrumentalizar colegas psicólogos em suas práticas com um material comprometido com a ética, a ciência e a pesquisa, bem como a boa prática da profissão.

Começamos com um convite aos estudos e reflexões das autoras Ana Carolina Gak e Marta Alice Nelli Bahia acerca da identidade corpo-psique com a intenção de produzir recursos interpretativos para uma análise dos fenômenos simbólicos, introduzindo os caminhos que fundamentam o corpo dentro do viés psicossomático, as práticas corporais que exploram e evidenciam o corpo humano como agente gerador e catalizador de símbolos nos possíveis caminhos das elaborações psíquicas. No capítulo *“O corpo como processo simbólico: a relevância das práticas corporais para a psicologia analítica”*, descrevem as práticas corporais como técnicas mobilizadoras para o trabalho no setting analítico, alinhadas a premissa junguiana de que o homem se orienta em função de símbolos, propiciam o contato com o simbólico ao criar possibilidades criativas para além das narrativas idiomáticas.

Em seguida, Andreia Barbosa de Lima e Gabriel Persin Jandreice, discorre que a Psicologia Hospitalar é uma especialidade regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), e essa área articula diversos saberes e possibilidades de atuação. Diante da diversidade de possibilidades e demandas no hospital, o capítulo “*Cuidados paliativos em unidade de terapia intensiva: revisão de literatura sobre os trabalhos na medicina e psicologia*” apresenta uma área do hospital que é a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e os Cuidados Paliativos (CP) nesse ambiente, que envolve família e paciente. Assim, os autores desse capítulo realizaram um levantamento de trabalhos relacionados a psicologia e a medicina, sendo essas duas especialidades importantes no atendimento à família e paciente em UTI e em CP. Nota-se que os trabalhos da medicina se baseiam em sua maioria em aspectos relacionados a analgesias e sintomas físicos e os da psicologia nos aspectos psicossociais experimentados pela família e paciente. Assim, os trabalhos da psicologia preenchem uma lacuna no que diz respeito a necessidade do paciente e a família serem atendidos em sua integralidade, considerando as repercussões físicas, emocionais e sociais envolvidas nesse momento, além do luto e perda. Importante apontar o benefício da interação das especialidades (medicina e psicologia) no ambiente hospitalar considerando o indivíduo em sua totalidade e necessidades para além das orgânicas.

Com Bruna de Oliveira Genaro e Cristiane Araujo Dameto no capítulo “*As contribuições de Sigmund Freud*

para a psicanálise contemporânea na prática clínica”, o leitor encontra uma visão didática e detalhada sobre a evolução da teoria psicanalítica criada e desenvolvida por Sigmund Freud, com destaque para os conceitos fundamentais que serviram de alicerce para que autores contemporâneos pudessem introduzir novas perspectivas e enriquecer o campo psicanalítico, conservando a psicanálise como um imprescindível método de tratamento para os dias atuais.

Dilson Brito da Rocha nesse capítulo propõe em seus estudos uma reflexão sobre a máxima que reza que a psicologia tem um longo passado e uma breve história perpassa o capítulo intitulado “*A história da Psicologia: Sua emancipação da Filosofia*”. Dessarte, o autor versa acerca de questões que giram em torno da história da psicologia, desde sua gênese filosófica, colimando nas escolas nascentes da psicologia moderna. Tem-se que, a psicologia é abarcada no âmago da filosofia, o que remonta ao período clássico até o advento do positivismo que, no que lhe concerne, permeia irrestritamente as ciências, reivindicando a emancipação da metafísica, *conditio sine qua non* para a eclosão das especialidades. Desse modo, o autor sustenta que a psicologia, ao seguir os lineamentos científicos, agenciou um estatuto intrínseco, sendo admitida como ciência, a despeito de suas peculiaridades. De qualquer maneira, o autor depreende que a filosofia lega bases sólidas para a psicologia e, *a fortiori*, lhe ampara a fim de que esta não incorra num gênero de reificação do sujeito, uma consequência periculosa do *modus operandi* cientificista

O capítulo 5 – “A evolução da imagem arquetípica do feminino retratada em filmes e contos de fadas”, Fabiani de Almeida e Mônica Perri Kohl Gregghi traz uma reflexão sobre discutir a evolução da fase imagem arquetípica feminina em filmes e contos de fadas. Tais representações refletem o desenvolvimento social e cultural em direção a uma maior igualdade de gênero. Se antes os arquétipos femininos estavam limitados por normas patriarcais, agora as representações tendem a incluir diversidade, força e complexidade. No entanto, essa evolução não é um processo linear, e os desafios relacionados à equidade de gênero persistem. Há um claro movimento em direção a representações mais justas e autênticas, mas a luta pela liberdade narrativa e pela autonomia feminina continua. À medida que a sociedade avança, é imperativo que as histórias que contamos sobre o feminino também acompanhem essa evolução, proporcionando modelos que inspirem e empoderem as novas gerações. A reflexão e a crítica sobre esses arquétipos nos ajudam a entender não apenas a evolução das narrativas, mas também a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todas as vozes femininas tenham espaço para serem ouvidas e valorizadas. A percepção de que as mulheres são protagonistas de suas próprias histórias, com seus próprios desejos e anseios, é um avanço significativo e crucial, que reflete a luta constante por reconhecimento e igualdade. Portanto, ao revisitarmos os contos de fadas e filmes, devemos sempre considerar não apenas os arquétipos que encontramos, mas também aqueles que aspiramos criar e compartilhar.

No capítulo “Castelos sobre pântanos: uma visão crítica sobre a apoteose da psicopatologia”, os autores João Victor Pereira Bernardes e João Paulo Martins, conduzem o leitor por uma análise filosófico-existencial das bases da psicopatologia contemporânea, articulando conceitos da fenomenologia de Husserl e da ontologia fundamental de Heidegger. Ao longo do texto, questiona-se a naturalização do sofrimento psíquico e sua captura por lógicas classificatórias e medicalizantes, como as do DSM, que desconsideram a singularidade do ser. Por meio de um percurso crítico que passa pelas origens da fenomenologia, pelas críticas à tradição metafísica ocidental e pela proposta de pensar o sofrimento a partir da existência concreta do Dasein, o leitor é convidado a refletir sobre os limites das abordagens técnico-normativas na compreensão da subjetividade. Este capítulo é, portanto, uma provocação à psicologia e à psiquiatria modernas para que se reabram à complexidade do Ser e ao sentido das experiências humanas, resistindo à tentação de reduzir a existência a categorias diagnósticas estanques.

Laila Mucheroni Gonçalves Capetti e Daniela Garcia Bandeca Schwingel destacam que sujeitos nomeados como Superdotados são vistos pelo senso comum como aqueles que possuem desempenho excepcional em contextos acadêmicos e que, geralmente, estão em maior destaque neste meio. Porém, as Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) são um conjunto complexo de fatores pessoais e comportamentos que abrangem nichos não somente escolares, mas também

em diversas outras esferas. No entanto, este contexto escolar pode não estar “preparado” para receber indivíduos com AH/SD. Neste capítulo *“O desânimo de alunos superdotados e práticas pedagógicas ineficientes, uma relação possível”* elucida o conceito de AH/SD, bem como busca-se compreender a relação existente entre múltiplas queixas que circundam o ambiente escolar apresentadas por estudantes com AH/SD do ensino regular brasileiro e a falta de intervenções adequadas ao seu desenvolvimento e aprendizagem.

Em *“Jogos Lúdicos: interpretar e compreender o EU em cena”*, Keylla Keyt Santos Martins e Vera Lúcia Luvizutto Okubo apresentam estudos em que as crianças são espontaneamente lúdicas, brincadeiras e jogos são sinônimos de diversão e entretenimento para maior parte delas. As atividades lúdicas contribuem também para o aprimoramento de habilidades, construção de mecanismos de defesas, a busca e descoberta pelos desejos, comportamentos, reflexos e pensamentos. Desta forma, desenvolvem várias modalidades de expressão, como o representar e o imaginar. O lúdico não só expõe representações internas, como possibilita o entendimento dessas representações psicológicas construídas pela criança. Sendo assim, por meio da ludicidade, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais, sociais, motoras e psicológicas.

Vitória Emanuelle B. Martins Cherbele e Florêncio M. Costa Júnior em *“Racismo e intervenções psicoterapêuticas em estudos publicados no Brasil”* parte da compreensão do racismo como um fenômeno

complexo e sistemático de discriminação que tem a raça como fundamento central. No texto os autores abordam as diferentes manifestações do racismo nas interações humanas e como ele produz diversas desvantagens, processos de exclusão e violência sobre determinados grupos raciais. Por meio de uma revisão sistemática de literatura o capítulo problematiza como as publicações brasileiras têm analisado e discutido o racismo e suas repercussões na formação e na prática clínica de psicólogas (os) e psicoterapias direcionadas a pessoas pretas. O material elucida o quanto os debates sobre questões raciais são invisibilizados nas formações em Psicologia e que a ausência de uma formação crítica a respeito da forma como as estruturas raciais operam na sociedade, resultam na incapacidade dos profissionais da área em analisarem o sofrimento desse grupo a partir de um horizonte histórico amplo, ocasionando no desconhecimento da causalidade entre esse sistema de dominação e o sofrimento vivido por pessoas pretas.

Viviane Geronimo da Silva e Renata de Almeida Moraes Possato, apresentam o transtorno por uso de substâncias (álcool e/ou outras drogas) é na atualidade um problema de saúde pública, atingindo todas esferas da sociedade, causando sofrimento aos indivíduos envolvidos neste contexto e então, justificando reflexões e constatações que favoreçam maior compreensão sobre as variáveis associadas à dependência química. No capítulo *“Fatores sociodemográficos e psicossociais associados ao transtorno por uso de substâncias álcool e outras drogas: uma revisão sistemática”* serão

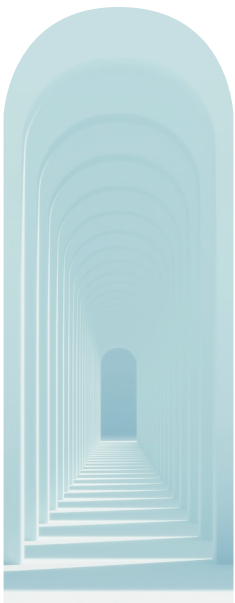
apresentados conceitos, um compilado de dados sobre pesquisas da área e por fim, discussões possíveis sobre a luz da teoria da Análise do Comportamento.

Ingrid Lima Batista e Marina Rodrigues Bighetti Godoy, autoras do capítulo “*Os impactos psicológicos do abuso sexual em crianças e adolescentes*”. Nele, argumentam sobre os impactos do abuso sexual, que podem afetar o desenvolvimento psicológico, emocional das vítimas, resultando em patologias como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático e a importância da rede de atendimento para que esses impactos sejam superados, assim como a intervenção psicológica para superação do trauma sejam realizados por profissionais capacitados para lidar com as vítimas, visando amenizar os prejuízos emocionais e psicológicos causados por essa violência.

Convido você a embarcar nesta jornada que explora as diversas perspectivas que a psicologia nos oferece sobre a condição humana. Ao longo deste livro, apresentaremos reflexões que celebram a diversidade de experiências e pensamentos, ressaltando a importância de compreendê-las em um mundo cada vez mais plural. Espero que, ao final da leitura, você se sinta encorajado a abraçar essa diversidade e a aplicar as lições aprendidas em sua própria vida. Agradeço a todos que tornaram esta obra possível e desejo que ela seja um catalisador para o seu crescimento pessoal e intelectual.

Desejo uma ótima leitura a todos.

Andréia Barbosa de Lima



SOBRE OS AUTORES

Ana Carolina de Souza Gak – Formada em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Bauru (FIB). É psicóloga clínica na abordagem junguiana e pesquisadora de processos corporais em dinâmicas de grupo. Faz intersecção entre a Arte e a Psicologia com base em sua formação como atriz e especialização em Literatura pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, investiga como os processos psíquicos são expressos no corpo em seu trabalho de arteterapia.

Andréia Barbosa de Lima - Psicóloga Clínica com Formação em Psicoterapia Psicanalítica pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP. Especialização em Docência do Ensino Superior. Especialização em Práticas em Educação Especial e Inclusiva. Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Docente e coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru (FIB).

Bruna de Oliveira Genaro – Graduanda em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Estagiária na área clínica (CEPAFIB) na abordagem psicanalítica e também em Intervenções Breves. Estagiária em Psicologia Social no PROMAI - Programa Municipal de Assistência ao Idoso.

Cristiane Araujo Dameto – Psicóloga, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP campus de Bauru. Especialista em Psicoterapia na abordagem

psicanalítica e em Psicoterapia Breve. Psicóloga clínica desde 1994. Psicóloga durante 9 anos do Hospital Psiquiátrico Associação Beneficente Cristã em Bauru Ex docente substituta do curso de Psicologia da Unesp - Bauru. Atualmente docente do curso de Psicologia nas Faculdades Integradas de Bauru. Supervisora do estágio em clínica na abordagem psicanalítica e Intervenções Breves na CEPAFIB e Psicóloga Clínica. Orientadora de TCC na área de Psicanálise e Saúde Mental.

Daniela Garcia Bandeca Schwingel - Mestre em Odontologia - área de pesquisa Saúde Coletiva pela Universidade do Sagrado Coração (2019), Especialista em Neuropsicologia pelo IPOG (2022). Especialista em Psicologia do Trânsito - Título proferido pelo Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (2009), Especialização em Psicologia Clínica pelo HRAC - Hospital de Anomalias Crânio faciais, USP - Bauru (2003), Especialização em Psicopedagogia pela Universidade do Sagrado Coração (2002). Possui graduação em Psicologia - Licenciatura e Formação de Psicólogo pela Universidade do Sagrado Coração (1997). Proprietária da Psicovita, representante de editoras de testes psicológicos, onde presta serviços de assessoria e treinamento na área de avaliação psicológica. Docente convidada do curso de Especialização em Neuropsicologia do CENSUEG, na disciplina de Psicometria Aplicada à Avaliação Neuropsicológica. Docente da FIB - Bauru (Faculdades Integradas de Bauru) no curso de Psicologia, disciplina de Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico e Técnicas de Observação e Entrevista.

Dilson Brito da Rocha - Graduado em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Bauru (FIB); Graduação em Filosofia pela Universidade de Franca (UNIFRAN);

Graduação em Teologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL); Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília); Mestrado em Teologia (Patrística e Escolástica) pela Pontifícia Università Gregoriana (PUG/Roma, Itália); Doutorando em Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Pesquisador vinculado ao grupo de pesquisa Estudos do Idealismo - GPEI na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília) - CNPq; Docente nas Faculdades Integradas de Bauru (FIB).

Fabiani de Almeida - Graduanda do curso de Psicologia na Faculdade FIB Bauru. Técnica em Marketing pela Etec Centro Paula Souza - Extensão EE Prof. Christino Cabral Bauru (2010) e Bacharel em Administração pela Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul (2014).

Florêncio M. Costa Júnior - Psicólogo (UNESP/Bauru), docente curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Psicólogo clínico no Instituto de Análise do Comportamento de Bauru (IACB). Doutor em Medicina Preventiva (USP/ São Paulo). Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (UNESP/Bauru).

Gabriel Persin Jandreice - Psicólogo Clínico. Formado pela FIB e Pós-graduando em Neuropsicologia pelo INDEP.

Ingrid Lima Batista - Egressa em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Atua na área de defesa e proteção de crianças e adolescentes como Conselheira Tutelar. Possui experiência em projetos sociais voltados ao desenvolvimento infantil e juvenil.

João Victor Pereira Bernardes – Graduando do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru.

João Paulo Martins – Psicólogo, Especialista em Clínica Fenomenológica-Hermenêutica (Instituto Dasein) e em Gestão Estratégica de Pessoas (Fundação Getúlio Vargas – FGV), Mestre em Filosofia (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Marília) e Doutorando em Psicologia (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Bauru). Atua como psicólogo clínico e docente na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE – Jaú), no Centro Universitário Eduvale (UNEDUVALE – Avaré) e nas Faculdades Integradas de Bauru (FIB – Bauru)

Keylla Keyt Santos Martins – Psicóloga graduada pela Faculdades Integradas de Bauru – FIB. Pós Graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho – UNINTER. Analista de Desenvolvimento RH Pleno na empresa BRACELL (Lençóis Paulista com atuação em desenvolvimento humano e organizacional em Portas de Entrada (estagiários, aprendizes e trainees), com foco em educação corporativa (treinamentos) e trilha de aprendizagem. Ponto focal na unidade de São Paulo nas ações de cultura e diversidade e inclusão

Laila Mucheroni Gonçalves Capetti – Graduanda do curso Bacharelado em Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru (FIB). É estagiária de Psicologia Organizacional e do Trabalho na instituição Clínica Ocuppe, e de Práticas Clínicas na Clínica Escola de Psicologia Aplicada - FIB (CEPA-FIB). Possui enquanto áreas de interesse a Psicologia Clínica, Neuropsicologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho

Marina Rodrigues Bighetti Godoy - Psicóloga graduada pela UNESP. Doutora em Ciências (FOB/USP). Arteterapeuta e Psicodramatista. Atua como psicóloga social, clínica e docente do curso de graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru

Marta Alice Nelli Bahia – Graduada pela Universidade do Sagrado Coração - USC – Bauru. Mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP – Bauru. Especialista pelo CFP como psicóloga clínica e psicóloga do trânsito Docente do curso de Psicologia nas Faculdades Integradas de Bauru. Docente e supervisora clínica da pós graduação no Instituto PSIADI – Bauru. Psicóloga e Supervisora Clínica de orientação Junguiana. Credenciada pelo DETRAN/SP. Membro fundadora do NEJ – Núcleo de Estudos Junguianos de Bauru.

Mônica Perri Kohl Greggi - Graduada em psicologia pela PUCSP. Doutora em Psicologia Clínica de orientação Junguiana pela PUCSP. Mestre em Psicossomática e Psicologia Hospitalar pela PUCSP. Psicóloga especialista em Psicologia da criança e do adolescente pela Université de Toulouse-Le Mirail, em Toulouse, França. Psicóloga Especialista em Didática do ensino Superior pela USC. Membro titulado como terapeuta de Sandplay pelo Instituto Brasileiro de terapia de Sandplay-SP, vinculado à International Society of Sandplay Therapy-ISST-Suíça. Docente universitária e supervisora clínica no curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru -SP. Atuação nas áreas de: psicossomática, psicoterapia breve, psicoterapia de adultos, crianças e adolescentes.

Renata de Almeida Moraes Possato – Psicóloga Clínica, Professora Universitária, Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB- UNESP)

Vera Lúcia Luvizutto Okubo - Graduada em Psicologia e Pedagogia. Mestra em Saúde Coletiva. Aperfeiçoamento em Psicologia Clínica. Especialista em Gestão Escolar e Educação Inclusiva. Psicóloga e Coordenadora Escolar. Professora e Psicóloga das Faculdades Integradas de Bauru.

Viviane Geronimo da Silva – Discente do curso de graduação da Faculdades Integradas de Bauru (FIB)

Vitória Emanuelle B. Martins Cherbele - Psicóloga (FIB). Residência profissional da saúde HRAC-USP.

O CORPO COMO PROCESSO SIMBÓLICO: a Relevância das Práticas Corporais para a Psicologia Analítica

Ana Carolina Gak e Marta Alice Nelli Bahia

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de um século do nascimento da Psicologia a necessidade de revisar a relação entre os pressupostos teóricos e práticos dessa ciência emerge como consequência dos impasses dos novos tempos. Se nos primórdios do século XX a Psicologia desbravava áreas incutida pelos desafios e mistérios, ao passar dos anos, esse movimento foi se sedimentando e perdendo a vitalidade original em favor da unidade de purezas conceituais, corroborando para a cristalização dos fenômenos psíquicos.

Atualmente, em meio aos abalos nos alicerces sociais movidos pelos tempos pandêmicos, a urgência de reinventar conceitos e técnicas psicológicas surge junto com a necessidade de fomentar diálogos que cultivem soluções para os dilemas contemporâneos. Nesses parâmetros, a investigação do corpo como processo simbólico torna-se uma perspectiva relevante para compreender os fenômenos do adoecimento psíquico (SANT'ANNA, 2005).

Segundo Mendonça (2004), o corpo pode ser concebido como uma presença material, física, capaz de

agrupar características comuns em todas as espécies. Entretanto, a experiência que cada indivíduo tem com seu corpo demarca a especificidade identitária que garante sua unicidade. Logo, a realidade que delimita as barreiras humanas possui uma natureza íntima que ultrapassa a própria matéria.

Na Psicologia, as abordagens comprometidas em explicar o corpo como uma expressão psíquica se amparam sob os fenômenos psicossomáticos. Estes fenômenos fazem parte de um pensamento transdisciplinar acerca da vida humana que reconhece a interdependência entre mente e corpo como fundamental para todos os estágios de saúde e doença. Portanto, a linha psicossomática garante uma visão holística na qual “há sempre um pluralismo na observação de qualquer fenômeno” (RAMOS, 2018, p.47).

Em contraste aos estudos psicossomáticos, os estudos sobre o corpo ao longo da história evidenciam uma supremacia conceitual ao dualismo psicofísico que possui como característica básica a percepção do humano em duas dimensões: física e mental. Esta tendência deriva-se da gênese do pensamento primitivo no qual o mundo era percebido somente em duas dimensões: acima e abaixo do olhar, terra e céu (MENDONÇA, 2004).

Desta maneira, é possível constatar que a concepção psicofísica deriva do pensamento primitivo que tende a simplificar o que está ao entorno. Outros modelos que se sucederam ao modelo primitivo, como os modelos grego e cartesiano também mantiveram a dualidade entre corpo e mente. Tal herança foi passada para

os moldes do modelo biomédico no qual o foco na interação entre os fatores psicológicos, biológicos, ambientais e pessoais foi modificado pelo destaque dado as anormalidades biológicas que, por sua vez, tem como tendência reduzir os sistemas em partes menores de maneira que cada sistema fosse considerado separadamente (RAMOS, 2018).

A disseminação do conceito psicofísico ainda imprime nos tempos atuais um pensamento em torno da saúde humana que setoriza o indivíduo, reforçando uma visão fragmentada do ser humano. É perceptível no campo da medicina ocidental, por exemplo, uma predominância em compartimentalizar e padronizar sintomas. Esses padrões, entretanto, ao modelarem os conceitos da relação mente-corpo têm trazido movimentações aos conceitos psicossomáticos por oferecerem contrapontos importantes para a defesa do pensamento holístico.

A relação sincrônica entre o corpo e a mente possui ligações íntimas com a psicologia junguiana. Segundo Carl Gustav Jung (1875-1961), nossa psique é estruturada à imagem do mundo e o que ocorre num plano maior se produz também no quadro mais íntimo e subjetivo da alma. Nesse sentido, o homem experiencia o inconsciente através do corpo. Jung, em sua publicação “Nietzsche´s Zarathustra”, referiu-se ao Si-mesmo como corpo e psique, sendo o corpo a manifestação externa do Si-mesmo e a alma a vida do corpo (REIS, 2002).

Dentro de um panorama histórico da Psicologia Analítica, os estudos sobre o fenômeno mente-corpo

aparecem com mais relevância pela primeira vez junto ao conceito de complexo descoberto através do teste de associação livre de palavras. Essa teoria sobre os complexos levou Jung a desenvolver o conceito de arquétipo que indica a existência de determinadas formas na psique, que estão presentes em todo tempo e lugar, mas que só se tornam conscientes, quando conferindo uma forma definida aos conteúdos (JUNG, 1951/2007).

Apartir das considerações teóricas sobre o arquétipo psicóide em 1946, o conceito de arquétipo passa a ser estudado como uma entidade psicossomática, sendo *psicose* um adjetivo que exprime a possibilidade de algo ser tanto psíquico como não psíquico, podendo ser entendido como um todo antinômico e paradoxal (OLIVEIRA, 2018). Nisto, a dicotomia entre psíquico e somático foi anulada em prol de um pensamento holístico na teoria junguiana.

Os estudos psicossomáticos na psicologia junguiana dão luz à cena do corpo ao dar vazão aos conceitos de arquétipo psicóide, destacando a compreensão da psique coletiva no corpo, junto aos arquétipos e símbolos.

Na obra “Os arquétipos e o inconsciente coletivo”, Jung descreve o símbolo como um “*corpo vivo, corpus et anima*”, pois nas camadas mais arcaicas da psique há uma aproximação dos sistemas funcionais autônomos. Segundo Jung, as camadas se tornam gradativamente mais coletivas a fim de universalizar e, ao mesmo tempo, se extinguirem na materialidade do corpo. Em outras palavras: quanto mais arcaico, ou, mais fisiológico é o

símbolo, tanto “mais material”, coletivo e universal o símbolo se demonstra ser (JUNG, 1951).

Nesse sentido, há uma conexão entre o inconsciente coletivo e o símbolo que se imprime nas camadas do corpo, fluindo entre o mundo e o corpo humano. O símbolo é detentor de uma grande força e vibração, sendo prenhe de sentidos (OLIVEIRA, 2018).

Portanto, símbolo corporificado pode surgir durante a experiência com técnicas psicológicas e terapêuticas. Uma vivência profunda capaz de estimular a sensação, percepção e integração com o meio guia o humano a novos comportamentos, colocando a vida sob um novo prisma.

Para Jung, “um símbolo é vivo só quando é para o observador a expressão mais plena do pressentido e ainda não consciente” (JUNG, 1921/2013, p.489, par 909). Sendo assim, a vivência de um símbolo através do corpo tem efeito de catalisar as potências de vida e dissolver complexos quando emergido ao campo psíquico do sujeito.

Se por um lado a valorização do corpo dentro dos teoremas psicológicos trouxe maior destaque ao desenvolvimento de práticas e técnicas expressivas corporais, por outro, a necessidade de criar teoremas sobre as representações psíquicas também provocou uma reação contrária: a “descorporificação” do corpo.

Segundo Albertini e Freitas (2009), o corpo psicológico ainda possui dificuldade de encontrar seu lugar na sociedade, visto que até mesmo os profissionais da saúde têm conflitos em lidar com o corpo, tendo em

vista as formações profissionais unilateralizadas que privilegiam o pensamento biomédico.

No intuito de romper com o padrão vigente, percebe-se a necessidade de desenvolver pesquisas em torno de um pensamento holístico que contribua para um conhecimento não estratificado entre mente-corpo. Nessa perspectiva, a relevância científica do presente estudo se justifica em trazer contribuições para uma leitura mais integral das manifestações corpóreas e psíquicas, favorecendo o aumento desse pensamento no campo científico, pois, infelizmente, ainda há uma carência de literaturas que defendam uma compreensão mais holística dos fenômenos. Dito isto, salienta-se a predominância de referências bibliográficas mais antigas ao longo deste estudo justamente pelo baixo número de pesquisas atuais que se utilizem de compreensões psicossomáticas.

Partindo da necessidade de compreender o fenômeno do adoecimento psíquico, ainda mais agravado pela pandemia da COVID-19, a relevância social do presente trabalho se constrói na intenção de proporcionar conhecimento acerca da importância das práticas e técnicas corporais na psicoterapia junguiana como estratégias de ação importantes na compreensão do processo saúde-doença. Nesse quesito, a justificativa desse estudo se edifica no argumento de difundir e destacar a relevância de técnicas corporais em trabalhos psicológicos que potencializem a perspectiva não estratificada entre corpo e psique.

Em suma, no intuito de corroborar com os estudos da área, o presente trabalho possui como objetivo geral apresentar a importância das práticas corporais para o trabalho da Psicologia Analítica, assim como especificamente tem o objetivo de responder como a teoria junguiana enxerga o corpo dentro do fenômeno de identidade corpo-mente.

Desenvolvimento

Na intenção de tecer a importância das práticas corporais para a Psicologia Analítica, a discussão do presente trabalho se distribui em 5 itens que teve como propósito construir um tempo narrativo amparado em conceitos e práticas que subsidiam a compreensão do leitor acerca da relevância da análise corporal para o pensamento junguiano centradas em: (1) Corpo e símbolo; (2) Perspectiva Histórica da Psicologia Analítica; (3) Práticas Corporais; (4) Corpo e Movimento: A Dança; (5) Corpo e Testemunha: O Movimento Autêntico.

O primeiro tópico trouxe como proposta contextualizar a noção histórica do corpo perpassando pela maneira como a Psicologia Analítica compreende o fenômeno corpo-mente, tal como o corpo como elemento simbólico. Em seguida, o segundo item explorou, através de um referencial histórico, a trajetória dos estudos em Psicologia Analítica a fim de desembocar nos conceitos importantes para a abordagem psicossomática, assim

como para a compreensão das técnicas corporais sob o viés junguiano.

Em sequência, a partir do terceiro tópico, o estudo adentrou as noções das práticas corporais, destacando a Dança e a prática do Movimento Autêntico como recursos vivos que sustentam a importância de investigar e trabalhar com o corpo dentro de uma abordagem “psico-simbólica”.

Corpo e Símbolo

Em qualquer época o corpo ocupa um importante lugar de análise, seja na vivência de um sintoma, seja na experiência do mistério. As grandes mudanças sucedidas no final do século XIX e, mais recentemente, no início do século XXI, mobilizaram significativamente os conhecimentos e manifestações dos sujeitos em relação aos seus corpos e afetos (FERREIRA e PARAVIDINI 2019).

Muitas culturas e tradições discutem a dimensão corporal na descrição integral do ser humano. A dimensão corpórea oferece uma representação do que transcende ao núcleo consciente do homem (MENDONÇA, 2004). Ou seja, a presença da corporeidade fundamenta muitos dos conhecimentos subjetivos, sendo o corpo tanto uma estrutura para a análise do homem enquanto objeto de conhecimento, quanto como sujeito do mesmo. Portanto, pode-se dizer que o ser humano interage com o mundo externo e interno a partir de sua corporeidade (CARDOSO e MASSIMI, 2018).

Segundo Ferreira (2008), o corpo promove mediação com o mundo sendo a função estruturante para a formação psíquica do homem. Esse corpo, que é simultaneamente próprio e alheio, reconhecido e desconhecido, é passível das mais variadas influências. Ferreira destaca que o corpo carrega marcas que se imprimem na constituição subjetiva e, caso essas marcas não sejam simbolizadas pelo indivíduo, elas podem se manifestar no corpo por meio, por exemplo, do aparecimento de doenças mais comumente conhecidas como autoimunes.

O corpo humano, através de sua materialização, conserva uma imagem e um conteúdo comunicante entre realidades internas e externas. Nesse viés, havendo a necessidade de ir além das explicações anatômicas-funcionais estudadas pelas ciências médicas, a Psicologia Analítica promove considerações entre o corpo psíquico e somático, concebendo-o como um elemento simbólico (FERREIRA e PARAVIDINI, 2019).

A esses parâmetros, o elemento simbólico, ou o símbolo propriamente dito, é um nome ou imagem que pode ter características familiares, mas com conotações ocultas. De acordo com Jung (2000, p.20) “uma palavra ou imagem é simbólica quando implica algo para além de seu significado manifesto”. Explorar um símbolo é, portanto, um processo dirigido para fora das ruas asfaltadas da consciência, embrenhado nos caminhos barrocos do inconsciente que sujam, marcam e modelam a alma.

A respeito dos caminhos simbólicos, Vargas (2002) destaca o símbolo como elemento de comunicação

entre as esferas psíquica consciente e inconsciente. O autor ressalta que “é por meio dos símbolos que os diferentes arquétipos estruturam nossa consciência, nosso ego, ao longo da existência” (VARGAS, 2002, p. 30). Por esse sentido, o corpo como uma via simbólica pode ser estudado como uma dimensão estruturante da consciência.

As análises simbólicas adquirem um carácter de valor precioso para o sujeito quando elaboradas por meio de experiências que conservam uma parte do valor mítico-simbólico (BOSCO, 2017). Isto posto, ao analisar a experiência de manifestações simbólicas, deve-se tomar cuidado para não se debruçar nas explicações causais que esvaziam o sentido do símbolo.

Analisar o câncer no útero como consequência de um problema com o feminino, por exemplo, é esvaziar a potência simbólica, pois, falar sobre o corpo como processo simbólico é falar justamente o oposto da causalidade. É na corda bamba do desconhecido, no caminho entre as polaridades, que o símbolo se sustenta. Parafraseando Hillman (1999): literalismo é a doença.

De acordo com a Psicologia Analítica, a natureza e a origem dos símbolos não são individuais, mas coletivos. Assim sendo, o corpo pode ser compreendido como símbolo dentro de uma dimensão arquetípica, tendo sua estrutura e partes reveladas de acordo com as intenções da essência do sujeito.

O simbolismo do corpo evidencia a dimensão do corpo-matéria como somente uma variável a ser compreendida. Por isso, é necessário ouvir o corpo que

se expressa por meio dos desejos e escutar o que anuncia e denuncia o universo consciente e inconsciente do homem (FERREIRA, 2019).

Oliveira (2018), em dada passagem de “O corpo do psicoterapeuta na prática clínica”, tece críticas aos estudos que buscam dar função de finalidade ao símbolo. Na tese, a autora traça a seguinte comparação: caso os pés humanos sejam utilizados somente como metáforas para representações do enraizamento, do apoio na realidade, é muito provável que se esteja matando a potência simbólica do pé como parte do corpo sentido e vivido. De acordo com a autora, a premissa básica para a análise de um símbolo é a garantia da permanência de movimento. Em outras palavras, o simbolismo se expressa no contínuo fluxo de energia psíquica.

Jung (1921/2013) em “Tipos Psicológicos”, ao explicar a função transcendente, enfatiza a importância do movimento da energia psíquica para a geração do símbolo:

Não entendo por “função” uma função básica, mas uma função complexa composta por outras funções; e, por “transcendente” não uma qualidade metafísica, mas o fato de que por esta função se cria a passagem de uma atitude para outra. A matéria prima elaborada pela tese e antítese em seu processo de formação é o símbolo vivo (JUNG, 1921/2013, p. 493, par. 917).

Nesse sentido, Jung, ao falar da tese e antítese como matéria prima para a construção do símbolo, explicita que o fenômeno básico da experiência simbólica está na criação de uma atitude para a outra, ou seja, no movimento

entre polaridades. Corpo e psique, sendo componentes da totalidade, oferecem uma ponte entre a dualidade e o paradoxo, proporcionando no caminho entre matéria e psique, a vivência do símbolo (OLIVERA, 2018).

Adiante, na conferência de 1926, na sessão “Espírito e Vida”, Jung discute a relação entre as imagens psíquicas e a consciência, dando maior ênfase a questão mente e corpo ao discutir a expressão imagética da psique: “da mesma forma que a matéria corporal (...) precisa da psique para se tornar capaz de viver, a psique também pressupõe do corpo para que suas imagens possam viver” (JUNG, p.335, 1926). Assim dizendo, a relação de troca entre essas duas instâncias, corpo e psique, é a base para o processo de individuação, uma vez que não é possível individuar-se caso não haja corpo: caso não haja a transferência de energia psíquica entre os pares de opostos (FILHO, 2018).

Diante do exposto, a fim de compreender o estudo levantado neste trabalho referente a análise de práticas corporais que auxiliam no desenvolvimento do processo simbólico, é pertinente discorrer sinteticamente sobre o desenvolvimento da Psicologia Analítica, entendendo a origem e os desdobramentos levantados pelos pós-junguianos representados com destaque pela construção da Psicologia Arquetípica de James Hillman (1926-2011) e pela Psicologia Simbólica de Carlos Byington (1933-2019). Pois, entender a relação das escolas conceituais na psicologia junguiana aproxima o leitor da compreensão sobre o espaço de importância cedido às técnicas corporais nessa abordagem.

Perspectiva Histórica da Psicologia Analítica

Os trabalhos iniciais de Jung pautavam-se na compreensão causalista dos fenômenos psicopatológicos por meio de métodos quantitativos, experimentais e de uma investigação redutiva psicanalítica. Esta fase inicial se consagra até 1913 com a publicação do livro “Transformações e Símbolos da Libido” e com o rompimento de Jung com Freud e a Psicanálise. É esse o momento no qual Jung apresenta em seus estudos um novo método de investigação dos fenômenos psíquicos chamado de “método associativo-comparativo” (PADUA e SERBENA, 2018).

O método associativo comparativo fundamenta a filogênese dos elementos psicológicos na dimensão arquetípica/coletiva em contraste a perspectiva ontogenética individual de Freud. A criação deste método direciona Jung para a hipótese de um inconsciente mitológico no qual o material individual faz correlação com o material mitológico e coletivo. Portanto, o método comparativo é apontado na história da Psicologia Analítica como a raiz da amplificação simbólica (PADUA e SERBENA, 2018).

O conceito de inconsciente coletivo abre margem para a criação de uma abordagem simbólica dos fenômenos psicológicos através do método hermenêutico sintético-construtivo. Isso significa que a Psicologia Analítica compreende os fenômenos não somente por uma lógica racional causal, mas pela noção hermenêutica que faz uma análise de mundo por meio de analogias de imagens com seus sentidos

e significados (PENNA, 2014). Logo, falar sobre o ser humano é dialogar com seus aspectos irracionais, imaginativos e intuitivos que influem tanto na dimensão invisível da psique quanto na esfera material do corpo.

Segundo Padua e Serbena (2018), por razões da Psicologia Analítica destacar uma perspectiva dialética em detrimento a lógica linear, fez-se possível compreender a expressão psicossomática por uma dimensão simbólica. Dentro dessa perspectiva, os sintomas aflorados no corpo devem ser compreendidos simbolicamente, ou seja, devem ser analisados para além da noção objetiva do sintoma, para além da compreensão acessível da consciência.

A linguagem da alma na perspectiva junguiana é subjetiva, imagética e coletiva. Deste modo, o acesso aos complexos humanos se faz quando guiado por um pensamento holístico que considere o ser humano como um ser fecundado por sentidos, grávido de símbolos (PENNA, 2014).

A partir do aprofundamento e desenvolvimento das pesquisas em Psicologia Analítica, ampliou-se o campo de conhecimento, surgindo novas interpretações dos fenômenos psicológicos que se diferenciaram das propostas originais de Jung. O psicólogo junguiano Andrew Samuels (1949), em seu livro “Jung e os Pós Junguianos” discorre sobre as diferentes correntes de pensamento na produção do conhecimento contemporâneo em Psicologia Analítica.

Segundo Samuels (2008), há a delimitação teórica em três escolas junguianas: a Escola Clássica, a Escola

Desenvolvimentista e a Escola Arquetípica. A escola Clássica, como o próprio nome sugere, tem como referência os conceitos clássicos originados por Jung, dando destaque aos conceitos do Si Mesmo e da individuação. Já a escola Desenvolvimentista que tem como maior referência Michel Fordham (1905-1995), faz complementação aos primeiros estudos da psicologia infantil, recebendo muita influência da Psicanálise. E a Escola Arquetípica, tendo como fundador James Hillman, dá maior ênfase aos aspectos imagéticos e mitológicos da alma, focando no conceito de arquétipo (PATO, 2020).

Mais recentemente, em detrimento as escolas da Psicologia Analítica, a Psicologia Simbólica criada por Byington surge trazendo a ampliação do símbolo dentro dos conceitos junguianos.

A partir dos desenvolvimentos conceituais da Psicologia Analítica, as diversidades teóricas aumentaram em consonância com suas técnicas e práticas clínicas. Na perspectiva simbólica, o símbolo é vivo, forte em vibrações e flui entre o mundo e o corpo, deixando marcas de sentidos, mediando as interações de contato e transformando a energia (OLIVEIRA, 2018).

Diante do surgimento dos estudos produzidos pelos pós-junguianos, é importante ressaltar que o corpo como objeto de pesquisa na psicologia simbólica ganha destaque junto com o desenvolvimento de práticas e técnicas expressivas que auxiliam na investigação da vivência do símbolo (FILHO, 2018).

O corpo, portanto, desponta como agente investigativo das práticas teóricas, adquirindo sentido prático por meio das análises de técnicas que exploram o movimento como processo formador de significados e significantes.

Práticas Corporais

Na psicologia junguiana, o uso do termo “práticas corporais” concentra-se em técnicas expressivas como meio de integração psíquica entre os conteúdos conscientes e inconscientes (TORRES, 2016). Portanto, as práticas corporais na psicologia junguiana se caracterizam como ferramentas psicoterapêuticas que auxiliam no desenvolvimento do sujeito, contribuindo para com o surgimento de informações advindas das camadas mais profundas da psique.

Segundo Brasil (2013), as técnicas expressivas facilitam a comunicação com os elementos inconscientes uma vez que tornam a relação entre a consciência e o inconsciente mais fluida.

Jung, em seu livro “A prática da psicoterapia” (2008) já fazia referência à utilização de expressões artísticas em seus atendimentos por estas possibilitarem aos pacientes o acesso ao material simbólico. Dito isto, percebe-se que o uso de técnicas expressivas já era utilizado pela psicologia junguiana como ferramenta terapêutica desde os seus primórdios. Entretanto, especificamente as práticas corporais, demarcadas por técnicas com enfoque na exploração e movimento do

corpo, não possuíam e ainda não possuem delimitações específicas, ou espaços consolidados na cena Analítica.

Em vista disso, na falta de técnicas e práticas corporais desenvolvidas exclusivamente pela Psicologia Analítica, as práticas corporais são emprestadas de linhas artísticas, sendo interpretadas sob o viés junguiano. Por esta razão, este trabalho tem como sequência a exposição de práticas corporais em dois eixos que se desenvolvem da prática menos específica do ponto de vista junguiano para a prática corporal mais específica.

Assim, a dança como uma expressão artística global é explorada em primeiro plano enquanto prática corporal para, em sequência, o trabalho trazer considerações sobre o Movimento Autêntico: a prática corporal originada pela aproximação com os conceitos da Psicologia Analítica.

Corpo e Movimento: A Dança

A dança como lugar de pesquisa em Psicologia apresenta o corpo enquanto espaço de criação, promovendo encontros entre corpos e sentidos num viés que se opõe a objetividade padrão (GALINDO e MILIOLLI, 2017). Logo, a dança como processo terapêutico não se propõe a investigar formas concretas, mas busca construir mãos, pés e gestos que escapem ao sentido objetivo e se aproximem da experiência afetiva.

De acordo com Galindo e Miliolli (2017), através do ato de dançar busca-se analisar os movimentos

corporais enquanto efeitos transitórios de um processo de criação. Isto é, a dança se atém às potências que envolvem a formação não apenas de exterioridades, mas do corpo interno. Segundo estes autores, “o corpo não está dado: está em constante refazer-se” (GALINDO E MILIOLLI, 2017, p.31).

A dança adquire uma potente função terapêutica ao libertar o homem do caráter prático-utilitário dos movimentos cotidianos, proporcionando um aproveitamento criativo por transformar os estados internos do sujeito. Através da dança é possível “realizar movimentos sem outro objetivo senão o de experimentar as sensações que resultam deste ‘inútil movimentar-se’” (MONTEIRO, 2011, p.192).

Tratando-se, portanto, de uma veia potente de expressão livre do corpo, a dança em Psicologia é uma aposta na afetividade por transformar a ação em um processo que resiste aos modelos padrões de neutralidade, incentivando a imaginação e alimentando a potência criativa da psique. Citando Moraes (2008, p.42): “conhecer é um processo ativo que implica em afetar-se e ser transformado”.

Nos moldes da psicologia junguiana, a dança como logos da psicoterapia conduz caminhos de conscientização e alteração da imagem pelo fortalecimento e estruturação do ego, colaborando para “o tornar-se quem realmente se é, que é a proposta de individuação de Jung” (ALMEIDA, 1999, p.45-46).

Ao dançar, o homem transborda o próprio organismo e ocupa espaço para além da pele, liderando

povoamentos de corpos. O corpo, através da dança, é lugar de construção, experiência e imaginação, carregando a possibilidade de mover sentidos e dissolver complexos (FIAMENGHI, 2009).

A dança se constrói numa resignificação de gestos, peso, tempo, espaço e numa elaboração do corpo comum. Assim, dançar é um meio de articulação com o corpo que resignifica o ambiente circundante e cria novos caminhos para que a energia psíquica possa transitar e trazer à tona símbolos de transformação (TRINDADE, 2017).

Num viés simbólico, Steiner (1974, p.5-12) assinala “a dança como uma experiência do espírito para se comunicar com o símbolo”. Portanto, a dança não somente carrega um carácter simbólico como também é um caminho para a manifestação de imagens da psique.

Em vista do exposto, pode-se compreender a dança como uma prática corporal potente em razão de sua produção criativa que viabiliza a construção subjetiva do ser humano pela apropriação do corpo (MOEHLECKE e FONSECA, 2005). Assim sendo, o ato de dançar mobiliza experiências conscientes e inconscientes que contribuem no processo de construção do ser.

Corpo e Testemunha: O Movimento Autêntico

O Movimento Autêntico foi desenvolvido por Mary Starks Whitehouse (1911-1979) na década de 50. Sendo membro fundadora da *American Dance Therapy*

Association, Whitehouse foi uma das pioneiras na terapia do movimento. Bailarina e jornalista, sua concepção sobre a dança tinha como base a expressão emocional e a improvisação dos movimentos (OLIVEIRA, 2018).

A partir das pesquisas sobre o ato libertário de dançar aglutinado aos interesses pela psique humana, Whitehouse ingressa ao grupo de estudos no *C.G Jung Institute* em Zurique, adquirindo um contato sólido com a Psicologia Analítica. Por esta razão, pela proximidade de Whitehouse com os estudos da Psicologia Analítica, o Movimento Autêntico desde sua criação está arraigado aos pensamentos junguianos como modelo teórico (OLIVEIRA, 2018).

No artigo intitulado “*Reflections on a Metamorphosis*” (1999), Whitehouse desenvolve seus estudos pautados na análise do movimento corpóreo como processo para o desenvolvimento humano, acreditando ser a prática corporal um caminho para “realizar impulsos naturais, ou, perceber a interferência dos mesmos” (WHITEHOUSE, 1999).

Na busca por examinar os “impulsos naturais” o Movimento Autêntico proporciona uma investigação “em si mesmo e por si próprio” sendo, por esta razão, uma prática genuinamente somática no quesito de promover a percepção em primeira pessoa sobre o corpo sem interferências externas sobre o que se deve ou não fazer com o corpo do sujeito (OLIVEIRA, 2018).

Ao suspender forma ou objeto em favor da espontaneidade, o movimento surge como a real potência de investigação (BAYONA, 2017). É nesse sentido que a

prática desenvolvida por Whitehouse se elabora através do contato entre “movedor” e “testemunha”, sendo o movedor aquele quem realiza a prática e a testemunha aquele quem observa e acompanha o movedor sem, entretanto, interferir na movimentação.

Logo, a prática desenvolvida por Whitehouse tem a testemunha como condutora da vivência, mas não como juiz da experiência corporal, pois sua função é manter um estado interno de atenção ao outro simultaneamente a sua, percebendo como o outro o afeta. Essa relação cria um campo de energia transpessoal entre testemunha e movedor ao qual Janet Adler cunhou como “união” e que, na linguagem da Psicologia Analítica equivale ao conceito de “*mundus imaginalis*” desenvolvido pelo psicólogo junguiano Andrew Samuels para fazer referência ao campo relacional construído entre psicólogo e paciente (PALLARO, 2007).

A base do Movimento Autêntico se constrói sob os pilares do Self, sob um mundo maior que as fronteiras do ego. A noção de inconsciente é um conceito crucial para esta prática, uma vez que, ao conceber o movimento como autodirigido, é possível ao movedor vivenciar suas sensações internas de maneiras que os impulsos apareçam na fisicalidade do corpo. Nesse aspecto, o Movimento Autêntico se aproxima da técnica de imaginação ativa. Segundo Frantz: “o movimento do corpo é a imaginação ativa em imagens visuais” (FRANTZ, 1999, p.20).

Apesar do Movimento Autêntico poder ser explorado dentro da técnica de imaginação ativa desenvolvida por

Jung - concebida como um “método de introspecção que consiste na observação do fluxo de imagens interiores” (JUNG, 1951/2007, p. 192) - a prática não se esgota a essa possibilidade, sendo utilizada por outras áreas terapêuticas (OLIVEIRA, 2018).

O Movimento Autêntico ao articular o corpo às emoções e, sequencialmente, às imagens inconscientes, consegue dar forma aos símbolos e mobilizar complexos, promovendo um alinhamento entre corpo e psique (MARCELLINO, 2006). Nesse sentido, a prática corporal possibilita acessar memórias corporais e psíquicas que não se restringem ao tempo factual, mas que vivenciam o tempo mítico do símbolo, trazendo em si registros arquetípicos e ancestrais (FARAH, 2016).

Em cima do exposto, pode-se compreender o Movimento Autêntico como uma prática potente por contribuir na transformação da relação analítica em uma relação mais corporificada e, por conseguinte, mais próxima da experiência com o símbolo, uma vez que a relação simbólica toma outras proporções quando vivencia-se o conteúdo (símbolo) junto com a forma (corpo).

Considerações Finais

Pensar o corpo e psique como representações distintas de uma mesma identidade auxilia na compreensão de que não existe uma ruptura entre as estruturas psíquicas. Assim, o corpo e a psique podem ser entendidos como aspectos de uma mesma matriz,

ou, até mesmo, como um aspecto da totalidade do psicossoma do sujeito. Logo, a partir da compreensão do conceito psicossomático abordado neste trabalho, é possível perceber a relevância de desenvolver e aprofundar estudos acerca da identidade corpórea por esta ser parte integrante do sujeito e do próprio processo de análise.

A dança, como função preeminente do estudo do movimento e, por conseguinte, do estudo das práticas corporais, tal qual a prática somática do Movimento Autêntico, são potentes vias de acesso para explorar o símbolo. Por conseguinte, visto que o símbolo é um amplo campo de estudo para a psicologia simbólica, o uso de práticas corporais para a abordagem junguiana se manifesta como uma potente área que pode trazer grandes contribuições para o campo psicoterapêutico.

A problemática junguiana, ao trabalhar com a organização estrutural do funcionamento psíquico por meio de dinâmicas de dissociação, compensação, complementaridade, oposição e integração, destaca a noção de que a energia psíquica necessária para promover transformação no sujeito provém, paradoxalmente, daquilo que lhe é mais indiferenciado.

Sendo assim, compreendendo o pensamento junguiano como uma psicologia que se delinea entre pares de oposição, ou seja, em uma busca pela complementaridade através da diferenciação, pensar no corpo como elemento de investigação na análise possibilita perscrutar processos que auxiliam no cerne do que o pensamento junguiano entende como “vivência

simbólica”: a investigação da vida inconsciente por meio dos símbolos.

A importância das práticas corporais, portanto, se edifica na elaboração psíquica através da análise de um símbolo vivo que se exprime no corpo por meio da movimentação e composição deste corpo no espaço. Logo, as práticas corporais, alinhadas a premissa junguiana de que o homem se orienta em função de símbolos na medida em que permite o encontro e transformação deles, propiciam o contato com o simbólico ao criarem possibilidades criativas para além das narrativas idiomáticas. Em outros termos, pensar o corpo no *setting* analítico é um ato libertário, uma vez que o movimento corpóreo estimula a espontaneidade que, por sua vez, ativa o deslocamento de energia psíquica.

Por fim, pensar “o corpo como processo simbólico”, ou seja, o corpo como meio de acesso ao campo simbólico do sujeito, é uma prática que se demonstra cada vez mais necessária nos trabalhos psicológicos, uma vez que o aumento do adoecimento psíquico acentuado pela pandemia da COVID-19, têm convidado o ser humano a redimensionar seu olhar para com sua própria natureza e a repensar a vida de forma mais integral, tal como se propõe as práticas psicossomáticas.

Referências

ADLER, J. **Oferring from de body**: the discipline of Authentic Movement. United States: Lake Book Manufacturing, 2002.

ALBERTINI P. FREITARS, L. V. **Jung e Reich: articulando conceitos e práticas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

ALMEIDA, L.H.H. **Danças Circulares Sagradas:** imagem corporal, qualidade de vida e religiosidade segundo uma abordagem Junguiana. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Faculdades de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BAYONA, S. B. **Entretecendo bordas de um fazer dançante:** contribuições do Movimento Autêntico para a dança contemporânea. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

BOECHAT, W. O sonho em pacientes somáticos. Cadernos junguianos. **Revista anual da Associação Junguiana do Brasil**, vol. 4, p. 19 - 31. São Paulo: Ferrari, Editora e Artes Gráficas, 2008.

BOSCO, A. P. **Performances analíticas e a clínica de Dionísio:** sombras do corpo no Ocidente, corpo simbólico e corpo gestual nas práticas clínicas de orientação pós-junguiana. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2017.

BRASIL, C. **Cores, Formas e Expressão:** emoção de lidar e arte terapia na clínica Junguiana. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

BYINGTON, C. A. B. As principais diferenças entre a Psicologia Analítica e a Psicologia Simbólica Junguiana. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica.** São Paulo, v.37, n4, p.73-86, 2019.

CARDOSO, C. R. D. MASSIMI, M. A corporeidade segundo Edith Stein: algumas implicações para a psicologia. **Revista Interamericana de Psicologia.** São Paulo, v.52, n 1, p.71-79, 2018.

FARAH, M.H.S. A imaginação ativa junguiana na Dança de Whitehouse: noções de corpo e movimento. **Rev. Psicologia USP**. São Paulo, v.27, n3, 2016.

FERREIRA, A. M. PARAVIDINI. As dimensões do corpo na perversão comum: objeto, imagem e borda. **Revista Subjetividades**. Minas Gerais, v. 19, n. 11, 2019.

FERREIRA, F.R. A produção de sentidos sobre a imagem do corpo. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.47-83, set/ 2008.

FIAMENGHI, A.R. **A potência da improvisação em dança**: uma abordagem arquetípica. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) Universidade Católica de São Paulo, 2009.

FILHO, P. T. M. Corpo e Jung: apontamentos em direção à pós-modernidade. **Revista Jung & Corpo**. São Paulo, n.18, p.29-35, 2018.

FRANTZ, G. **Authentic Movement: A Collection of Essays** by Mary Starks Whitehouse. London, Kingsley Press, 1999.

GALINDO, D. MILIOLLI, D. Careocartografia: corpos, dançam pesquisa em psicologia. **Rev. Polis e Psique**. São Paulo, v.11, p. 26-42, 2017.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JUNG, C.G. **A dinâmica do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

JUNG, C.G. **A prática da psicoterapia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNG, C.G. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1961.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, Obras Completas, v. 9/1, 1951/2007.

JUNG, Carl Gustav. **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes, Obras Completas, v.5, 1921/2013.

JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, Obras Completas, v.5, 1921/2013

MARCELLINO, V.C. **O Self da Dança: uma proposta de individuação hipertextual**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MENDONÇA, J.G.R. O corpo e sua dimensão simbólica. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**. vol. 8. n. 29. p.32-40, Rondônia, 2004.

MOEHLECKE, V. FONSECA, T.M.G. Da dança e do devir: o corpo no regime do sutil. **Rev. Departamento de Psicologia UFF**. v.17, n.1, p.29-44, jan/jun, 2005.

MONTEIRO, A.C.L. Corpo-narrativa: considerações a partir de um corpo que dança. **Rev. Práticas Psicossociais**, v.15, n.2, p.189-195, 2011.

MORAES, M. Sobre derivas de conhecer com um grupo de deficientes visuais. **Anais da Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro, n.7. p.140-163, 2008.

OLIVEIRA, M.C. **O corpo do psicoterapeuta na prática clínica: uma pesquisa em Psicologia Analítica com contribuições do Movimento Autêntico**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018

PADUA, E. S. P. SERBENA, C. A. Reflexões teóricas sobre a psicologia analítica. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo, v.28, n.4, p.8-16, 2017.

PALLARO, P. **Authentic Movement: Moving the Body, Moving the Self, Being Moved**, London: Kingsley Press, 2007.

PATO, P. R. G. **Psicologia junguiana na contemporaneidade: os predicados do conceito de símbolo em C. G. Jung**. Monografia (Especialização) – Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa IJEP, São Paulo, 2020.

PENNA, E. M. D. **Processamento Simbólico-Arquetípico**. São Paulo: Editora PUCSP, 2014.

RAMOS, D.G. **A psique do corpo: a dimensão simbólica da doença**. Summus. São Paulo, 2018.

REIS, M.R. O corpo como expressão de arquétipos. **Junguiana – revista latino-americana da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**. n. 20, p.10-18, 2002.

RODRIGUES, R. Sociedade, corpo e interdições: contribuições do estudo de Marcel Mauss sobre as técnicas do corpo. **Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp**. Campinas, n.4, p.129-140, jan./jul, 2000.

SAMUELS, A. **Manual de Cambridge para Estudos Junguianos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

SANT'ANNA, P.A. **Uma contribuição para a discussão sobre as imagens psíquicas no contexto da psicologia analítica**. Editora USP, São Paulo, 2005.

STEINER, R. **Eurythmy and the impulse of dance**. Dornach: Rudolf Steiner, Press, 1974.

TORRES, L. Técnicas expressivas e a clínica junguiana. **Rev. Saberes e Questões**. Rio de Janeiro, n.4, v.1, p.14-18, 2016.

TRINDADE, T.S. **Dança Circular: inventando afetos e construindo mundos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

VARGAS, N. S. Símbolo e psicossomática: o corpo simbólico. **Revista Brasileira da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**. São Paulo, v.4, n.2, p.15-23, 2002.

WHITEHOUSE, M. S. **Authentic Movement: A Collection of Essays** by Mary Starks Whitehouse. London, Kingsley Press, 1999.

CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: Revisão de Literatura Sobre os Trabalhos na Medicina e Psicologia

Andreia Barbosa de Lima e Gabriel Persin Jandreice

Introdução

A hospitalização é um processo que consiste em internar um paciente em um ambiente hospitalar para que ele possa receber tratamento adequado para sua condição de saúde. A internação pode ocorrer por diversas razões, como doenças crônicas, agudas ou traumatismos e envolve diversas etapas, desde a admissão do paciente até a alta hospitalar. É um momento de grande estresse tanto para o paciente quanto para sua família, e pode estar associado a diversos desafios e riscos, incluindo infecções hospitalares, efeitos adversos de medicamentos e problemas de comunicação (MACHADO *et al.*, 2022; MARTINS *et al.*, 2022).

Este processo pode ocorrer em diversas unidades de internação hospitalar, que podem variar conforme as necessidades clínicas dos pacientes. A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é uma das unidades mais comuns de internação, sendo destinada ao atendimento de pacientes graves e que necessitam de cuidados intensivos. Outras unidades comuns são a Internação Clínica e Cirúrgica, a primeira se destina à pacientes com quadros clínicos diversos e a segunda

para pacientes submetidos a cirurgias. A Unidade de Cuidados Intermediários oferece atendimento a pacientes que não necessitam de UTI, mas que requerem monitoramento e assistência contínuos (PIEIDADE, 2020).

Diante das diversas condições de agravos a saúde, os pacientes podem apresentar uma condição de doença grave e correr risco de morte. Nesses casos, pode-se encaminhar o paciente, se indicado pela equipe médica para uma UTI, a qual tem como principal função o atendimento aos pacientes críticos e de alta complexidade. Esse setor concentra um aparato de recursos tecnológicos e é considerado um ambiente estressante devido aos procedimentos realizados, os quais em sua maioria são invasivos e acarretam desconforto. Os pacientes que necessitam de cuidados intensivos estão, em geral, acometidos por doenças agudizadas e em condições críticas de vida (RAMOS *et al*, 2018).

Entretanto, em alguns casos, o tratamento intensivo pode não ser suficiente para reverter a condição de doença do paciente devido a vários fatores, como doenças graves e sem prognóstico. Nessas situações pode-se adotar uma modalidade de cuidados chamada Cuidados Paliativos (CP), que consiste numa abordagem de cuidado que visa melhorar a qualidade de vida de pacientes com doenças graves e progressivas, controlando os sintomas e aliviando o sofrimento (MARTINS *et al.*, 2022; RIBEIRO *et al.*, 2017).

Nesse processo de hospitalização, a interação com a família representa um dos desafios mais significativos para os profissionais de enfermagem e médicos diante do processo de morte do paciente. A comunicação com a família é apontada como uma área conflituosa, uma vez que, durante o processo de morte, os familiares podem demonstrar extrema irritação em relação aos profissionais de saúde. No entanto, os relatos de profissionais de psicologia consideram esse fato como algo natural e esperado no momento da perda. Essa diferença de perspectivas pode ser explicada pelo processo de formação e atuação dos enfermeiros e médicos ser pautada prioritariamente em tratamentos curativos do que em relação à psicologia, o que acaba por ocasionar maiores tendências a sentimento de impotência quando há um falecimento (EDINGTON *et al*, 2021).

A UTI é um ambiente para tratamento de doenças graves com objetivo de promoção de saúde, no entanto, pode ocorrer situações de agravo e morte, sendo inevitável que esse ambiente mobilize no paciente, familiares e equipe situações adversas, as quais estão relacionadas a doença, tratamento, morte e luto. Nesse sentido, é comum que cada área de atuação e profissionais destas lidem de forma diferente em relação aos cuidados paliativos. Nesse manuscrito serão relacionados trabalhos que abordem os cuidados paliativos para medicina e psicologia.

Impacto Emocional decorrente de Internação em UTI para paciente e familiares

Cezar *et al.* (2023) apontam que ter um ente querido internado na UTI gera um forte impacto emocional e psicológico na família. Esse contexto pode desencadear uma série de sentimentos intensos, podendo ocasionar distúrbios psiquiátricos, como ansiedade, estresse pós-traumático e depressão. Diversos fatores contribuem para o sofrimento e o estresse vivenciados pelos familiares, como a condição de saúde do paciente, o temor da perda, as mudanças significativas na dinâmica pessoal resultantes da doença do ente querido, bem como o ambiente da UTI, que costuma ser barulhento, impessoal e repleto de equipamentos imponentes, como monitores e ventiladores mecânicos. Além disso, a sala de espera ou os corredores do hospital são espaços que geram angustias e ansiedades, pois são locais onde os familiares aguardam por notícias sobre a saúde do paciente.

Estudos como os de Eugênio *et al* (2022) e Machado *et al.* (2022) abordam como a ampliação da presença de familiares na UTI pode favorecer uma melhor compreensão das necessidades do paciente e, por consequência, melhorar a qualidade da assistência oferecida. Os benefícios notados com visitas flexíveis estão relacionados a uma comunicação mais efetiva, maior proximidade com o paciente, sensação de tranquilidade e apoio proporcionados aos familiares. E apesar do reconhecimento que a permanência prolongada de

familiares em ambientes de UTI contribui para maior satisfação por parte dos pacientes e de suas famílias, reduzindo a ansiedade e o delirium nos pacientes, muitos dos profissionais entrevistados durante a pesquisa, que foi realizada em um hospital privado, relacionam esse cenário com um aumento do risco de exaustão entre os profissionais da UTI, pois a maioria destes não receberam nenhum tipo de treinamento para se comunicar com os familiares durante sua formação.

Princípios e indicações aos Cuidados Paliativos

Os princípios dos cuidados paliativos incluem: alívio da dor e de outros sintomas, como náusea, falta de ar e fadiga; abordagem holística e individualizada do paciente, que leva em consideração não apenas seus sintomas físicos, mas também suas necessidades psicossociais, culturais e espirituais; comunicação aberta e honesta entre pacientes, familiares e profissionais de saúde; tomada de decisões compartilhadas e baseadas nos valores e preferências dos pacientes; cuidados contínuos e coordenados, independentemente do local de atendimento (domicílio, hospital, instituição de longa permanência, entre outras) e apoio aos familiares e cuidadores (CFM, 2019).

Na UTI, os cuidados paliativos podem ser indicados para pacientes que apresentam uma condição de saúde irreversível, com doenças crônicas ou que estão em fase terminal de alguma doença. O objetivo é proporcionar

conforto e dignidade ao paciente e à sua família, e não apenas prolongar a vida a qualquer custo, sendo responsabilidade da equipe multidisciplinar abordar os cuidados paliativos na UTI. A equipe pode incluir médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, dentistas, capelães e assistentes sociais, a depender da estrutura e da demanda a ser atendida em determinado hospital. A abordagem psicológica é fundamental para ajudar o paciente e sua família a enfrentar a doença e lidar com a possibilidade de morte iminente (PESSINI; SIQUEIRA, 2019; RODRIGUES *et al*, 2023).

Exemplificação de possíveis abordagens em cuidados paliativos

No que se refere a mudança nos cuidados paliativos, algumas abordagens podem ser adotadas, sendo uma delas a Sedação Paliativa. Essa abordagem envolve a administração intencional de medicamentos para diminuir conscientemente o estado de alerta desses pacientes e efetivamente aliviar um ou mais sintomas que não respondem aos tratamentos convencionais. Porém é notório na literatura e nas pesquisas encontradas que essa técnica ainda apresenta um dilema terapêutico desafiador diante da possível confusão entre sedação contínua profunda e eutanásia. A sedação paliativa contínua profunda suprime a consciência do paciente enfermo até o óbito, com o propósito de aliviar o seu sofrimento. Por outro lado, a eutanásia é caracterizada

como o ato de antecipar a morte do indivíduo, através da administração de doses letais de substâncias medicamentosas, e tem a intenção explícita de encurtar a vida do paciente para interromper o seu sofrimento (MARTINS, 2022; PIEDADE, 2020).

Lacerda *et al.* (2021) realizaram uma pesquisa sobre a retirada de ventilação mecânica ser realizada como procedimento paliativo no Brasil, ou como é conhecido, o procedimento de extubação paliativa, em situações em que manter o suporte ventilatório não mais vai de encontro com os desejos e até mesmo prognóstico do paciente. Nessa pesquisa, é descrito como as famílias abordam o tema da morte com pouca frequência até mesmo em ambientes de cuidados intensivos. Esse traço cultural apresenta certos obstáculos quando se aborda a suspensão do suporte vital prolongado com os entes queridos. Em algumas situações, o encontro com os familiares pode ser até mesmo caracterizado como um momento doloroso. É necessário mais tempo para que os parentes assimilem o diagnóstico do seu ente querido e compreendam que a manutenção artificial da vida pode resultar em sofrimento. A maneira mais eficaz de tratar desse assunto, é sendo sincero, franco e realista, assegurando que a família entenda que a assistência ao seu ente querido continuará.

Teixeira e Cardoso (2019) descrevem outra abordagem nos cuidados paliativos, sendo a Ordem por Não Ressuscitação (ONR) do paciente, a qual se baseia no princípio ético do respeito pela autonomia do mesmo. Sugere-se, portanto, que as ações de

suporte à vida sejam mais adequadas quando alinhadas aos princípios dos pacientes, ao invés de focadas em um problema orgânico particular. O médico deve assumir um compromisso não somente com o procedimento de decisão, mas também com o desfecho da seleção feita pelo paciente ou por seus entes queridos, assim a comunicação se torna a base essencial da autonomia, sendo crucial que, durante o processo de diálogo, o médico compartilhe todas as informações necessárias para a tomada de decisão, porém sem aplicar influência excessiva.

Diante da terminalidade e cuidados possíveis nesse momento, questões éticas veem à tona, em específico quando se pensa nos desejos e direitos dos pacientes. Nesse sentido, Monteiro *et al.* (2015) e Ribeiro *et al.* (2017). mostram em seus estudos a importância de lembrar sempre que a doença restringe a liberdade e não é adequado que, durante o seu período de máxima fragilidade, a pessoa seja abandonada aos seus próprios desejos. Em casos em que o paciente não consegue fazer uma escolha, as pessoas encarregadas de tomar a decisão, sendo esses familiares próximos, devem utilizar a história de vida do paciente para se colocarem na posição dele e assim poderem decidir em seu lugar.

Medicina e Psicologia: abordagem nos cuidados paliativos

Adquirir conhecimento acerca dos cuidados paliativos é crucial para auxiliar no processo de tomada

de decisões acerca da conduta mais apropriada com os pacientes. As informações sobre os CP colaboram com o profissional médico, ajudando a integrar elementos de ordem psicológica, social e espiritual no processo de atendimento, estabelecendo uma comunicação eficaz com o paciente, seus familiares e a equipe multidisciplinar, promovendo a autonomia do indivíduo e oferecendo informações sobre o diagnóstico e prognóstico (DALPAI *et al*, 2017). Estudos como os de Dall'oglio *et al* (2021) e Pereira *et al* (2022) que avaliaram as percepções e conhecimento de profissionais médicos recém-formados dos anos de 2019 à 2022, acrescentam que, apesar de atualmente existir uma obrigatoriedade quanto à inserção de cuidados paliativos na grade curricular de medicina, muitos currículos médicos não disponibilizam devida atenção aos ensinamentos que tratem da tanatologia e cuidados paliativos, e os autores apontam que, dos profissionais avaliados, sua grande maioria (cerca de 90%) referiu como “insuficientes” os ensinamentos adquiridos sobre CP durante a graduação. O ensino na área da saúde, incluindo a formação médica, frequentemente enfatiza o aspecto técnico, negligenciando o aspecto humano a um segundo plano. Portanto os cuidados paliativos não são suficientemente ensinados durante a graduação.

Coelho e Yankaskas (2017) referem queixas de hesitação por parte dos intensivistas em se comunicar com o paciente ou familiares quando há falta de clareza quanto aos problemas, opções terapêuticas e perspectivas prognósticas, principalmente quando as

informações sobre interações com familiares na UTI são limitadas pela graduação. Os familiares valorizam estar cientes de que seus entes queridos estão recebendo as opções terapêuticas mais apropriadas e que suas preferências em relação aos cuidados estão sendo honradas. Essa abordagem demonstra sua eficácia tanto em situações de recuperação completa quanto em casos de óbito na UTI ou transição para cuidados paliativos dedicados, evidenciando assim a importância da comunicação e do respeito aos familiares e pacientes.

Uma das principais diferenças encontradas nos trabalhos específicos da área da Psicologia, comparando a da área médica, foi a forma como se constrói o diálogo entre equipe e pacientes em CP e seus familiares. Em uma pesquisa levantada durante a realização do estágio em uma instituição privada de CP, Santos (2023) aponta a família não somente como um aliado no cuidado ao paciente, mas também como um objeto de atenção e intervenção, considerando a sobrecarga emocional, física, social e financeira que desestruturam a qualidade de vida do cuidador. Intervir com o familiar é educar e capacitar a este visando sanar algumas de suas principais necessidades como: informação acerca dos sintomas e respectivas causas; informação acerca dos sintomas que podem ocorrer, do prognóstico da doença, do tratamento e seus efeitos secundários; maneiras de tranquilizar o doente; informação sobre a medicação, as necessidades psicológicas e físicas do doente; como minimizar o estresse; maneiras possíveis para continuar a manter uma vida familiar “normal”;

dialogar sobre a morte e os seus medos, incluindo os do doente; formas de amenizar a fadiga e a sobrecarga.

Outro trabalho que descreveu as intervenções mais utilizadas por psicólogos no contexto paliativo foi o de Edington *et al* (2021), que mostrou que a psicologia, como um campo de estudo com amplo conhecimento sobre o luto pode atuar como um valioso aliado da equipe multiprofissional ao prepará-la para enfrentar perdas. Através do fornecimento de apoio e espaços para expressar emoções e dificuldades de forma aberta. Comparativamente a outros profissionais de saúde, os psicólogos demonstram maior preparo para abordar essa temática, mas ainda carecem de treinamento em relação à integração na equipe multiprofissional, comunicação e colaboração efetiva com seus colegas. Destacar essas lacunas se fez crucial nesse estudo para identificar as razões por trás das dificuldades, com o objetivo de reduzir as tensões no ambiente de trabalho, o que beneficia todos os envolvidos no processo, com destaque para os pacientes.

Corroborando com essa problemática, Pereira *et al* (2022) realizaram um estudo para verificar os desafios existentes no ensino em saúde, mais especificamente no que se refere aos CP. Os autores apontaram que a falta de base teórica dos profissionais de saúde no enfrentamento da morte e dos estágios finais da vida coincidindo com a carência de preparo psicológico, resulta em sentimentos negativos que afetam o bem-estar emocional de profissionais e estudantes, podendo tornar o profissional menos sensível diante

de um tema que requer empatia tão crucial quanto habilidades técnicas.

Diante do tema CP, é possível verificar que na área médica, as pesquisas mostram a importância dos protocolos e foco no cuidado médico nesse momento. No entanto, no aspecto emocional e social dos CP que envolve paciente e família, as contribuições acabam ficando pouco definidas pela área médica. Assim as pesquisas na área da psicologia contribuem para abordar esses aspectos, mostrando a importância da interdisciplinaridade e integralidade das diversas áreas do saber no cuidado ao paciente em CP e atenção aos seus familiares.

Considerações finais

Quando lidamos com a doença e em algum momento desse processo nos deparamos com a terminalidade, tanto a medicina como a psicologia desempenham papéis cruciais nos cuidados paliativos em UTI, pois irão integrar aspectos físicos, medicamentosos, emocional, social e familiar. Avaliando que a maioria dos estudos em CP na área médica abordam intervenções analgésicas e controle de sintomas físicos, as pesquisas em psicologia preenchem a lacuna no que diz respeito aos aspectos psicológicos do paciente, da família e da própria equipe diante da vivência da perda e luto.

Embora as pesquisas demonstrem que os aspectos psicossociais são aqueles que mais necessitam de

atenção dentro dos CP e a importância de se manter uma comunicação efetiva, acolhimento e suporte adequados para todos os envolvidos, os trabalhos que abordam o fazer psicológico são poucos quando comparados aos que abordam o fazer médico. Isso evidencia a necessidade de mais pesquisas que abordem de forma abrangente as intervenções psicológicas em Cuidados Paliativos, para proporcionar um tratamento mais completo e humanizado para pacientes, e menor sobrecarga emocional para familiares, cuidadores e equipe de profissionais da saúde.

Uma discussão fora da formação, mas que na prática que se faz necessário apontar é sobre Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007) que se estrutura diante da necessidade do processo de trabalho e como ele se dá de forma crítica. Também abrange a educação continuada, que está ligada a atividades de ensino após a graduação. O Projeto de Lei 2460/22 que criou o Programa Nacional de Cuidados Paliativos também é um forte aliado para que os pacientes e seus familiares sejam inseridos nesse cuidado quando indicado, além de auxiliar as equipes nesse processo.

Referências

CEZAR, A. G. *et al.* Necessidades de familiares de pacientes em terapia intensiva e sua percepção da comunicação médica. **Critical Care Science**, v. 35, p. 73-83, 2023.

COELHO, C. B. T.; YANKASKAS, J. R. Novos conceitos em cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 29, p. 222-230, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.232/2019**.

DALL'OGGIO, L. M. *et al.* Ensino de cuidados paliativos nas escolas médicas brasileiras: uma revisão integrativa. **Espaço para a Saúde**, v. 22, 2021.

DALPAI, Débora *et al.* Dor e cuidados paliativos: o conhecimento dos estudantes de medicina e as lacunas da graduação. **Revista Dor**, v. 18, p. 307-310, 2017.

EDINGTON, R. N. *et al.* A Psicóloga no Contexto de Cuidados Paliativos: Principais Desafios. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 10, n. 3, p. 398-406, 2021.

EUGÊNIO, C. S. *et al.* Comparação entre as percepções de familiares e as de profissionais de saúde a respeito de um modelo de visitação flexível em uma unidade de terapia intensiva adulto: estudo transversal. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 34, p. 374-379, 2022.

LACERDA, F. H. *et al.* Retirada da ventilação mecânica como procedimento paliativo em uma unidade de terapia intensiva brasileira. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 32, p. 528-534, 2021.

MACHADO, M. M. d. S. *et al.* Protocolo de assistência de enfermagem ao paciente em cuidado terminal: Construção através de revisão integrativa. **Nursing**, São Paulo, v. 25, n. 292, p. 8662-8673, 2022.

MARTINS, M. R. *et al.* Assistência a pacientes elegíveis para cuidados paliativos: visão de profissionais de uma Unidade de Terapia Intensiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022.

MONTEIRO, M. C. *et al.* A relação médico-família diante da terminalidade em UTI. **Psicologia Argumento**, v. 33, n. 81, p. 314-329, 2015.

PEREIRA, L. M. *et al.* Cuidados paliativos: desafios para o ensino em saúde. **Revista Bioética**, v. 30, p. 149-161, 2022.

PESSINI, L.; SIQUEIRA, J. E. d. Reflexões sobre cuidados a pacientes críticos em final de vida. **Revista Bioética**, v. 27, p. 29-37, 2019.

PIEIDADE, M. A. O.; CARDOSO FILHO, C. A.; PRIOLLI, D. G. Prevalência de sedação paliativa no Estado de São Paulo: uma demanda médica emergente. **Einstein (São Paulo)**, v. 18, 2020.

RAMOS, J. G. R. *et al.* Efeitos de um programa de cuidados paliativos nas tendências de utilização da unidade de terapia intensiva e ordens de não reanimar durante hospitalizações terminais. Análise de séries temporais interrompidas. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 30, p. 308-316, 2018.

RIBEIRO, H. L. *et al.* Significado de cuidados paliativos pela equipe multiprofissional da unidade de terapia intensiva. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 10, p. 3885-3892, 2017.

RODRIGUES, V.S.C. **O planeamento da conferência familiar em cuidados paliativos: percepção dos profissionais de saúde**. 2023. Dissertação (Mestrado Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa): Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2023.

SANTOS, S. L. S. **A referenciação dos doentes sem perspectiva de cura para uma unidade de cuidados paliativos de uma instituição privada**. 2023. Dissertação (Mestrado Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa): Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2023.

TEIXEIRA, C.; CARDOSO, P. R. C. Como discutir sobre não ressuscitação cardiopulmonar na unidade de terapia intensiva?. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 31, p. 386-392, 2019.

AS CONTRIBUIÇÕES DE SIGMUND FREUD PARA A PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA NA PRÁTICA CLÍNICA

Bruna de Oliveira Genaro e Cristiane Araujo Dameto

Introdução

A psicanálise, criada pelo médico neurologista e importante psicanalista austríaco Sigmund Freud, é intrinsecamente ligada à sua contribuição singular para o campo psicológico (Freud, 2019). Sigmund Schlomo Freud nasceu em Freiberg, na Morávia, que na época fazia parte do Império Austríaco, em 6 de maio de 1856, e faleceu em Londres, Inglaterra, no dia 23 de setembro de 1939. Ele era o primogênito de sete irmãos, filho de Jacob Freud, um pequeno comerciante, e de Amalie Nathanson, de origem judaica (Jones, 1989). Quando tinha apenas quatro anos, sua família mudou-se para Viena, onde os judeus desfrutavam de melhor aceitação social e melhores oportunidades econômicas. Desde cedo, Freud mostrou-se um aluno brilhante, aos 17 anos, ingressou na Universidade de Viena para cursar Medicina, obtendo seu diploma de médico aos 26 anos (Jones, 1989). Freud dedicou-se a explorar áreas da psique antes obscuras pela moralidade convencional, descobrindo novas abordagens para o tratamento de doenças mentais. Seu trabalho desafiou tabus culturais,

religiosos, sociais e científicos. Além disso, seus escritos e sua personalidade marcante fizeram dele o centro de um círculo intelectual em constante evolução, cercado por amigos e críticos (Freud, 2019).

Segundo Zimerman (2004), é crucial reconhecer que, embora Freud tenha sido o principal promotor da teoria psicanalítica, outros estudiosos desempenharam papéis significativos. Alguns colaboraram diretamente com Freud, mas divergências teóricas e conflitos pessoais levaram a rupturas, tanto por parte de Freud quanto de seus seguidores. Autores como Abraham, Anna Freud, Bion, Bleuler, Ferenczi, Jung, Lacan, Melanie Klein, Reich e Winnicott foram fundamentais para a expansão da psicanálise, contribuindo com ideias que, por vezes, divergiam das de Freud (Zimerman, 2004). Na trajetória da psicologia, Freud desafiou concepções arraigadas ao propor a existência do inconsciente e sua influência na formação da mente humana. Ao contrastar com abordagens como o Behaviorismo de Watson, sua obra não apenas questionou a centralidade da consciência, mas também redefiniu a compreensão do corpo, do espírito e da interação entre ambos (Freud, 2019). Essa revolução no pensamento psicológico não apenas subverteu paradigmas estabelecidos, mas também abriu um vasto campo de exploração sobre a verdadeira natureza da realidade psíquica. Neste contexto, emergem indagações profundas sobre a origem, a essência e a peculiaridade do inconsciente como uma realidade fundamental na psique humana. Essas questões instigantes conduzem-nos a explorar

o âmago do inconsciente e suas implicações na existência humana, ecoando as palavras de Freud e seus contemporâneos sobre a intrincada e enigmática natureza da mente (Freud, 1980).

A psicanálise, desenvolvida por Sigmund Freud no início do século XX, continua a ser uma das abordagens terapêuticas mais influentes e debatidas na psicologia. Fundamentada na ideia de que grande parte do comportamento humano é impulsionada por processos inconscientes, a psicanálise oferece uma jornada de autoconhecimento e cura emocional através da exploração das profundezas da mente. No cerne da psicanálise está a crença de que os conflitos não resolvidos do passado, muitas vezes enraizados na infância, podem se manifestar de maneiras sutis e prejudiciais na vida adulta. Por meio de técnicas como a livre associação, onde os pacientes são encorajados a falar livremente sem censura, e a interpretação dos sonhos, onde os conteúdos do inconsciente emergem simbolicamente, os psicanalistas ajudam os pacientes a desenterrarem esses conflitos e dar-lhes significado. Um dos conceitos-chave da psicanálise é o da transferência, onde os sentimentos e padrões de relacionamento do paciente são projetados no terapeuta. Ao explorar essas dinâmicas interpessoais, os pacientes podem ganhar insights profundos sobre seus padrões de comportamento e relacionamento, permitindo-lhes fazer mudanças positivas em suas vidas. Embora a psicanálise seja frequentemente criticada por sua longa duração e intensidade, seus

defensores argumentam que é precisamente essa profundidade e reflexão cuidadosa que tornam a psicanálise tão eficaz. Ao invés de fornecer soluções rápidas ou alívio temporário, a psicanálise visa uma transformação duradoura, levando os pacientes a uma compreensão mais profunda de si mesmos e de suas motivações inconscientes (Freud, 2011, p.264 - 296).

Zimerman (1999, p. 41) destaca que toda a psicanálise está, de alguma forma, vinculada aos postulados de Freud e seus seguidores diretos, desde contemporâneos até os posteriores. A origem da psicanálise está intimamente ligada ao progresso das ciências médicas. A relação de Freud com a medicina e outros médicos o levou a explorar inicialmente aspectos neurológicos e psiquiátricos, mas a disciplina posteriormente transcendeu para diversas esferas do conhecimento (Jones, 1989).

Embora não haja uma data de “fundação” clara da psicanálise, sua obra pioneira, “A Interpretação dos Sonhos”, escrita em 1899 e publicada em 1900, marcou um marco importante, apesar de estudos anteriores sobre a teoria. O interesse de Freud na hipnoterapia, observado por volta de 1885 durante os estudos de Charcot, despertou seu interesse pela histeria e levou a um enfoque mais dedicado a esses temas. O primeiro tratamento psicanalítico documentado foi realizado por Breuer, médico que colaborou com Freud em trabalhos como “Estudos sobre a Histeria”. Este tratamento envolveu o uso da hipnoterapia como um meio de “cura pela fala”, mais tarde denominado

por Freud de “livre associação de ideias”, um pilar fundamental da psicanálise (Jung, 2011).

A psicanálise contemporânea, também chamada de psicanálise atual, reflete uma abordagem que integra diversas influências de autores e correntes psicanalíticas. Uma das características distintivas dessa abordagem é a ênfase nos vínculos emocionais e relacionais que permeiam a relação entre analista e paciente, explorando os sentimentos de amor, ódio e conhecimento presentes nessa interação. Esse enfoque reconhece as relações reais da criança e considera a pessoa real do analista como elementos fundamentais na dinâmica terapêutica. A partir das contribuições de pensadores como Bion, a relação entre paciente e analista transcende a visão unidirecional tradicional. O analista é visto como um indivíduo treinado e preparado que, em conjunto com o paciente, forma um “campo analítico” caracterizado por uma interação dinâmica. Nesse contexto, ambos os participantes influenciam e são influenciados mutuamente, evidenciando a natureza vincular da relação analítica e redefinindo o papel do analista contemporâneo (Green, 2008).

O analista não é mais concebido como uma figura distante e inatingível, mas como alguém que reconhece suas próprias incertezas, criando um espaço para um estado mental interrogativo necessário ao processo analítico. Embora haja uma assimetria em relação aos papéis e funções desempenhados por cada participante, há uma simetria na condição de seres humanos, permitindo que o analista adote uma

postura mais informal, espontânea e afetiva durante as sessões. Além disso, na psicanálise contemporânea, há uma ampliação do foco além das interpretações transferenciais, favorecendo uma postura mais aberta que permite a exploração das múltiplas dimensões presentes na narrativa do paciente. Em resumo, a psicanálise atual valoriza a relação analítica como um espaço de encontro genuíno entre duas pessoas, onde a autenticidade, a abertura e a construção do processo terapêutico são aspectos centrais (Green, 2008).

Na psicanálise contemporânea, segundo Zimmerman (2008), o analista é reconhecido como uma “pessoa real”, na qual seus valores, referências psicanalíticas e habilidades interpessoais, como empatia e capacidade de ser um contêiner emocional, ganham destaque no decorrer da análise. Nesse contexto, o analista não se sente mais compelido a seguir rigidamente os preceitos estabelecidos da psicanálise, mas sim a valorizar sua própria experiência e a respeitar seu discernimento racional, afetivo e intuitivo diante de cada paciente individualmente. A ideia de que o analista deveria aderir estritamente a uma determinada escola psicanalítica, visando evitar um suposto “ecletismo empobrecedor”, foi substituída pelo reconhecimento da importância de uma formação eclética que permita ao analista desenvolver sua própria identidade profissional, respeitando seu estilo pessoal. Mudanças econômicas, culturais e a concorrência com métodos terapêuticos alternativos também influenciaram na evolução do perfil do analista contemporâneo. Além disso, outra

mudança significativa é a busca por uma integração mais ampla da psicanálise com outras disciplinas do conhecimento humano, ampliando assim o horizonte teórico e prático da prática psicanalítica e enriquecendo suas possibilidades de intervenção terapêutica.

As teorias de Freud ainda têm uma influência significativa na psicanálise contemporânea, especialmente em termos de sua compreensão do inconsciente, da importância da infância e das dinâmicas psíquicas. Conceitos como o Id, Ego e Superego, além da importância dos sonhos e dos lapsos freudianos, continuam a moldar a prática clínica e a interpretação dos processos mentais. Esses conceitos são utilizados como ferramentas para explorar a complexidade da mente humana, entender padrões de comportamento, e ajudar os pacientes a acessarem e compreender aspectos ocultos de si mesmos para promover a saúde mental e o crescimento pessoal. O modelo de estrutura do aparelho psíquico passou por duas fases, a primeira (entre 1900 e 1920) delimitou o inconsciente, o pré-consciente e o consciente; a segunda introduziu o Id, Ego e Superego, conceitos ainda presentes na atualidade. Os conflitos fundamentais entre as estruturas inconscientes moldam a maioria dos desejos, repressões e frustrações humanas, enquanto o Ego busca harmonia social (Bock; Teixeira; Furtado, 2009).

O estudo das contribuições de Sigmund Freud para a psicanálise contemporânea é essencial para entender a mente humana hoje. Ele fundou a psicanálise, destacando os processos mentais inconscientes. Além

de Freud, outros teóricos expandiram e diversificaram essa abordagem. A psicanálise atual incorpora diversas perspectivas, enriquecendo sua aplicabilidade em diferentes contextos e ressaltando a importância de uma abordagem integrativa para entender a psique humana.

O objetivo desse trabalho foi exaltar as contribuições da psicanálise de Sigmund Freud para a clínica psicanalítica atual.

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura a partir das bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Periódicos de Psicologia), e a ferramenta de buscas Google Acadêmico, com artigos em português, realizada nos últimos 10 anos com as palavras chaves “psicanálise contemporânea”, “clínica psicanalítica”, “contribuições de Freud”, isoladas e combinadas para garantir uma busca abrangente e relevante. Além disso, foram consideradas obras clássicas da psicanálise, bem como publicações recentes de autores contemporâneos que abordem a influência e o impacto das teorias de Freud na prática clínica atual.

Posteriormente, os títulos de todos os artigos encontrados foram analisados, selecionando para permanência aqueles que indicavam relação com o tema proposto e na língua portuguesa, seguindo então para leitura e análise de seus respectivos resumos e textos completos. Desse modo, as literaturas específicas que não obedecessem aos critérios de inclusão descritos acima não foram utilizadas neste estudo. Após a seleção dos artigos baseando-se no

critério de inclusão e exclusão descritos anteriormente, estes foram analisados individualmente e apresentados qualitativamente, permitindo assim a comparação e utilização dos dados dos mesmos.

Desenvolvimento

A teoria Psicanalítica de Freud

Freud considerava os sonhos como uma via régia para o inconsciente, um espaço onde os desejos reprimidos podem se manifestar. Ele desenvolveu um método de interpretação dos sonhos baseado nas associações livres dos pacientes, permitindo o acesso à conteúdos inconscientes (Leite; Macedo; Andrade, 2021). Em sua obra “A Interpretação dos Sonhos” (1900), Freud detalhou como os sonhos podem revelar os desejos e conflitos internos de uma pessoa. Freud propôs duas principais tópicas para descrever o aparelho psíquico:

Primeira Tópica (1900-1920): Consiste nas instâncias do consciente, pré-consciente e inconsciente. O inconsciente é visto como a fonte dos desejos reprimidos e impulsos.

Segunda Tópica (1920 em diante): Introduz as estruturas do Id, Ego e Superego. O Id representa os impulsos primitivos e desejos; o Ego busca mediar entre o Id e a realidade externa; e o Superego incorpora os valores e normas sociais, funcionando como uma espécie de consciência moral.

Freud (1900), descreveu o desenvolvimento da personalidade através de fases psicosssexuais, cada uma associada a uma fonte específica de prazer e a desafios únicos:

- Fase Oral (0-1 ano): Prazer centrado na boca (sucção, alimentação).
- Fase Anal (1-3 anos): Prazer relacionado ao controle das funções excretoras.
- Fase Fálica (3-6 anos): Foco na descoberta das diferenças sexuais e a relação com os pais.
- Fase de Latência (6 anos - puberdade): Período de repouso sexual e desenvolvimento de habilidades sociais e intelectuais.
- Fase Genital (puberdade em diante): Maturidade sexual e capacidade de estabelecer relacionamentos íntimos.

Após Freud, a psicanálise continuou a evoluir com contribuições significativas de outros teóricos como Carl Jung, Jacques Lacan e Melanie Klein. Esses estudiosos expandiram e modificaram as teorias freudianas, introduzindo novas perspectivas e abordagens clínicas que enriqueceram o campo da psicanálise (Leite; Macedo; Andrade, 2021).

Os desafios da Psicanálise na atualidade

Segundo Santos (2019), a posição da psicanálise no mundo contemporâneo, é influenciado pelas mudanças tecnológicas e pela centralidade dos dispositivos móveis na vida cotidiana. A autora explora a relação entre tecnologia, consumo emocional e a nova forma

de interação com gadgets, destacando como essas mudanças afetam a subjetividade e o papel da psicanálise. No mundo contemporâneo, a tecnologia e o capitalismo desempenham papéis centrais na organização da vida e das relações sociais. O conceito de produtividade se estende além das mercadorias para abranger todas as ações humanas, gerando uma vasta oferta de serviços e mercadorias, inclusive as abstratas, como sensações e desejos. Gilles Lipovetsky identifica uma terceira fase do consumo, marcada pela hiperindividualização e pelo consumo emocional, que visa proporcionar experiências afetivas e sensoriais (Santos, 2019).

A psicanálise, conforme abordada por Lacan, enfrenta novos desafios diante da predominância dos gadgets. A tecnologia introduz uma nova dimensão de realidade que impacta o corpo e a subjetividade. Lacan sugeria que o futuro da psicanálise dependeria do que aconteceria com o real e os gadgets, vendo-os como possíveis sintomas que modificam a vida humana. A comunicação contemporânea é dominada pela invasão audiovisual e pelos avanços tecnológicos que permitem uma constante conectividade (Santos, 2019).

As tecnologias vestíveis e a realidade virtual exemplificam como os dispositivos digitais ampliam as capacidades humanas e criam novas experiências sensoriais. A inovação tecnológica transforma a realidade, criando novas formas de interação e afetando a subjetividade. A psicanálise, nesse contexto, deve se adaptar para lidar com as mudanças promovidas pelos gadgets e pela cultura digital, oferecendo novas

perspectivas sobre o mal-estar contemporâneo e a busca pelo sentido na vida humana.

No artigo “Os desafios da psicanálise na contemporaneidade” (2016), Grigorieff; Hentz e Michels, examinam a relevância da psicanálise diante das rápidas mudanças sociais, culturais e científicas do mundo atual. Os autores discutem como essa disciplina, com fundamentos e métodos estabelecidos no início do século XX, enfrenta a necessidade de adaptação para se manter pertinente no contexto contemporâneo. Um dos principais desafios destacados é a crescente influência das neurociências. Com suas abordagens quantitativas e empíricas, as neurociências oferecem novas explicações para fenômenos psicológicos, como os mecanismos de defesa e a dinâmica inconsciente, que tradicionalmente são abordados pela psicanálise. Esse avanço coloca em evidência a necessidade de a psicanálise reavaliar suas premissas e buscar formas de dialogar com os novos conhecimentos científicos, para integrar perspectivas e enriquecer suas práticas. Outro desafio significativo é o impacto das mudanças culturais e sociais. A globalização e as inovações tecnológicas estão transformando as relações interpessoais e as estruturas sociais. A psicanálise, com seu foco na introspecção e na análise individual, deve confrontar essas novas formas de comunicação e interação social, que emergem com a digitalização e a presença crescente das redes sociais. A complexidade das novas formas de relacionamento e a influência das mídias digitais sobre

a subjetividade desafiam a psicanálise a reconsiderar e adaptar suas abordagens teóricas e práticas.

Além disso, a resistência ao diálogo interdisciplinar é identificada como um obstáculo relevante. A psicanálise tem uma tendência a se manter isolada de outras áreas do conhecimento, como a psicologia cognitiva e a sociologia. Essa postura pode limitar sua capacidade de responder às questões contemporâneas de maneira abrangente. Os autores sugerem que a psicanálise deve fomentar colaborações e integrações com outras disciplinas, a fim de enriquecer suas práticas e teorias com novas perspectivas e abordagens, promovendo uma integração mais fluida entre diferentes áreas do conhecimento.

Para enfrentar esses desafios, exige a necessidade de uma atualização dos conceitos e técnicas psicanalíticos. Isso implica uma reavaliação crítica dos princípios fundamentais da teoria psicanalítica, adaptando-os para refletir as novas realidades sociais e científicas. A inovação na psicanálise pode incluir a incorporação de novas ferramentas e métodos que complementem a prática tradicional e abordem de forma mais eficaz as questões emergentes (Grigorieff; Hentz; Michels, 2016). Apesar dos desafios significativos, a psicanálise possui o potencial de se reinventar e continuar contribuindo de forma valiosa para a compreensão da mente humana e do comportamento. A capacidade de adaptação e inovação será essencial para manter a relevância da psicanálise no cenário contemporâneo. Portanto, é crucial que os psicanalistas estejam

abertos a mudanças e dispostos a integrarem novos conhecimentos e práticas para enfrentar os desafios atuais e futuros.

“Novos Diálogos sobre a Clínica Psicanalítica” de Marion Minerbo (2019), é uma obra que busca explorar e expandir a compreensão das práticas e teorias na psicanálise clínica contemporânea. O autor, com vasta experiência na área, propõe uma reflexão crítica e inovadora sobre os conceitos psicanalíticos, visando dialogar com as demandas e desafios do contexto atual. Minerbo analisa a evolução da teoria psicanalítica desde Freud até os teóricos contemporâneos, destacando as mudanças e continuidades nos conceitos fundamentais. Ele enfatiza a importância de adaptar e reinterpretar esses conceitos à luz das novas realidades clínicas e sociais.

A obra aborda as práticas clínicas atuais, discutindo técnicas, desafios e dilemas enfrentados pelos psicanalistas. Minerbo explora questões como a transferência, contratransferência, e a relação terapeuta-paciente, oferecendo insights sobre como essas dinâmicas podem ser manejadas de maneira eficaz. O autor defende a importância da interdisciplinaridade na psicanálise, sugerindo que a integração de conhecimentos de outras áreas, como a neurociência, a psicologia social e a filosofia, pode enriquecer e aprofundar a compreensão dos fenômenos psíquicos.

Minerbo discute a influência da cultura e da sociedade na prática psicanalítica, analisando como fatores socioeconômicos, políticos e culturais impactam o funcionamento psíquico dos indivíduos. Ele argumenta

que os psicanalistas devem estar cientes dessas influências para proporcionar um tratamento mais contextualizado e eficaz. Olivier também aborda questões éticas na prática psicanalítica, explorando dilemas relacionados à confidencialidade, ao consentimento e ao poder terapêutico. Minerbo propõe uma reflexão sobre como os psicanalistas podem navegar essas questões de maneira ética e responsável. A abordagem dialógica e interdisciplinar da autora enriquece o campo, promovendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos psíquicos e dos desafios enfrentados pelos profissionais da área.

“Transferência e Contratransferência” de Marion Minerbo (2020), é uma obra que explora profundamente os conceitos de transferência e contratransferência na psicanálise. É uma leitura essencial para aqueles interessados na dinâmica complexa da relação terapêutica psicanalítica. Através de uma abordagem detalhada e crítica, Marion Minerbo oferece insights valiosos que enriquecem a compreensão e a prática da psicanálise contemporânea.

Minerbo inicia o livro abordando os conceitos básicos de transferência e contratransferência, situando-os historicamente dentro da psicanálise. Ele revisita as contribuições de Freud, que introduziu a ideia de transferência como a projeção de sentimentos e desejos inconscientes do paciente em relação ao analista. Em seguida, Minerbo explora como essa dinâmica foi expandida por outros teóricos, incluindo as noções de contratransferência, onde os

sentimentos e reações inconscientes do analista são projetados no paciente.

Nos capítulos subsequentes, Minerbo oferece uma análise detalhada de casos clínicos para ilustrar como esses fenômenos se manifestam na prática terapêutica. Ele enfatiza a importância de o analista estar consciente de suas próprias reações e sentimentos durante as sessões, utilizando esses insights para aprofundar a compreensão do paciente e promover o progresso terapêutico. O autor também integra teorias contemporâneas e desenvolvimentos recentes na psicanálise, destacando como a compreensão de transferência e contratransferência evoluiu ao longo dos anos. Minerbo discute a intersubjetividade e a mutualidade na relação analítica, onde tanto o paciente quanto o analista influenciam e são influenciados mutuamente.

Nos capítulos finais, Minerbo sintetiza os principais pontos discutidos ao longo do livro, enfatizando a importância da autopercepção e da autorreflexão contínua para os analistas. Ele argumenta que um entendimento profundo de transferência e contratransferência é crucial para a eficácia da psicanálise, pois permite que o analista navegue as complexidades emocionais do processo terapêutico de maneira mais eficaz.

O livro é uma contribuição significativa para a literatura psicanalítica, oferecendo tanto uma revisão abrangente dos conceitos de transferência e contratransferência quanto novas perspectivas baseadas em casos clínicos e teorias modernas. Minerbo

consegue equilibrar a teoria com a prática, tornando o texto acessível tanto para estudantes quanto para profissionais experientes na área da psicanálise.

Autores Psicanalíticos Contemporâneos

Segundo Brinholli e Ernesto (2020), existem três grandes conceitos desenvolvidos por Ogden: o estado de não-experiência, a posição autistacontígua e o terceiro analítico. A abordagem de Ogden é notável por integrar as dimensões intrapsíquicas e intersubjetivas no campo psicanalítico, fundamentando - se em suas experiências clínicas, especialmente com a esquizofrenia. Ogden é reconhecido por sua capacidade de interagir com as tradições psicanalíticas britânicas e norte-americanas, criando um pensamento próprio que transcende as escolas tradicionais da psicanálise. Sua obra reflete a influência de autores como Klein, Winnicott, Fairbairn, Bion, e Lacan, além de outros teóricos como Sullivan e Searles.

Através de sua escrita envolvente e de suas elaborações teóricas, Ogden contribuiu para uma psicanálise mais aberta e menos dogmática, onde conceitos como identificação projetiva e rêverie foram reimaginados em novos contextos. O artigo também sublinha a importância da contribuição de Ogden para o entendimento da experiência emocional do paciente na psicanálise, especialmente através da ideia de “sonhar os sonhos não-sonhados” e “sonhar interrompido”, que são centrais em sua teoria sobre o papel do sonhar na prática analítica. Esses conceitos são fundamentais

para a compreensão das dificuldades emocionais encontradas por pacientes psicóticos, com ênfase particular na esquizofrenia (Brilhollli; Ernesto, 2020).

Neves e Kupermann (2021), exploram a relação entre as teorias do psicanalista britânico Donald Winnicott e as interpretações desenvolvidas por Thomas Ogden, um influente psicanalista americano. O texto examina como Ogden lê e transforma os conceitos winnicottianos, especialmente no que tange à compreensão do desenvolvimento humano e das dinâmicas terapêuticas.

No âmbito epistemológico, o artigo analisa como Ogden se apropria das ideias de Winnicott, trazendo novas perspectivas e aprofundando a compreensão de conceitos centrais como o “espaço transicional” e o “objeto transicional”. Ogden amplia essas noções ao integrá-las com outros campos do saber, promovendo um diálogo entre diferentes teorias psicanalíticas.

No aspectoteórico-clínico, o artigo discute a aplicação das ideias de Winnicott na prática clínica por Ogden, com ênfase na importância do espaço intermediário na relação terapêutica. Ogden destaca a criação conjunta de significados entre analista e paciente como um processo central para a cura psicanalítica.

Por fim, o artigo explora a dimensão estética presente na obra de Winnicott, que é realçada por Ogden em sua escrita e prática clínica. A estética é considerada por Ogden como um elemento fundamental na experiência subjetiva e na prática psicanalítica, sublinhando a importância da criatividade e da expressividade na

construção do self. A leitura de Ogden sobre Winnicott não só preserva, mas também enriquece e transforma as ideias originais, oferecendo uma visão contemporânea e dinâmica da psicanálise. O diálogo entre os dois autores exemplifica como a teoria psicanalítica pode evoluir e se adaptar às novas realidades clínicas e culturais (Neves; Kupermann, 2021).

Considerações finais

A psicanálise, originada das brilhantes mentes e contribuições de Freud e seus contemporâneos, floresceu em um amplo campo de estudo e compreensão da mente humana. Desde a sua fundação, essa teoria tem atravessado barreiras, influenciando não apenas a psicologia, mas também a cultura, a arte e outras esferas da sociedade.

A riqueza e a complexidade dos conceitos introduzidos por Freud, como o inconsciente, os mecanismos de defesa, o desenvolvimento psicosssexual e a estrutura da personalidade, continuam a ser pontos cruciais na compreensão do comportamento humano. Suas ideias forneceram a base para inúmeras abordagens terapêuticas e ainda alimentam discussões acaloradas sobre a natureza da mente e do comportamento.

Além disso, o legado de Freud não é apenas marcado por suas próprias descobertas, mas também pela diversidade de pensamento de seus seguidores. As contribuições de estudiosos como Jung, Melanie

Klein, Lacan e outros expandiram e enriqueceram a psicanálise, muitas vezes desafiando e reinterpretando as ideias originais de Freud. Assim, a psicanálise permanece uma ferramenta valiosa e respeitada na compreensão da mente humana, um legado vivo que continua a evoluir e a inspirar novas gerações de pesquisadores e terapeutas.

Referências

BOCK, A. M. B.; TEIXEIRA, M.L.T.; FURTADO, O. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. 368p.

BRINHOLLI, F.; ERNESTO, N. **A importância do pensamento de Thomas Ogden para a psicanálise contemporânea**. Psicologia USP, 2020, v. 31, p. 1-9.

FREUD, S. **Obras completas: A Interpretação dos Sonhos (1900)**. Vol. 4. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 736p.

FREUD, S. **O inconsciente (1915)**. In: Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1980. 233p.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 352p.

FREUD, S. **Projeto para uma psicologia científica**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume I; Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos (1886-1889). 1.ed. Rio de Janeiro, Imago, 2006. 501p.

GREEN, A. **Orientações para uma psicanálise contemporânea.** Tradução: Ana Maria Rocca Rivarola. 1.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008. 376p.

GRIGORIEFF, A.G.; HENTZ, R.; MICHELS, R. **Os desafios da psicanálise na contemporaneidade.** Psicologia.pt, p. 1-8. 2016.

JONES, E. **A Vida e a Obra de Sigmund Freud: Os Anos de Formação e as Grandes Descobertas (Volume 1).** 1.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989. 432p.

JUNG, C.G. **Freud e a psicanálise.** 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 430p.

LEITE, R. F.; MACEDO, F. N.; ANDRADE, S. B. C. Psicanálise: uma revisão didática sobre as principais contribuições de Freud. **Revista Estudos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 255-260, jul. 2021.

MINERBO, M. **Novos diálogos sobre a clínica psicanalítica.** Ed. Blucher, 2019. 288p.

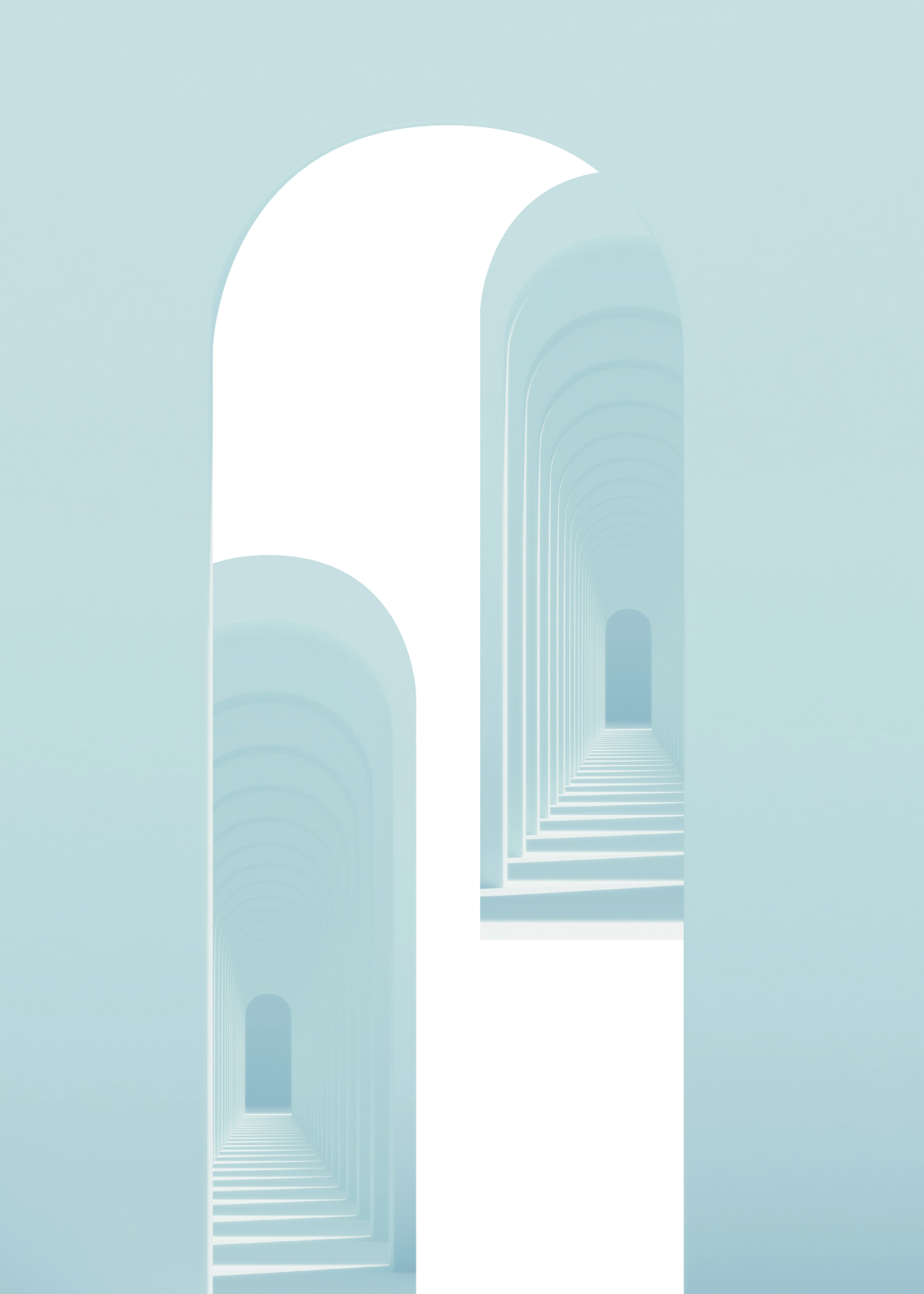
MINERBO, M. **Transferência e contratransferência.** Ed. Blucher, 2020. 290p.

NEVES, P.; KUPERMANN, D. Thomas Ogden, leitor de Winnicott: diálogos epistemológicos, teórico-clínicos e estéticos. **Revista Estudos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 235-246, jul. 2021.

SANTOS, L. **A psicanálise no mundo contemporâneo.** Reverso, Belo Horizonte, v. 41, n. 77, p. 65-74, jun. 2019.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica - uma abordagem didática.** 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. 480p.

ZIMERMAN, D. **Manual da Técnica Psicanalítica.** 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 471p.



A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: Sua Emancipação da Filosofia

Dilson Brito da Rocha

Introdução

À guisa de introdução, temos que, como se dá em outras ciências, a psicologia e suas questões germinam da filosofia. Os gregos antigos foram os pioneiros na tentativa de sistematizá-la. O próprio binômio origina do grego *psyché*, que designa alma, somado ao de *logos*. Assim, estudos de mote psicológico aconteciam cerca de 2.500 anos atrás. Nada obstante, a psicologia que conhecemos hoje, isto é, psicologia moderna, é erigida por Wilhelm Maximilian Wundt e William James. Eles preconizaram um projeto científico para desonerá-la de temas com teor metafísico. O escopo era aceder ao recinto acadêmico.

Para os teóricos, era impreterível separar os conteúdos abordados pela filosofia e, de forma síncrona, definir um método de estudo próprio para a psicologia. (cf. SILVA, 2011, p. 41). Grosso modo, defendiam que a psicologia instava adquirir uma unidade, isto é, um objeto de estudo claro e bem definido, delimitando o campo de estudo, a fim de lograr *status* de ciência. Outrossim, na história da psicologia são considerados dois períodos, quais sejam, i- pré-história, com suas

precursoras teorias filosóficas e ii- psicologia científica, pleiteada por Wilhelm Wundt e William James.

Wilhelm Wundt fundou o primeiro laboratório de pesquisa psicológica - psicologia experimental (*das Wundt-Laboratorium*) - na Universidade de Leipzig, na Alemanha, dado nos anos 1879. Esta data é considerada um marco, já que assinala o surgimento da psicologia como um ramo disjungido da filosofia. Neste sentido, cumpre frisar que se trata de uma disciplina nova, com apenas um século de existência. A despeito da terna idade, as indagações que nos tempos que correm classificamos de psicológicas remontam a séculos longínquos.

As questões psicológicas eram suscitadas por filósofos, teólogos e médicos. Já se interessavam por perguntas, como: O que é a memória? Como conhecemos o mundo? Qual é o tipo de temperamento das pessoas? Por que os seres humanos se comportam de determinada maneira e não de outra? E assim por diante. Daí a acertada frase do *expert* psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus: “A psicologia tem um longo passado, porém uma história recente”. (cf. BUNGE, 2002, p. 47).

[...] O interessante nesse ponto, é que essa nova faceta acaba por se mostrar mais importante do que a tradicional visão de Wundt como psicólogo experimental fundador do laboratório de Leipzig. Somos, então, surpreendidos com o fato de que *a psicologia científica, que tantas vezes se vangloriou de sua separação radical em relação à filosofia, é em sua origem parte de um projeto filosófico*. (LOPES, 2011, p. 92, grifo nosso).

Comefeito, se nos ativermos aos escritos de filósofos da envergadura de Platão, Aristóteles, Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, René Descartes, Immanuel Kant, David Hume etc., encontraremos perguntas e respostas com estofo psicológico, malgrado não recebiam esse nome, uma vez que não existia uma disciplina epitetada psicologia. (cf. SILVA, 2011, p. 86).

O fato de a psicologia científica surgir no século XIX não é um evento adventício. De qualquer maneira, urgiu um projeto robusto para que ela dispusesse da distinção científica, uma chancela bem-quista naquele cenário no qual os dogmas eram cientificistas. Verificase que, o ambiente em que a psicologia nasce está permeado pela filosofia moderna, assim como os temas que ela versa, de modo particular aqueles concernentes ao conhecimento e à subjetividade. (cf. GUEDES, 1987, p. 67). Ademais, esse contexto, marcado pelo auge da ciência moderna, cujo expoente foi Galileu, é assinalado por uma vasta gama de descobrimentos científicos e suas consequentes aplicações tecnológicas.

Em síntese, temos que, o filósofo e matemático Bertrand Russell assevera que a ciência moderna começou perguntando sobre os astros, os corpos físicos na terra, depois sobre os seres vivos e, finalmente, acerca do comportamento humano. Logo, começou estudando o mais distante para, ulteriormente, estudar o mais próximo, quer dizer, a condição humana mesma. (cf. KAHHALE, 2002, p. 121).

A exigência do positivismo

A psicologia floresce quando o positivismo, escola filosófica proposta por Auguste Comte, está em seu auge. Nesta esteira, considera-se que, as únicas ciências beneméritas de tal alcunha são aquelas experimentais, a exemplo da física, química, biologia e astronomia. Dessarte, qualquer disciplina que não cumprisse os requisitos científicos estabelecidos pelo positivismo não poderia receber o estrato de ciência.

Evidentemente, a psicologia não seria isenta de cientificidade, devendo acatar as pautas positivistas para que pudesse passar por esse crivo. (GUEDES, 1987, p. 124). Dá-se que, na segunda metade do século XIX a filosofia, particularmente a metafísica, tinha pouco prestígio no recinto acadêmico das universidades, e sua relevância era cada vez menor, em razão de que prescindia dos experimentos. Por isso, não é por acaso que Wilhelm Wundt instaurou precisamente um laboratório de psicologia experimental na Universidade de Leipzig, como aludimos há pouco. Precisava cumprir as exigências do dogma científico, pujante naquele momento, e que pretendia universalidade.

Para os primeiros psicólogos dessa era, tais como Wundt e James, promover a Psicologia como ciência implicava distanciar-se da filosofia e, com isso, adotar um ponto de vista empírico, não exclusivamente reflexivo, sobre as questões a ser tratadas. E promovê-la como ciência independente significava tentar delimitar um campo de estudos singular em relação ao da física, da biologia e da fisiologia. Esse setor específico ao qual se dedicar seria a subjetividade, tal como “descoberta” pela filosofia, mas

abordada segundo as regras que regiam aquelas ciências naturais. (VERISSIMO, 2013, p. 537, grifo nosso).

Outro fato marcou o desenvolvimento da psicologia. Estamos nos referindo ao surgimento da polêmica sobre os distintos tipos de ciências que podem existir no interior do conhecimento humano. Com efeito, em 1883 Wilhelm Christian Ludwig Dilthey publica o primeiro volume de sua obra intitulada *Introdução às ciências do espírito*, na qual sustenta que a história, a filosofia, a psicologia, a arte etc. não podem lançar mão do mesmo método científico empregado pelas ciências da natureza, dado que seu objeto de estudo é distinto. (cf. KAHHALE, 2002, p. 48).

Isso implica que, o método experimental não pode ser o *modus operandi* de investigação daquelas áreas do conhecimento ditas humanas. Em todo caso, poucos anos depois do advento da psicologia como disciplina formal apartada da filosofia, emerge esta polêmica, e, então, decorrem perguntas, a saber, a psicologia é uma ciência da natureza ou do espírito? Ela deve explicar ou compreender as ações humanas? Dentre outras.

Dilthey, em oposição às ciências naturais, entendia que as disciplinas humanistas, ao se debruçarem sobre os seres humanos como entidades psicofísicas, não deveriam procurar regularidades ou “leis”, nem procurar o conhecimento que ousasse dominar o ambiente. Sua atenção se volta para o único e para a ação livremente escolhida – a ação humana –, portanto, só pode ser compreendida “de dentro”, em termos de intenções e crenças. (GRUNENVALDT; BEBER, 2009, p. 11).

Na efervescência da eclosão da psicologia como ciência temos que, depois que Wilhelm Wundt arquitetou a primeira corrente psicológica, designada estruturalismo, nos Estados Unidos nasce o funcionalismo promovido por William James, em Viena, Sigmund Freud desenvolve a psicanálise, na Alemanha a psicologia *gestalt* é impulsionada por Max Wertheimer, Wolfgang Köhler, Kurt Koffka e Kurt Lewin, e, por fim, em Maryland, nos Estados Unidos, John Broadus Watson engendrou o behaviorismo.

Dessa maneira, nos primeiros trinta e cinco anos de existência da psicologia como disciplina acadêmica já há cinco doutrinas psicológicas indagando distintos aspectos do comportamento humano e sua mente, como posturas teóricas diversas e, entre algumas delas, com convergências claras. (cf. MUELLER, 2001, p. 57). De resto, durante a primeira metade do século XX segue a polêmica em torno da questão: o que chamamos de ciência? Esta querela segue como uma sorte de epicentro epistemológico na psicologia até os tempos que correm.

As três escolas nascentes: A protopsicologia

Como vimos, depois que a psicologia passou a ser uma disciplina egressa da filosofia, surgiram diversos enfoques psicológicos em um curto período, de tal modo que, já no início desta disciplina, não existia uma psicologia singularmente, senão psicologias,

desde um prisma multímido. Vejamos, porquanto, o que sucedeu com as três primeiras correntes de psicologia, quais sejam, i) estruturalismo, ii) funcionalismo e iii) behaviorismo.

O i) estruturalismo, como reportamos outrora, foi a primeira doutrina de psicologia. Fundada por Wilhelm Wundt, pai desta disciplina moderna, desapareceu praticamente com sua morte, ou seja, na terceira década do século XX. A contribuição primacial deste sistema psicológico foi a criação da psicologia como uma disciplina independente da filosofia. Por conseguinte, se tornou isomorfa a uma ciência experimental, ao mesmo tempo em que foi entronizada nos centros acadêmicos como um novo campo do saber, ou melhor, com peculiaridades delimitadas. Inobstante, remanesceram questões insolúveis que circuitam em torno da divisa de seu (s) objeto (s) de estudo. (cf. ARAÚJO, 2010, p. 35).

Por seu turno, o ii) funcionalismo, que teve sua origem nos Estados Unidos da América, cujo precursor foi William James, e teve John Dewey como um de seus autores mais proeminentes, buscou indagar como funciona a mente humana. À vista disso, retomou a ideia darwiniana de adaptação, e investigou as funções da mente que possibilitam a adaptação do indivíduo ao seu ambiente. Esta é uma característica intrínseca à cultura estadunidense, uma vez que os habitantes provenientes da Inglaterra se concebiam como povos civilizados presentes em um continente selvagem.

O principal aporte de William James foi a consolidação da psicologia como uma disciplina legítima

e adotada nas universidades do Estados Unidos. Ainda, seu estudo de como funcionava a mente consciente promoveu que o conhecimento psicológico tivesse uma aplicação prática. Sem embargo, o funcionalismo nunca se constituiu como uma escola organizada, tão pouco sistemática e, como queremos enxergar, suprime pouco depois do estruturalismo. Nesse ínterim, facultou a transição para o advento do behaviorismo. (cf. MUELLER, 2001, p. 163).

No que tange o iii) behaviorismo, o início formal se deu em 1913 com a publicação do artigo intitulado *A psicologia como o behaviorismo a vê*, de autoria de John Broadus Watson. Neste artigo o fundador do comportamentalismo nega a existência de uma consciência interior, de estados mentais, e indigita o comportamento observável como o único e verdadeiro objeto de estudo da psicologia. Insta salientar, todavia, que essa nova proposta já estava presente em Wilhelm Wundt, com as devidas ressalvas.

O problema com a teoria lógica da mente é o mesmo que qualquer teoria psicológica assentada na noção de inconsciente psíquico [...] como falar da natureza desse inconsciente se, por definição, ele não pode ser conhecido? Como decidir entre um enunciado que afirma que a natureza do inconsciente é lógica e um que nega essa natureza se não há evidência empírica direta para nenhuma delas? Em suma, uma teoria do inconsciente dificilmente escapa de uma metafísica dogmática. *Essa constatação fará com que Wundt abandone a teoria lógica da mente e acabe considerando que há apenas um sentido legítimo para o termo inconsciente, que é o fisiológico.* (LOPES, 2011, p. 93, grifo do autor).

As bases filosóficas dessa terceira doutrina psicológica (comportamentalismo) foram o empirismo e o associacionismo ingleses. Por consequência, afirma que o ser humano é um organismo em branco - *tabula rasa* - que recebe estímulos do exterior, e aprende a se adaptar ao meio ambiente mediante os princípios de associação. Tal proposta teve grande corroboração nos Estados Unidos, e, na década dos anos trinta do século XX, era uma das principais doutrinas psicológicas.

O egrégio continuador da abordagem behaviorista foi Burrhus Frederic Skinner. Este psicólogo e filósofo social sustentava que, se se controlasse ou modificasse o ambiente, se controlaria ou modificaria, como resultado, o comportamento do ser humano. Nesta seara, a possibilidade de que haja autodeterminação, liberdade ou processos mentais da consciência redundou preterida. Não obstante sua expansão, o behaviorismo chegou no seu limite quando não explicou uma gama de comportamentos e, *a fortiori*, reduziu o ser humano a um mero organismo biológico que aprendia ou modelava seu comportamento. (cf. FIGUEREDO, 1989, p. 104).

As limitações foram alinhavadas por Albert Ellis, que se desonerou da psicanálise e concebeu a Terapia racional emotiva-comportamental (*Rational Emotive Behavior Therapy* - REBT) no ano de 1957. No que lhe concerne, o psiquiatra, também norte-americano, Aaron Temkin Beck edificou, em 1963, a Terapia Cognitiva. (cf. MARX; HILLIX, 1978, p. 29). Desta maneira, ambos admitiram que, depois de receber

os estímulos, no ser humano emergem processos cognitivos e emocionais que orientam sua conduta em outro sentido. Essa ideia avultante conduziu para o seguinte estágio dessa doutrina, que hodiernamente constitui um amplo espectro de posturas, sob o nome genérico de “terapias cognitivo-comportamentais”.

Considerações finais

Dado o exposto, cumpre aduzir que, a despeito do início da psicologia ter sido alvitado por Wilhelm Wundt em 1879, seus fundamentos filosóficos são irrefutáveis e, inclusive, a empreitada de Wundt tem uma embocadura filosófica. Ele mesmo foi docente de filosofia indutiva na Universidade de Zurique no ano de 1874, e na Universidade de Leipzig entre os anos 1875 e 1917. Neste seguimento, poder-se-ia proferir de uma história antiga, e, por outro lado, de uma história recente, as bases filosóficas e a ciência psicológica moderna, respectivamente.

Como demonstramos, há alguns eventos que circunscrevem a psicologia moderna. Nos anos 1850 iniciaram-se os primeiros estudos científicos alusivos à psicologia, no entanto, não sem ponderar as influências filosóficas. Porquanto, no séc. IV a.C. vemos reflexões acerca dos processos mentais sustentadas por Platão e seu discípulo Aristóteles - o Estagirita -, delineando, se quisermos, a trilha filosófica para o vindouro nascimento da psicologia acadêmica.

O projeto da psicologia científica (moderna) travou embates, tendo como escopo se desvencilhar do mentalismo, e pleiteou a tese de que a psicologia emana da cisão com a psicologia “não-científica”. Nada obstante, os pressupostos filosóficos envolvem a fundamentação do projeto de Wundt, o que significa que a filosofia ocupa um papel crucial em seu programa. Assim, são prementes o exame sistemático e a ampliação dos horizontes do esteio filosófico da psicologia. Isso designa que o reconhecimento das ideias psicológicas imersas na filosofia é inadiável.

Essas considerações nos obrigam a apreender que a gênese do pensamento psicológico se dá entre os gregos, perpassa a história da filosofia e desembocará numa psicologia científica moderna. Precisamente, advogamos que há uma relação estreita entre o conhecimento filosófico e a psicologia proposta por Wundt. De todo modo, é imprescindível nos ater à relevância do pré-texto filosófico na psicologia, sendo que, *stricto sensu*, o rechaço dos teóricos modernos é à metafísica, o que, entre outros, Immanuel Kant operou, no âmago filosófico, com acuidade.

Enfim, as investigações históricas dos textos psicológicos apontam, como explanamos, a vasta gama de conteúdo filosófico na psicologia. Isto posto, *exempli gratia*, Franz Brentano e o tão reportado neste estudo, Wilhelm Wundt, são reconhecidos contribuidores para o surgimento da nova psicologia. Aquele se dedicou às apurações filosóficas (antiga e medieval), o que baliza a fenomenologia de Edmund Husserl e, irrestritamente,

o próprio movimento fenomenológico que inaugura a filosofia contemporânea, ao passo que Wundt arrogou, nos laboratórios, uma ciência autônoma. Porquanto, ambos influenciaram os campos de perquisição da filosofia e psicologia, de maneira que, negar as fontes filosóficas da psicologia corresponde a aniquilar sua história, a indelével tradição filosófica.

Referências

ARAÚJO, S. F. *O projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt: Uma nova interpretação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

BUNGE, M. Y. ARDILA, R. *Filosofía de la psicología*. México: Siglo XXI Editores, 2002.

FIGUEREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GUEDES, M. C. (org.) *História da Psicologia*. São Paulo: EDU, 1987.

GRUNENVALDT, J. T.; BEBER, I. C. R. *As ciências do espírito em Wilhelm Dilthey e as figuras em Norbert Elias: relações e afinidades por um caminho metodológico*. XII Simpósio Internacional, 2009.

JAPIASSU, H. *Introdução à epistemologia da Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

KAHHALE, E. M. P. (org.) *A diversidade da Psicologia. Uma Construção Teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

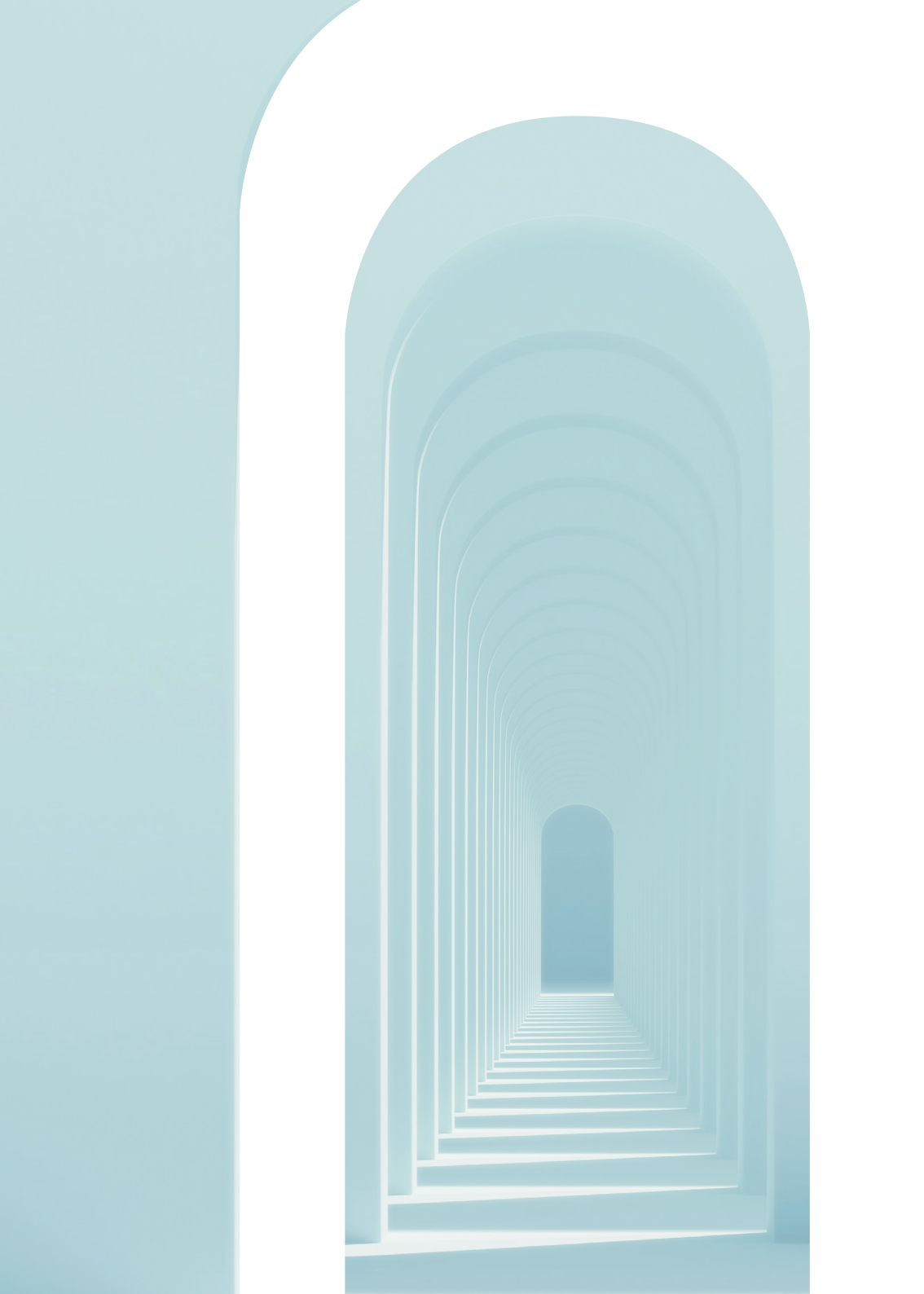
LOPES, C. E. Uma Arqueologia do Pensamento de Wilhelm Wundt: Por que a Psicologia Científica ainda não chegou ao século XIX? *Psicologia em Pesquisa*, UFJF, 5(01), 2011, p. 91-94.

MARX, M. H., & HILLIX, W. A. *Sistemas e Teorias em Psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.

MUELLER, F.L. *História da Psicologia I: Da antigüidade a Bérqson*. Publicações Europa-América, 2001.

SILVA, R. A. *Fundamentos filosóficos de la psicología*. México: El Manual Moderno, 2011.

VERISSIMO, D. S. A revisão das antinomias na psicologia: Do racionalismo cientificista ao estruturalismo. *Psicol. Argum.*, 31(74), 2013, 537-546.



A EVOLUÇÃO DA IMAGEM ARQUETÍPICA DO FEMININO RETRATADA EM FILMES E CONTOS DE FADAS

Fabiani de Almeida e Mônica Perri Kohl Greghi

Introdução

A imagem do feminino tem sido uma constante em narrativas que ecoam ao longo do tempo, especialmente em contos de fadas e filmes. As representações femininas nesses meios de comunicação não apenas refletiram os valores culturais e sociais de suas respectivas épocas, mas também influenciaram a maneira como as mulheres são percebidas na sociedade. Desde as clássicas histórias contadas oralmente até as produções cinematográficas contemporâneas, a arquetipicidade do feminino evoluiu, revelando a complexidade e a profundidade da experiência feminina através das gerações.

“Os conteúdos do inconsciente coletivo são chamados de arquétipos” (JUNG-9/1§4). Os arquétipos são estruturas comuns a todos nós, seres humanos. Eles funcionam como uma espécie de sabedoria instintiva herdada e automática acumulada ao longo da existência humana (Jung, 1924/1986; Whitmont, 1991). Segundo Politi (2022), o arquétipo não possui uma existência material, revelando-se apenas como imagens. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução da imagem arquetípica do feminino em contos de fadas e produções cinematográficas, considerando

as transformações culturais, sociais e históricas que moldaram essas representações ao longo do tempo. Busca-se compreender como essas imagens refletem valores e ideologias predominantes em diferentes contextos e como elas influenciam a percepção do papel da mulher na sociedade contemporânea.

A justificativa para este trabalho reside na relevância de se explorar criticamente a construção dos arquétipos femininos, dado seu impacto na formação de identidades, nos discursos de gênero e na perpetuação de estereótipos. Em tempos de avanços significativos na luta pela igualdade de gênero, revisitar essas narrativas é essencial para identificar as limitações e os potenciais das representações femininas, contribuindo para um diálogo mais inclusivo e diverso na literatura e no cinema. No presente artigo, serão analisados os contos de fadas *Branca de Neve*, *Bela Adormecida* e *Cinderela*, bem como os filmes *E Tudo o Vento Levou* (1939), *Alien – O Oitavo Passageiro* (1979), *Clube da Luta* (1999), *Os Infiltrados* (2006), *Pantera Negra* (2018) e *Mulher-Maravilha* (2017). A escolha desses materiais baseou-se em critérios de representatividade temporal, relevância histórica e diversidade de enredos, com o objetivo de oferecer uma perspectiva ampla e variada da evolução da imagem arquetípica do feminino.

Conforme expõe Corso (2011), os contos de fadas, muitos dos quais remontam ao período medieval, frequentemente apresentavam mulheres em papéis arquetípicos, como a donzela, a mãe e a feiticeira. Essas figuras eram frequentemente definidas em termos

de suas relações com os homens, refletindo uma sociedade patriarcal. Por exemplo, a figura da donzela, simbolizando a pureza e a inocência, surgia como objeto de desejo e salvação, necessitando, em muitos casos, de um príncipe para libertá-la de um destino trágico. Contos como *Branca de Neve* e *Cinderela* exemplificam esse modelo, no qual os destinos das protagonistas estão intimamente ligados ao amor romântico e à gratificação masculina.

Para Dutra (2020), é importante destacar que, apesar de suas limitações, essas histórias também apresentavam mulheres com características de resiliência, inteligência e bondade. As protagonistas, embora muitas vezes em papéis subordinados, demonstravam qualidades que podiam inspirar reconhecimento e valorização em um contexto mais amplo. Assim, a imagem arquetípica do feminino começou a incluir nuances que, em algumas versões e interpretações, abriam espaço para a criatividade e a autodeterminação.

Com a chegada das décadas de 1920 e 1930, a imagem do feminino começou a mudar de forma significativa, particularmente com as inovações cinematográficas e a popularização do cinema. Nesse período, mulheres começaram a ser retratadas em papéis mais diversos e complexos. Elas não eram mais apenas donzelas dependentes; algumas ganharam autonomia e uma voz própria. No entanto, esses novos papéis muitas vezes ainda se baseavam em estereótipos, limitando suas experiências a representações de glamorosas “divas” ou “mães perfeitas”. Filmes como *O Mágico de*

Oz, lançado em 1939, exemplificam essa mudança ao apresentar Dorothy, uma jovem que, embora em busca de lar e pertencimento, demonstra bravura e agência. Ela embarca em uma jornada que não só a transforma, mas também a desafia a confrontar suas próprias limitações e preconceitos. Essa narrativa sugere um deslocamento gradual na percepção do feminino; a ênfase repousa agora não somente na necessidade de um salvador, mas na capacidade da mulher de se salvar por meio de seus próprios esforços e escolhas.

A partir da década de 1960, o movimento feminista trouxe novos discursos e desafios à imagem arquetípica da mulher. Com a luta pela igualdade e autonomia, as representações femininas em filmes e contos de fadas começaram a refletir uma nova consciência social. As heroínas começaram a emergir como figuras empoderadas que não eram definidas apenas por suas relações com os homens. A cultura pop passou a apresentar mulheres fortes que, de fato, desafiavam as normas sociais. Lobão (2023) explicita que filmes como *Mulher-Maravilha* e *As Aventuras de Sininho* proporcionaram modelos mais variados de heroínas, cujas histórias não se resumiam mais a casamentos ou relacionamentos românticos. Essas narrativas destacavam habilidades, inteligência e força, permitindo que as mulheres fossem vistas como protagonistas de suas próprias histórias. O público começou a acolher protagonistas femininas que enfrentavam dragões metafóricos, quebrando barreiras e criando novos arquétipos que resistiam a definições simplistas e limitadas.

Dessa forma, Borges (2022) pontua que, no século XXI, a evolução da imagem arquetípica do feminino continua a se desdobrar de maneiras ainda mais variadas e complexas. A globalização e a crescente diversidade cultural proporcionaram uma plataforma para que diferentes narrativas femininas fossem exploradas, ampliando o espectro das representações. Os filmes contemporâneos frequentemente incluem personagens femininas que se afastam de estereótipos tradicionais. Seguindo essa mesma linha, Oliveira (2022) explica que filmes como *Moana* não apenas desafiam o estereótipo da donzela em perigo, mas também apresentam um feminino forte, independente e multifacetado. Essas representações são enriquecidas por contextos culturais e sociais variados, levando à inclusão de vozes femininas de diferentes origens e experiências. Assim, a mulher contemporânea no cinema e na literatura se torna uma figura complexa e diversificada, embora ainda enfrente desafios relacionados aos preconceitos e às expectativas sociais.

A imagem arquetípica do feminino nas representações dos contos, mitos e filmes

De acordo com Silva (2023), ao longo da história da humanidade, os arquétipos têm desempenhado um papel preponderante na formação de personalidades, no desenvolvimento de identidades e na influência de comportamentos sociais. O teórico suíço Carl Gustav Jung trouxe à tona a importância dos arquétipos em

sua obra sobre o inconsciente coletivo, afirmando que essas imagens universais transcendem culturas e épocas. No contexto do desenvolvimento psicológico das mulheres, os arquétipos femininos — como a Mãe, a Dona de Casa, a Amante e a Guerreira — assumem um papel crucial, moldando tanto a identidade feminina quanto as emoções que se manifestam nas pacientes em contextos terapêuticos.

No entendimento de Corso (2011), os arquétipos, conforme descritos por Carl Jung, são imagens primordiais presentes no inconsciente coletivo que moldam o comportamento e as percepções humanas. No contexto do feminino, esses arquétipos são particularmente relevantes, pois encapsulam experiências que muitas mulheres vivenciam ao longo de suas vidas. Entre os arquétipos que se destacam no imaginário e na prática psicológica, encontram-se a vítima, a bruxa e a mãe ferida. De acordo com Costa (2022), os contos de fadas clássicos, embora frequentemente considerados meras narrativas infantis, são obras ricas em simbolismos e profundas construções sociais que refletem as normativas culturais de suas épocas. Durante séculos, essas histórias não apenas entreteram gerações, mas também moldaram as percepções e expectativas sobre o papel da mulher na sociedade. Segundo Politi (2022), os contos são representações coletivas do arquétipo, que nos contam sobre a estrutura básica da personalidade e do comportamento psicológico que pertence à espécie humana. Jung refere que “Eles são,

antes de mais nada, manifestações da essência da alma” (C.G. JUNG, 9/1/2014).

No olhar de Barbosa (2018), os contos de fadas têm raízes que remontam a tradições orais, nas quais geravam ensinamentos e preservavam valores culturais. Com a transição para formas escritas, especialmente no século XVIII, com autores como Charles Perrault e os Irmãos Grimm, as narrativas começaram a capturar não apenas elementos de moralidade, mas também reflexões sobre gênero. Nesse sentido, os contos de fadas serviram como uma ferramenta para perpetuar ideais de feminilidade que muitas vezes limitavam as aspirações das mulheres. Nesse contexto, é observado por Solórzano (2022) que um dos arquétipos mais preponderantes é o da princesa ou donzela em perigo, figura central em histórias como “A Bela Adormecida” e “Cinderela”. Essas personagens normalmente representam a pureza e a vulnerabilidade, sendo frequentemente salvas por um herói masculino. Essa representação sugere uma idealização da feminilidade associada à passividade e à dependência dos homens, refletindo as normas patriarcais prevalentes nas sociedades em que essas histórias foram estabelecidas. Tal arquétipo nos convida a questionar a autodefinição feminina e o valor que a sociedade atribui às mulheres cujas histórias são quase sempre ancoradas na busca por um príncipe encantado ou um salvador.

Assim, Cardoso (2023) aponta que outro arquétipo notável é o da sábia ou da velha, que frequentemente aparece como uma figura maternal ou de conselheira,

como a Fada Madrinha em “Cinderela” ou a Bruxa em “Hansel e Gretel”. Essas personagens muitas vezes representam um conhecimento profundo e um poder que, mesmo quando desaprovados ou marginalizados, oferecem às mulheres jovens a formação necessária para enfrentar desafios. Tal figura aponta para uma dicotomia interessante: enquanto as jovens são frequentemente retratadas como vulneráveis, as mais velhas são vistas como guardiãs do conhecimento e da sabedoria, sugerindo que a mulher pode ter sua própria forma de poder, embora muitas vezes esteja oculta ou desprezada. Seguidamente, Barbosa (2018) esclarece que os contos de fadas também frequentemente apresentam vilãs que encarnam características opostas à feminilidade idealizada. Figuras como a Rainha Má em “Branca de Neve” representam um poder feminino maligno que desafia a norma. Essas personagens muitas vezes são classificadas como invejosas ou dominadoras, sugerindo que o poder feminino é intrinsecamente perigoso e deve ser temido. Tal representação coloca as mulheres em um dilema duplo: o poder é desejável, mas associado à corrupção e à queda moral, o que cria uma tensão entre a busca pela autonomia e a conformidade com as expectativas sociais.

Arquétipo e cultura

Silva (2016) reitera que a análise dos arquétipos femininos nos contos de fadas não ocorre em um

vácuo; está intrinsecamente ligada ao contexto histórico e cultural em que essas histórias foram produzidas. Embora os contos de fadas tradicionais possam refletir ideias conservadoras sobre papéis de gênero, ao mesmo tempo, eles oferecem um espaço para a emancipação e a reinterpretação. Silva (2021) amplia tal pensamento, expondo o fato de que estudos modernos, como aqueles propostos por autores feministas, têm criticado e reinterpretado tais contos, sugerindo que essas histórias podem servir como plataformas de discussão sobre poder, identidade e resistência. Histórias modernas frequentemente reconfiguram esses arquétipos de maneira a oferecer uma representação mais complexa e menos dicotômica do feminino, questionando os motivos que sustentam as narrativas tradicionais. Continuamente, Cardoso e Baralho (2023) assinalam que os contos de fadas clássicos oferecem um reflexo multifacetado da mulher e das expectativas sociais que a cercam. Os arquétipos de princesas, sábias e vilãs oferecem um quadro rico para explorar as complexidades da identidade feminina ao longo da história. Embora muitos desses contos perpetuem estereótipos que podem ser prejudiciais, sua análise revela também oportunidades de resistência e transformação. À medida que reexaminamos esses contos, não apenas reconhecemos as limitações impostas ao feminino, mas também celebramos a força e a diversidade que as mulheres representam em suas múltiplas narrativas, reimaginando um futuro no qual as histórias que

contamos sobre o feminino sejam tão ricas e complexas quanto as experiências vividas por elas mesmas.

Os filmes, enquanto uma das formas de arte mais influentes dos séculos XX e XXI, não apenas refletem, mas também moldam as percepções sociais relacionadas aos gêneros. Silva (2023), tratando dessa temática, enfatiza que, ao longo das décadas, a representação do feminino no cinema passou por profundas transformações, em grande parte devido às mudanças sociais, culturais e políticas. Desse modo, Soncini (2024) também chama a atenção para o fato de que, no início da história do cinema, durante a Era de Ouro de Hollywood, observou-se a prevalência de arquétipos como a “dama em perigo” e a “mãe sacrificial”. Filmes como *E Tudo o Vento Levou* (1939) apresentavam protagonistas femininas que, embora carismáticas e complexas, frequentemente eram posicionadas como figuras dependentes de heróis masculinos ou como vítimas de suas circunstâncias. Essas representações espelhavam uma sociedade patriarcal que limitava as mulheres a funções secundárias, ressaltando, muitas vezes, a vulnerabilidade e o ideal de sacrifício maternal.

Silva (2024) complementa tal entendimento, dissertando o fato de que, com a chegada dos anos 70, influenciada pelo movimento feminista e pelas mudanças sociais decorrentes, o cinema começou a introduzir novas narrativas que destacavam a força e a autonomia feminina. Filmes como *Alien – O Oitavo Passageiro* (1979) apresentam personagens como Ellen Ripley, uma protagonista que desafiava as convenções

estabelecidas ao se tornar não apenas uma heroína, mas também um símbolo de empoderamento e resiliência. A construção da heroína não se limitou ao gênero de ficção científica; dramas sociais e romances começaram a explorar personagens femininas que tomavam decisões ativas, refletindo uma mudança significativa nas expectativas da audiência em relação ao papel das mulheres na tela.

Assim, Almeida (2024) esclarece que os anos 90 e o início dos anos 2000 introduziram uma nova onda de representações femininas, onde a complexidade emocional e a diversidade de experiências tornaram-se mais evidentes. O cinema começou a explorar uma gama mais ampla de arquétipos, como a “femme fatale” e a “mulher independente”, alicerçando narrativas que abordavam questões da sexualidade, carreira e as interações nas relações femininas. Filmes como *Clube da Luta* (1999) e *Os Infiltrados* (2006) apresentaram mulheres complexas, nem sempre moralmente impecáveis, que desafiavam as prescrições sociais em busca de autoconhecimento e reivindicação de espaço.

No contexto do século XXI, Silva (2024) aponta que as transformações nos arquétipos femininos no cinema têm se acelerado, em parte devido ao crescente reconhecimento da importância da diversidade e da representação. O surgimento de movimentos como #MeToo e Time's Up não apenas desafiou a indústria cinematográfica a reexaminar suas práticas, mas também levou a uma representação mais autêntica das experiências femininas, que agora se manifestam em

personagens multifacetados. Filmes como *Pantera Negra* (2018) e *Mulher-Maravilha* (2017) não apenas trouxeram heroínas poderosas à frente, mas também celebraram a interseccionalidade, contemplando questões de raça, classe e identidade sexual através da lente do feminino.

Para Almeida (2024), a perspectiva atual em relação aos arquétipos femininos no cinema sugere uma continuidade na evolução. As narrativas estão se movendo em direção a uma representação que privilegia as vozes femininas, não apenas como personagens, mas também como diretoras, roteiristas e produtoras, contribuindo para uma maior diversidade na contação de histórias. O desafio permanece em resistir às armadilhas de categorias estáticas de representação, abrindo espaço para uma variedade de arquétipos que encapsulem a rica tapeçaria das vivências femininas. Neste rol, observa-se que, conforme Soncini (2024), as transformações dos arquétipos femininos no cinema ao longo das décadas evidenciam não apenas um reflexo das mudanças na sociedade, mas também a capacidade do cinema de influenciar e inspirar diálogos sobre gênero e identidade. Desde as representações limitadas das primeiras décadas do século XX até a complexidade e diversidade das heroínas contemporâneas, o caminho evolutivo desses arquétipos é um testemunho do poder do cinema na reinvenção e na reimaginação do que significa ser mulher. Cardoso e Baralho (2023) dizem que os arquétipos femininos são expressões coletivas de experiências universais que refletem as vivências, os desafios e os projetos de vida das

mulheres. Cada arquétipo carrega consigo um conjunto de características, valores e comportamentos, atuando como mapas que podem guiar ou, por vezes, aprisionar a mulher em expectativas sociais.

Dessa forma, Cardoso (2023) pontua que a figura da Mãe evoca conotações de cuidado, nutrição e proteção, mas também pode implicar pressões quanto à responsabilidade e autossacrifício. Já a Amante sugere um ideal de romantismo e sensualidade, muitas vezes levando a conflitos internos sobre autoestima e desejos pessoais. Estes arquétipos não apenas moldam a percepção de si mesmas que as mulheres desenvolvem, mas também as relações que constroem com os outros e com a sociedade.

As representações de evolução do feminino nas histórias

Segundo Solorzano (2022), o desenvolvimento da identidade feminina é um processo multifacetado, que envolve não apenas a autoimagem e autoestima, mas também a forma como as mulheres percebem seu papel em diversas esferas da vida — familiar, profissional e social. Os arquétipos femininos são, portanto, fundamentais para este processo, pois direcionam a construção da identidade e a autocompreensão.

Dessa forma, Silva (2021) esclarece que a psicologia analítica sugere que a identificação com certos arquétipos pode proporcionar um sentido

de pertencimento e propósito, enquanto a falta de identificação ou a rejeição de certos padrões arquetípicos pode resultar em crises de identidade. O confronto com essas imagens pode levar a uma reavaliação de valores e crenças, possibilitando um crescimento pessoal significativo. Adicionalmente, Lobão (2023) esclarece que a cultura popular, a literatura e as mídias sociais têm um impacto considerável na propagação e na transformação desses arquétipos. As representações de mulheres em filmes, livros e plataformas digitais moldam as expectativas e a percepção de sucesso, felicidade e realização. Mulheres expostas a representações positivas e diversificadas tendem a desenvolver uma identidade mais rica e multifacetada, enquanto aquelas que se veem limitadas a estereótipos podem enfrentar uma série de dificuldades emocionais.

Assim, Silva (2016) explica que o impacto dos arquétipos femininos na psique das mulheres não é apenas teórico; ele se manifesta em diversas questões emocionais que podem ser tratadas em ambientes terapêuticos. Mulheres que se sentem pressionadas a se conformar a um determinado arquétipo, como o da Mãe ou da Dona de Casa, podem experimentar sentimentos de inadequação, ansiedade e depressão quando suas vidas não seguem essas narrativas.

Por outro lado, Barbosa (2018) explica que o reconhecimento e a reinterpretação dos arquétipos podem se tornar ferramentas poderosas para o autoconhecimento e a cura emocional. A terapia

baseada em uma abordagem arquetípica permite que as pacientes explorem seus próprios relacionamentos com esses padrões, ajudando-as a identificar quais arquétipos ressoam em suas vidas e como isso impacta suas escolhas e sentimentos.

Complementar a esse entendimento, Costa (2022) evidencia que o processo terapêutico se torna, assim, um espaço seguro para a desconstrução de estigmas associados a certos arquétipos e para a reinvenção da identidade. Através da narrativa pessoal e da análise das imagens arquetípicas, as mulheres podem redescobrir seu valor e potencial, passando a conceber novas formas de se relacionar com o mundo e consigo mesmas. Para Oliveira (2022), a influência dos arquétipos femininos no desenvolvimento psicológico das mulheres é um campo riquíssimo e complexo, que merece atenção tanto na prática terapêutica quanto na pesquisa acadêmica. Os arquétipos atuam não apenas como reflexos de pautas culturais e sociais, mas também como molduras para a identidade feminina, influenciando a percepção de si mesma e a forma como as mulheres se relacionam com o mundo.

Com isso, Borges (2022) convida o leitor a repensar essas imagens e seus significados, o que é crucial para o empoderamento feminino e a promoção de uma saúde mental equilibrada. Ao integrar a compreensão dos arquétipos na prática clínica, os profissionais de saúde mental podem oferecer um olhar mais inclusivo, ajudando as mulheres a navegar por suas complexidades emocionais e a encontrar um espaço genuíno de

autoaceitação e liberdade no desenvolvimento de suas identidades. Assim, os arquétipos não são apenas figuras estáticas, mas sim pontes para uma renovação contínua da cultura e da psique feminina.

De acordo com Dutra (2020), a psique humana é um campo vasto e complexo, repleto de camadas que interagem e se entrelaçam de maneiras muitas vezes enigmáticas. Dentro dessa complexidade, os arquétipos femininos emergem como representações fundamentais que transcendem culturas e épocas, oferecendo uma lente através da qual podemos entender a experiência feminina e suas interações com traumas psicológicos. Costa (2022) cita que o arquétipo pode capturar a experiência de mulheres que foram subjugadas, maltratadas ou que sofreram traumas significativos. A vítima é frequentemente vista como alguém que foi despojado de seu poder, o que pode resultar em comportamentos de autossabotagem e em uma luta interna para recuperar a agência. Na prática clínica, a identificação com esse arquétipo pode ser um indicador de traumas passados, como abuso físico, emocional ou sexual, sendo fundamental para o terapeuta entender como essa autoimagem pode influenciar a dinâmica da vida da paciente.

Tratando do arquétipo da bruxa, Lobão (2023) cita que este arquétipo representa a mulher que desafia o status quo, que possui um poder próprio e que muitas vezes é marginalizada ou demonizada pela sociedade. A bruxa é vista como uma figura poderosa e, por isso, assustadora, que pode simbolizar a feminilidade não

conformista. A conexão entre este arquétipo e os traumas psicológicos pode ser vista no modo como mulheres que se distanciam das normas sociais podem, em função de suas experiências, desenvolver traumas relacionados a vergonha, culpa e medo. Na prática clínica, a reconexão com esse poder interior pode ser uma parte vital do processo terapêutico.

Borges (2022), ao contemplar o arquétipo da mãe ferida, deixa evidente que esse arquétipo evoca a imagem de uma mulher que, apesar de seu papel central na vida familiar e no cuidado dos filhos, carrega suas próprias cicatrizes emocionais. Este arquétipo pode ser especialmente relevante em famílias onde traumas intergeracionais estão presentes, impactando na forma como a maternidade é vivenciada e expressa. Mulheres que se identificam com esse arquétipo podem lutar contra sentimentos de inadequação e culpa, o que pode repercutir na dinâmica familiar e em seus próprios processos de autocuidado. A prática clínica, nesse sentido, pode auxiliar essas mulheres a superar suas feridas, promovendo um espaço para a cura tanto pessoal quanto relacional. Com isso, Oliveira (2022) aponta que a intersecção entre esses arquétipos e traumas psicológicos é rica e multifacetada. Muitas mulheres carregam traumas que são, em parte, moldados por suas identificações com esses arquétipos. Por exemplo, a vítima pode não apenas vivenciar os efeitos de uma experiência traumática, mas também internalizá-la como parte de sua identidade. Isso gera

um ciclo vicioso de autopercepção distorcida e pode dificultar o processo de cura.

Com o uso desses contos, filmes e mitos, a prática clínica pode exercer um papel transformador ao ajudar mulheres a (re)contextualizar suas histórias pessoais e a entender como esses arquétipos influenciam seu dia a dia. É fundamental que os terapeutas ofereçam um espaço seguro e acolhedor, onde as pacientes possam explorar suas experiências sem medo de julgamento. Utilizando técnicas de terapia narrativa e análise junguiana, é possível ajudar as mulheres a reescreverem a narrativa de suas vidas, substituindo histórias de dor e sofrimento por narrativas de empoderamento e resiliência.

○ caminho para a cura do feminino ferido

O caminho para a cura, especialmente considerando as feridas profundas associadas a esses arquétipos, pode ser desafiador. No entanto, existe um potencial poderoso para renovação e autodescoberta. A primeira etapa envolve a conscientização e a aceitação das experiências vividas. Ao reconhecer como os arquétipos influenciam suas vidas, as mulheres podem começar a desconstruir as narrativas que as limitam.

Práticas como as terapias expressivas, ou seja, o uso desses temas expressos em imagens, grupos de apoio e o desenvolvimento da autoempatia, podem ser extremamente benéficas. Além disso, técnicas como a visualização e a escrita terapêutica podem permitir que as mulheres entrem em contato com seus arquétipos de

forma saudável, promovendo uma maior compreensão de suas próprias histórias e traumas.

Conforme Silva (2021), as representações arquetípicas do feminino, como a vítima, a bruxa e a mãe ferida, oferecem importantes perspectivas sobre as experiências vividas por muitas mulheres. A relação entre esses arquétipos e os traumas psicológicos é um campo fértil para exploração na prática clínica. Por meio do reconhecimento, da aceitação e da reescrita de suas histórias, as mulheres têm a oportunidade de buscar a cura, transformando suas feridas em fontes de poder e resiliência. Assim, a compreensão dos arquétipos não apenas ilumina as experiências traumáticas, mas também pavimenta o caminho para a reconquista da individualidade e do potencial inerente a cada mulher.

Os contos de fadas e as narrativas cinematográficas têm desempenhado papéis significativos na formação de identidades culturais e na construção de valores sociais ao longo da história. Além de seu valor estético e educacional, essas histórias funcionam como poderosos instrumentos terapêuticos na compreensão e na expressão das vivências humanas, especialmente no que se refere aos arquétipos femininos. A análise desses arquétipos pode proporcionar uma reflexão profunda sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, servir como uma ferramenta para a promoção da saúde emocional e do bem-estar psicológico.

Para Barbosa (2018), os contos de fadas, muitas vezes considerados meramente entretenimento infantil, são,

na verdade, complexas narrativas que encapsulam conflitos existenciais, dilemas morais e a busca pela identidade. Muitos desses contos trazem fortes protagonistas femininas que enfrentam adversidades e batalham por sua liberdade, como Cinderela, Branca de Neve e Rapunzel, entre outras. Essas personagens, embora moldadas pelo contexto histórico e cultural em que surgiram, representam arquétipos que ressoam profundamente com a experiência feminina, permitindo que as mulheres se vejam refletidas nessas histórias.

O papel da terapeuta é fundamental nesse contexto. Profissionais de saúde mental podem facilitar discussões em grupo ou individuais sobre como os arquétipos femininos, presentes em contos de fadas e filmes, refletem as experiências e aspirações das mulheres. Isso fomenta um espaço de aprendizado e compreensão mútua, onde cada mulher pode compartilhar suas próprias interpretações e ressignificações, reconhecendo não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também os elementos de força e transformação presentes em suas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que, apesar das diversas variantes culturais e temporais que influenciam essas histórias, o mitologema, ou tema mítico, permanece fundamentalmente inalterado. As princesas, antes retratadas como passivas e à

espera do príncipe, passaram a ser simbolizadas como mulheres autônomas, senhoras de seu próprio destino, buscando sua própria libertação através da transgressão de normas e convenções.

Ao longo dos séculos, a representação do feminino tem sido marcada por figuras polarizadas, como heroínas e vilãs, princesas e bruxas, refletindo as expectativas sociais, os estereótipos e as complexidades da experiência feminina. A análise das heroínas revela a busca pela autonomia e a luta contra sistemas opressivos, com personagens como Mulan, Katniss Everdeen e Angela, que simbolizam a transgressão das normas e a afirmação da independência feminina. No entanto, essas heroínas não estão isentas de pressões sociais, que frequentemente moldam suas escolhas e revelam a tensão entre liberdade e as expectativas impostas pela sociedade. As vilãs, por sua vez, oferecem uma visão mais sombria da feminilidade, caracterizadas pela transgressão e desobediência às normas. Embora frequentemente vistas como antagonistas, essas personagens revelam uma complexidade emocional que nos convida a refletir sobre o poder e a ambição feminina, muitas vezes desafiando a construção tradicional de pureza e bondade associada às heroínas. A humanização das vilãs nas narrativas contemporâneas, ao explorar suas motivações e traumas, amplia a compreensão da luta pela autonomia feminina, revelando a tensão entre poder e moralidade.

A polarização entre heroínas e vilãs reflete uma dicotomia social real, em que as mulheres são

frequentemente pressionadas a assumir papéis de cuidadoras e altruístas, como as heroínas, ou a desafiar essas expectativas, como as vilãs. No entanto, essa dicotomia simplifica excessivamente a complexidade do feminino. A verdadeira riqueza da experiência feminina reside na capacidade de transitar entre essas duas extremidades, sendo, ao mesmo tempo, heroína e vilã em diferentes contextos. Assim, é fundamental reconhecer e explorar as múltiplas facetas da mulher, compreendendo suas complexidades, limitações e possibilidades.

A análise das heroínas e vilãs, ao longo do tempo, demonstra uma mudança substancial na forma como as mulheres são retratadas, refletindo as transformações sociais e culturais que visam promover maior autonomia e liberdade para as mulheres. Essa transição representa a luta contínua pela autodefinição em um mundo que, por muito tempo, foi dominado por vozes masculinas.

Ainda que os contos e os filmes possuam diversas variantes, influenciadas pela cultura e pela época, o Mitologema, ou seja o tema mítico, o núcleo mitológico, permanece inalterado. A imagem simbólica da princesa antes retratada como passiva, à espera do príncipe para se casar e tendo que libertá-la de uma maldição ou prisão. Mas que busca sua libertação por conta de uma transgressão, tema mítico autonomia, senhora do seu próprio destino. Atualmente, em algumas narrativas, é retratada como um símbolo, de ação e autonomia, ao se expressar de uma maneira ativa e não mais passiva, com isso nessa imagem simbólica, o tema mítico da mulher guerreira, autonomia, senhora do seu próprio destino.

A representação do feminino na literatura e no cinema é um tema que permeia a história da narrativa humana, refletindo não apenas a cultura de seu tempo, mas também as complexidades e contradições que compõem a experiência feminina. Ao longo dos séculos, as figuras femininas têm sido denominadas de diversas formas, frequentemente agrupadas em categorias que se opõem: heroínas e vilãs, princesas e bruxas. Essas polaridades não apenas evidenciam as expectativas sociais e os estereótipos, mas também abrem espaço para um debate profundo sobre o papel das mulheres na sociedade, sua autonomia e suas lutas em contextos variados.

A figura da heroína, idealizada, é uma representação de virtudes e heroísmo. Nas narrativas clássicas, a heroína é comumente moldada como uma salvadora, seja de si mesma, da sua comunidade ou do mundo. Exemplos podem ser encontrados em diversas obras, desde as princesas dos contos de fadas, que, ao final, muitas vezes alcançam a felicidade após dificuldades, até heroínas contemporâneas que desafiam normas e expectativas. Personagens como Mulan, Katniss Everdeen de “Jogos Vorazes” e Angela de “A Corrente do Bem” exemplificam essa busca pela autonomia e pela luta contra sistemas opressivos. Essas figuras são frequentemente retratadas como destemidas e independentes, desafiando as convenções em que estão inseridas.

A heroína, no entanto, não é isenta de complexidade. Sua narrativa, frequentemente, revela pressões sociais que a moldam, exigindo que ela se conforme a ideais de

bondade, sacrifício e altruísmo. Isso levanta questões sobre a autenticidade da sua coragem: será que a heroína é realmente livre em suas decisões, ou suas escolhas são moldadas por expectativas externas? Esse dilema intrínseco muitas vezes ressoa sobre a jornada da mulher na sociedade contemporânea, refletindo as tensões entre busca pela liberdade e as imposições sociais que muitas ainda enfrentam.

Em contraposição, as vilãs oferecem uma perspectiva muitas vezes mais sombria e controversa da feminilidade. As figuras femininas que assumem o papel de antagônicas, como a Rainha Má em “Branca de Neve” ou Malévola, representam a transgressão e desobediência a normas sociais. Essas personagens, frequentemente, são vestidas em camadas de complexidade; muitas vezes, suas ações são motivadas por traumas, marginalização ou a busca desesperada por poder em um mundo que as restringe.

As vilãs desafiam a narrativa de pureza associada às heroínas; elas exploram um espectro emocional que abrange a raiva, o desejo e a vingança. Essa representação nos convida a refletir sobre o que significa ser uma mulher que busca poder e a relação muitas vezes conflituosa que as mulheres têm com a ambição. À medida que mais histórias contemporâneas começam a humanizar vilãs, oferecendo-lhes histórias de fundo que explicam suas motivações, somos convidados a considerar a sombra da heroína: é a luta pela autonomia uma jornada que pode justificar comportamentos moralmente questionáveis?

O dualismo do feminino manifesta-se de forma intensa nas narrativas culturais modernas. A dicotomia entre heroínas e vilãs não é meramente uma construção narrativa; ela reflete as tensões sociais reais que existem na vida das mulheres. As heroínas solidificam a expectativa de que as mulheres devem ser cuidadoras e altruístas, enquanto as vilãs desafiam esses papéis, representando uma ideia de potência que muitas vezes é mal interpretada.

Contudo, essa dualidade é uma simplificação excessiva. A verdadeira complexidade do feminino reside em sua capacidade de transitar entre essas extremidades. Mulheres podem ser heroínas em certos contextos e vilãs em outros. É essa nuance que deve ser explorada e reconhecida; as diversas facetas da experiência feminina revelam uma matriz de possibilidades e limitações que não pode ser reduzida a uma dicotomia.

O estudo das polaridades do feminino nos contos de fadas e filmes revela mais do que apenas arquétipos a serem ditos como verdadeiros ou falsos, ele nos confronta com as versões multifacetadas de identidades femininas. As heroínas e vilãs, princesas e bruxas, representam a luta contínua de mulheres pela autodefinição em um espaço muitas vezes dominado por vozes masculinas. Ao reexaminarmos essas narrativas, não apenas celebramos a heroína, mas também começamos a compreender e a humanizar a vilã, reconhecendo que cada personagem, independente de sua posição moral, tem uma história

a contar que reflete as realidades da vida feminina. Assim, o verdadeiro desafio reside na capacidade de transcender estas categorias limitadas e abraçar a riqueza e as complexidades da experiência feminina com uma perspectiva crítica e empática.

E, finalmente,, as figuras de heroínas e vilãs, princesas e bruxas, são mais do que simples arquétipos; elas são expressões das lutas e desafios enfrentados pelas mulheres em sua busca por autonomia e identidade. Tais polaridades nos induz a uma reflexão crítica sobre as representações de gênero nas narrativas, convidando-nos a questionar os papéis sociais impostos às mulheres e a valorizar a complexidade de suas experiências. Assim, a verdadeira reflexão sobre a representação do feminino nos contos de fadas e filmes não deve se limitar a uma dicotomia, mas sim abraçar a pluralidade e as complexidades da experiência feminina, reconhecendo suas várias facetas e possibilitando uma leitura mais rica e empática das narrativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tayane Ferreira de. **Didática da História e Arquétipos em Quadrinhos de Terror: Uma Análise a partir de “Carniça e a Blindagem Mística”**. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

BARBOSA, Adilson. **A Jornada Feminina e o Riso dos Orixás: Os Arquétipos Junguianos na Construção de Personagens de Dona Flor e Seus Dois Maridos**. 2018.

369 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2018.

BORGES, Cláudia Suellen de Carvalho. **A Jornada da Heroína: Um Estudo Mitocrítico em A Noiva-Cadáver, de Tim Burton**. 2022. 124 f. Dissertação (Programa de Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade Estadual do Piauí, 2022.

CARDOSO, Gustavo Aragão. **As Interfaces do Maravilhoso na Obra Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento de Marina Colasanti**. 2023. 178 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

CARDOSO, Kelly Cristina Lima. **Baralho Digimitos: O Jogo das Impressões Plano de Aplicação para Jogo de Cartas**. 2023. 130 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2023.

CORSO, Diana Lichtenstein. **A Psicanálise da Terra do Nunca: Ensaio sobre a Fantasia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

COSTA, Elismere Fatima. **Construção Arquetípica da Personagem “Cinderela”: Uma Análise Textual Discursiva a Partir do Sistema de Avaliatividade**. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. **A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas**. Revista Feminismos, Salvador, v. 6, n. 2, 2020.

LOBÃO, Geórgia Linhares Carneiro. **Os Arquétipos Femininos nos Contos de Fadas Clássicos e nas Versões Contemporâneas**. Orientador: José Leite de Oliveira Junior. 2023. 77 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

JUNG, Carl Gustav. **A Natureza da Psique**. Obras completas, vol. VIII/2, 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

POLITI, Adriana Spaulonci. **Contos de Fadas na Psicologia Analítica**. Copyright 2022. Todo o conteúdo deste site é de uso exclusivo do Instituto Freedom®.

OLIVEIRA, Lany dos Santos Pereira Cordeiro de. **A Transformação da Representação e do Papel das Princesas dos Estúdios Disney**. 2022. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História da Arte) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Andressa de Souza. **Bruxas e Suas Casas: A Integração da Sombra do Feminino em Carola Saavedra e Alina Paim à Luz da Psicologia Profunda**. 2021. 150 f., il. Dissertação (Mestrado em Literatura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SILVA, Francisca Elane Costa e. **A Ganância de Eustáquio e Sua Dragonicidade: Tradução do Romance de C. S. Lewis para o Cinema**. Orientador: Rafael Ferreira da Silva. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SILVA, Ivana Carolina Santos da. **Sororidade e Rivalidade Feminina nos Filmes de Princesa da Disney**. 2016. 130 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, José Laerton Santos da. **Corpus Simulacrum: Cinema de Terror, Motores de Dobra e Semiótica Alien**. Orientador: Dr. Daniel Rodrigo Meirinho de Souza. 2023. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOLORZANO, Natália Lins. **Ensaíada: Brincadeiras de Corpos Encantados nas Rodas**. 2022. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SONCINI, Gabriela Regina. **O Imaginário Sempre Floresce: Um Caminho pelas Flores da Mitologia aos Contos de Fadas de Hans Christian Andersen**. 2024. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.180>.



CASTELOS SOBRE PÂNTANOS: uma Visão Crítica sobre a Apoteose da Psicopatologia

João Victor Pereira Bernardes e João Paulo Martins

Introdução

Ao decorrer da tradição, os conceitos de psicopatologia sofreram diversas alterações referentes à sua temática e significação para abarcar as diferentes idealizações de existência em um modelo patológico, sinalizando como doentes, aqueles que saem da normativa funcional. Dessa forma, esse modo de ser fora determinada sob o desígnio de “transtorno”, assumindo uma desordem significativa no comportamento do indivíduo refletindo em disfunções no seu aparato biológico, psíquico e mental, assumindo, também, a pressuposição da existência da mente. Foi nesse ínterim que surgiram os Manuais Diagnósticos. O Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM) criado pela Associação Americana de Psiquiatria em 1952, buscava conceber uma melhora na classificação e diagnóstico das doenças mentais em um âmbito geral a partir de uma justificação empírica passível de mensuração (Moraes; Macedo, 2018).

Com o decorrer do tempo, tem-se constatado um aumento exponencial no número de diagnósticos numa amplitude de pessoas das mais diversas faixas

etárias, sendo que, segundo dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2018), cerca de um bilhão de pessoas, incluindo 14% de adolescentes do mundo, vivem com algum transtorno mental. Afirma-se que pessoas com condições graves de saúde mental morrem, em média, de 10 a 20 anos mais cedo que a população em geral e a depressão é duas vezes mais comum em mulheres do que em homens.

De acordo com os autores supracitados, os idosos são incluídos nas estatísticas a partir das visões sobre suas capacidades consideradas disfuncionais por questões capitais, apresentando-se nas taxas de depressão quando são institucionalizados e afastados de seu âmbito comum. Entretanto, as doenças mentais como o Alzheimer e a demência, predominam com uma taxa de 6 a 8%, sendo a terceira doença não transmissível que mais mata, constatando 38,67% a cada cem mil mortes populacionais (OPAS, 2022).

Hodiernamente, fala-se muito sobre a importância das mais diversas abordagens psicológicas, como a psicanálise e a neuropsicologia e suas contribuições para o tratamento ou mesmo acompanhamento nos casos de psicopatologia, alargando o horizonte de compreensão dos sofrimentos psíquicos e sua terapia (Casanova, 2021). A ciência, assim como abordagens baseadas em hipostasias, fitam maneiras de conhecer o mundo atribuindo concepções metafísicas sobre o que seria a essência, o mais próprio dos seus objetos de estudo, sem, no entanto, buscar compreender as bases pelas quais estão fundamentadas e solidificadas (Bernardes, 2022).

Ao adentrar nas definições normativas e patologizantes, a psicologia se depara essencialmente influenciada pela medicina e com ela, a psiquiatria. As pautas prioritárias vigentes nestes âmbitos, consideram a dicotomia entre saúde e doença, atribuindo-se o mesmo estado afetado por diferentes estímulos de distintas intensidades, estereotipadas pelo modelo dogmático da biologia e medicina (Coelho; Almeida Filho, 1999). De acordo com Dias e Moreira (2011), as perspectivas funcionalistas destacam os critérios que diferenciam as doenças mentais de doenças físicas, enfatizando a avaliação subjetiva da própria pessoa afetada como o principal fator determinante. Nessa abordagem, coube ao indivíduo distinguir entre os parâmetros de saúde naturais e os limites que caracterizam as condições enfermas. No contexto clínico, os profissionais responsáveis pela formulação dos diagnósticos baseiam-se em organizações que consideram as perspectivas subjetivas do indivíduo como elementos fundamentais para a compreensão e identificação das condições de saúde mental.

As ciências tidas como modernas, explicitam valores quantificáveis e passíveis de sucessos pragmáticos, enquanto a crise na legitimidade da própria filosofia da ciência atrela-se a alienação de sua reputação de “sucesso”, assim, diante das diversas deliberações, torna-se extremamente tortuoso, alavancar a natureza da psicologia enquanto método e teoria (Castañon, 2009). A razão kantiana, nesse contexto, toma como principal crítica a tentativa de construir sustentações

científicas mensuráveis através de arranjos que pautam conceitos subjetivistas, tentando se igualar às ciências “duras” como a física e a matemática (Gomes, 2005).

Para Cassiano (2022), a principal fundamentação da filosofia kantiana se deve às obrigações morais, ao controle da liberdade e determinações *a priori*, tonalizando fatores normatizantes por meio da racionalização da doutrina enquanto quesito de autonomia do homem. Apenas a título de exemplo, outras ciências que não a psicologia e a psiquiatria também estão imersas nessa forma de pensamento, como, por exemplo, o direito (Cunha Filho, 2021).

A subjetividade do “eu” suscitado por René Descartes como uma nova concepção do espírito, após alavancar o discurso “mente x corpo”, é aprimorada por Kant através das verdades sólidas e abraçada, logo após, pelas psicologias que cunham aspectos intrínsecos dotados de explicações intangíveis, emprestando idealizações de outros ramos baseados em questões biológicas, enunciando verdades a respeito de seus domínios enquanto filiado às ciências sociais. O caráter metafísico não está somente ligado às questões advindas do aparelho psíquico, mas de todas as relações enquanto mergulhadas em pressupostos que buscam definir e qualificar o ser em aspectos sociais, históricos e biológicos propiciados por uma visão técnica e unívoca da historicidade, da mesma forma como acontece com o pressuposto das psicopatologias (Prado Filho; Martins, 2007).

A visão técnica é o signo atual da relação do ser com o mundo que é o dele, encadeando o modo como a sociedade contemporânea se articula, tachada pela dominação da funcionalização do cotidiano. O horizonte de abertura de possibilidades é cerrado através da perspectiva técnica, maquinando as alternativas de pensamento em algo uniforme e automático, sucumbindo o *ser-para-morte* até um estado ilusório de controle sobre o que é demonstrado como conhecimento real, como ocorre com a visão sobre a psicopatologia enquanto passam despercebidos os fenômenos epocais (Possamai, 2010).

Devido ao aumento dos diagnósticos, a sociedade vem em uma crescente normatização das condições do ente homem enquanto vivência, aplacando na abertura ontológica de sentido de seu “*al*”. Com isso, as quebras ontológicas referentes às condições moralizantes da psicopatologia moderna, tornam-se de extrema relevância para encarar a existência com uma visão singular, ampliando o horizonte e diversificando a forma de fitar os fenômenos como se mostram. Diante da visão fenomenológica, influenciado diretamente por Heidegger, evadindo-se de qualquer pressuposto e detendo-se ao questionamento ontológico, este trabalho visa investigar as concepções metafísicas instruídas através dos anos de fixação das ciências psis, que negligenciaram em diversos momentos, as bases fundamentais do saber que respaldam os diversos âmbitos do mundo enquanto detentor de todas as respostas. Caberia ainda, a partir do objetivo acima

proposto, uma interrogação, a saber: A perseguição psicopatológica, que se faz presente nos dias de hoje, seria, portanto, uma moralidade ou mesmo a representação primordial para se definir a normativa dos seres em geral?

Desenvolvimento

O Nascimento da Fenomenologia

A fenomenologia surgiu com Edmund Husserl no início do século XX, estruturando-se como uma resposta à crise do conhecimento nas ciências modernas e como uma tentativa de restabelecer um fundamento sólido para a filosofia. Em sua obra *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* (1936), Husserl critica o modo como as ciências, desde Galileu, focaram na quantificação e matematização da natureza, desconsiderando o mundo da vida cotidiana, ou *Lebenswelt*, que ele considerava essencial para a compreensão da experiência humana.

Husserl argumenta que Galileu e os cientistas subsequentes, ao fundarem o método científico sobre a objetividade, acabaram esquecendo o sujeito da experiência, o que levou a uma crise epistemológica. A ciência moderna, segundo ele, isolou-se do mundo vivido e reduziu a realidade a meras abstrações matemáticas. Isso levou ao que Husserl chama de uma “crise das ciências”, pois elas não podiam mais responder

às questões mais fundamentais sobre a experiência humana e o sentido da existência (Husserl, 2012).

No centro da crítica de Husserl está a concepção de que as ciências naturais, ao buscarem leis objetivas, ignoram o fato de que o mundo que experimentamos é sempre filtrado pela consciência. Ao tratar a natureza como um objeto matematicamente estruturado e independente do sujeito, as ciências modernas perdem de vista as condições essenciais que tornam possível o conhecimento: o sujeito consciente que vive no mundo. Nesse contexto, Husserl propõe uma nova ciência – a fenomenologia transcendental – que buscaria analisar as condições da experiência subjetiva, ou seja, como os fenômenos se apresentam à consciência. Diferentemente da ciência empírica, a fenomenologia transcendental não busca descrever o mundo objetivo, mas investigar as estruturas da experiência subjetiva, as essências que constituem os fenômenos como são dados à consciência (Zahavi, 2019).

A Crítica às Ciências e a Proposta de uma Ciência de Rigor

Em seus escritos, Husserl (1936) critica as ciências naturais e sociais pois, ao focar apenas na objetividade, elas perderam a conexão com o “mundo da vida”, que é onde todas as nossas experiências realmente acontecem. Ele diz que essas ciências tratam a realidade de modo mensurável e esquecem que toda a nossa experiência do mundo passa pela nossa consciência. Isso leva a uma “matematização da natureza”, onde o real é visto

apenas em números e medidas, ignorando as qualidades que vivemos em nossas experiências. Contudo, essa consciência que Husserl está abordando não se constitui como uma consciência “encapsulada”, mas sim como algo relacional. Dessa forma, Husserl postula que “toda consciência é consciência de”, ou seja, não há como existir consciência sem mundo e nem mundo sem consciência, a isso chama-se de consciência intencional ou, em outras palavras, a intencionalidade da consciência.

Um exemplo disso é a crítica que Husserl faz a Galileu. Husserl afirma que Galileu “idealizou” a natureza ao transformá-la em algo que pode ser treinado matematicamente, sem considerar que nossa experiência do mundo é primeira subjetiva e qualitativa antes de ser quantificada. Galileu e seus seguidores acreditavam que o mundo real poderia ser completamente descrito pela matemática. Mas Husserl argumenta que essa visão nos faz perder o contato com o mundo vivido e com o sentido das coisas como as experimentamos no dia a dia (Martins, 2015).

Para enfrentar esse problema, Husserl propõe uma fenomenologia como uma nova ciência rigorosa. Ela não se limita a descrever apenas os objetos, mas investiga as estruturas da consciência que tornam a experiência possível. O método fenomenológico baseia-se na *epoché* ou suspensão do juízo, que significa “colocar entre parentes” nossas suposições sobre a realidade objetiva para focar na análise das particularidades como eles aparecem para nós. Ao fazer isso, Husserl buscava encontrar as essências universais da experiência

- a *a priori* que estruturam toda a nossa percepção e conhecimento do mundo (Husserl, 2012; Zahavi, 2019).

A Radicalização da Fenomenologia: O Esquecimento e a Retomada da Questão Pelo Sentido do Ser

Radicalizando a proposta fenomenológica de Edmund Husserl, Martin Heidegger critica a tradição filosófica ocidental que esqueceu a questão fundamental do Ser. Em *Ser e Tempo* (1927), ele observa que, desde Platão e Aristóteles, os filósofos têm privilegiado a análise dos entes — ou seja, das coisas que têm natureza ou positividade ontológica — sem questionar o próprio Ser, que é o que faz com que os entes possam se manifestar como são. Segundo Heidegger, esse esquecimento se enraizou na metafísica tradicional, que tomou o Ser como algo óbvio e sem relevância para o questionamento filosófico. Ao focar nas propriedades *a priori*, a filosofia perdeu de vista a pergunta essencial: o que significa ser? (Heidegger, 2012). Esse desvio levou a ontologia a se reduzir ao estudo dos entes, deixando de lado a questão do Ser em si.

Para dar um novo sentido à máxima Husserliana, Heidegger provém de uma negativa em um retorno ao movimento sedimentado da fundamentação filosófica, reconduzindo os olhares para o *ser-no-mundo* em uma analítica que reorienta a fenomenologia para a desocultação do ser do ente em uma busca ontológica, a fim de explicitar o sentido primário constituinte de uma rede de significações. O uso da hermenêutica

se abre através da própria existência em meio a cotidianidade, recebendo as instruções das estruturas mundanas pelas quais “caiu”, ditando as possibilidades de existência ao estabelecer um ponto de partida e de chegada diante do tempo que é dele e faz do ser, ser quem é (Souza, 2019).

Desde os primórdios do pensamento grego e suas discussões sobre o funcionamento do universo, restringiam toda possibilidade de conhecimento do mundo ao mítico, oriundo de um tempo limitado por concepções que hoje consideramos puramente anacrônicas. Podemos entender que o pensamento dos filósofos gregos era guiado pelo seu estilo de vida e que, a partir disso, os conceitos surgidos de suas visões influenciavam em diversos aspectos, mesmo que, em seu tempo, fossem apenas falatórios (Hadot, 2014).

Heidegger argumenta que, ao longo do tempo, a questão primordial sobre o ser foi sendo esquecida, dando lugar a questionamentos sobre sua origem e subjetivação por meio dos pensamentos filosóficos modernos, centrados na subjetividade da natureza humana. Em outras palavras, à medida que a filosofia se altera da questão do Ser, ela se transforma em uma metafísica que separa sujeito e objeto. Desde o início, a ontologia foi dominada por uma visão que tentou entender o Ser através de categorias fixas e definidas. Por exemplo, Aristóteles define o Ser como substância (*ousia*) ou essência. Esse modo de pensar, que reduz o Ser a simples presença e categorização, levou ao que Heidegger chama de “esquecimento” do

Ser, pois as questões centrais sobre a existência foram negligenciadas. Assim, o Ser foi limitado a uma questão meramente metafísica, perdendo sua profundidade e mistério originais (Heidegger, 2012; Seibt, 2016).

Esse esquecimento do Ser é intensificado pela forma como a tradição filosófica formula suas perguntas. A metafísica clássica busca respostas claras e objetivas sobre os entes, operando dentro de uma estrutura lógica que visa categorizar e classificar tudo o que existe. Aristóteles, em sua Metafísica, por exemplo, pergunta “o que é o ente?” e responde a partir da ideia de substância. Nesse processo, a própria pergunta sobre o Ser foi deslocada, tratando-o apenas como uma característica adicional dos entes. Para Heidegger, ao perguntar “o que é o ente?” sem questionar “o que significa ser?”, as respostas se tornam limitadas, subjugando o Ser a algo mensurável e classificável (Heidegger, 2012).

Heidegger critica a abordagem restritiva da tradição metafísica que, ao exigir respostas dentro de uma lógica que define os entes, acaba esvaziando o Ser de sua complexidade ao tratá-lo como algo fixo e estático (Heidegger, 2012). Essa visão instrumental vê os entes apenas em termos de utilidade e funcionalidade, diminuindo o Ser à simples presença — o que ele chama de “entificação do Ser” — e ignorando dimensões mais profundas da existência, como temporalidade, finitude e descobertas, que são essenciais para compreendê-lo plenamente. Para enfrentar essas limitações, Heidegger reformula a pergunta fundamental de “o que é o ente?” para “o que significa ser?”, deslocando o foco dos

indivíduos para o Ser em si — aquela realidade que não pode ser capturada por definições ou categorias lógicas. Ao contrário da abordagem metafísica que considera o Ser como algo dado e evidente, ele argumenta que o Ser está sempre velado, em constante desvelamento (*aletheia*), e, portanto, não pode ser apreendido por definições fixas (Heidegger, 2012, Casanova, 2017).

De acordo com Heidegger (2012), no §3 de *Ser e Tempo* intitulado *A precedência ontológica da questão-do-ser*, as elaborações fundamentais a respeito das funcionalidades dos questionamentos assinalados através de sua origem, determinam uma insatisfação em compreender a precedência ontológica do Ser, sendo que o modo do questionamento orienta uma resposta lógica. Isso significa dizer que as modalidades do perguntar exigem uma resposta plausível e orientada. Assim, não se pode falar que as respostas estão erradas, já que respondem de forma lógica e estrutural à pergunta, mas sim que as perguntas partem de um pressuposto ontológico natural de base. Tais aspectos podem ser vistos no trecho a seguir:

Die Seinsfrage zielt daher auf eine apriorische Bedingung der Möglichkeit nicht nur der Wissenschaften, die Seiendes als so und so Seiendes durchforschen und sich dabei je schon in einem Seinsverständnis bewegen, sondern auf die Bedingung der Möglichkeit der vor den ontischen Wissenschaften liegenden und sie fundierenden Ontologien selbst. Alle Ontologie, mag sie über ein noch so reiches und festverklammertes Kategoriensystem verfügen, bleibt im Grunde blind und eine Verkehlung ihrer eigensten Absicht, wenn sie nicht zuvor den Sinn von Sein zureichend geklärt und

diese Klirung als ihre Fundamentalaufgabe begriffen hat (Heidegger, 2012, p. 56 – Grifos do original).¹

Assim, para Heidegger há uma outra maneira de questionar o Ser, a partir da ontologia fundamental. Em vez de buscar respostas definitivas e classificatórias, essa ontologia visa explorar as condições de possibilidade para que o Ser se manifeste. Isso significa focar na análise do *Dasein*, o *ser-aí*, pois é através dele que o Ser se desvela. Como *ser-no-mundo*, o *Dasein* tem uma relação direta com o Ser, qualitativamente diferente daqueles outros entes que simplesmente não são dotados de existência. O *Dasein* é capaz de questionar sua própria existência e, assim, abrir-se à questão do Ser (Casanova, 2017).

O conceito de fenômeno e *logos* introduzidos no § 7 de *Ser e Tempo*, delimitam sobre a questão da diversidade de pensamentos decorrentes de uma interpretação daquilo que se mostra, especificamente em uma ciência dos fenômenos que pretende em sua totalidade, verificar aquilo que se manifesta podendo mostrar-se como *aquilo-que-não-é*. Enquanto *logos*, se exprime a discorrer e fazer saber a quem discorre uns

1 Por isso, a questão-do-ser tem por meta não só uma condição a priori da possibilidade não só das ciências que pesquisam o ente como tal ou tal e nisso já se movem cada vez em um entendimento-do-ser, mas também a condição da possibilidade das ontologias, as quais elas mesmas precedem as ciências ônticas e as fundamentam. Toda ontologia, por rico e firmemente articulado que seja o sistema de categorias à sua disposição, no fundo permanece cega e se desvia de sua intenção mais-própria, se antes não elucidou suficientemente o sentido de ser e não concebeu essa elucidação como sua tarefa-fundamental (Heidegger, 2012, p. 57 – Grifos do original).

com os outros, tendo como função, fazer ver livrando-se do conceito usual de verdade através das acepções até então vigentes (Heidegger, 2012).

A filosofia hermenêutica de Heidegger surge como uma contraproposta a qualquer pressuposição fixa ordinária pela tradição filosófica e suas induções de pensamento fundamentadas em fatores matemáticos ou guiadas pelo desejo. Ela abre espaço para a pergunta fundamental sobre o Ser e investiga por meio de qual mecanismo as coisas se fundamentam em si mesmas, oferecendo uma crítica a qualquer pensamento que objetifique o sentido da existência (Seibt, 2016). De acordo com o autor, o *Dasein* revela total transparência em relação às condições históricas determinadas pelo mundo. Nesse sentido, ele só pode assumir uma posição historicamente proposta, pois não há essência a *priori*, mas sim no momento exato da relação existencial. Essas determinações, que são abertas, delimitam o horizonte de possibilidades pelo qual o *Dasein* é lançado e pode atuar.

É a partir dessa ótica que se pode constituir a questão da psicopatologia como um modo restrito de Ser, visto em direcionamento de uma correlação a apriorística, concebendo uma essência a este ente humano.

A Psicopatologia como Modo Restrito de Entendimento do Ser

Vê-se, com as considerações acima colocadas, que os modos restritos de Ser imperam na tradição

moderna e contemporânea, abarcando de forma cabal as esferas científicas e, como consequência, a forma do entendimento das psicopatologias.

Reforçando a ideia acima, Immanuel Kant, ao sistematizar a epistemologia moderna em sua *Crítica da Razão Pura* (2005), reforça essa visão ao afirmar que o conhecimento é moldado pelas estruturas cognitivas *a priori* do sujeito. Para Kant, uma realidade não é acessada diretamente, mas sempre mediada pelas categorias do entendimento, o que reforça a objetificação do Ser e limita a investigação da existência aos limites da racionalidade humana (Martins, 2015). Com base nessas filosofias, como nas ciências modernas, incluindo a psicopatologia, adotamos esse modo de pensar, no qual o ser humano é compreendido como uma entidade observável e mensurável, cujo comportamento pode ser categorizado e revelado.

A partir dessa tradição, a psicopatologia emerge como uma ciência que opera sob a mesma lógica metafísica que Heidegger criticava. As psicopatologias modernas, ao analisarem os fenômenos psíquicos, tratam o Ser do homem como um objeto passível de classificação, diagnóstico e tratamento, semelhante a outras ciências naturais. Ao fragmentar o ser humano em sintomas, comportamentos e disfunções, a psicopatologia perde de vista a totalidade da existência humana, ignorando a dimensão ontológica da experiência. Assim, o sofrimento psíquico é visto apenas como uma disfunção a ser corrigida, sem que

se questione o sentido do Ser ou a condição existencial (Stanghellini; Mancini, 2017).

Na perspectiva heideggeriana, essa abordagem é uma extensão direta do esquecimento do Ser: o foco nos entes, no caso da psicopatologia, nos sintomas ou nos comportamentos observáveis, ignora a pergunta mais fundamental sobre o Ser do ente humano. A entificação do Ser, nesse contexto, significa que a existência humana é reduzida a um conjunto de processos observáveis e tratáveis, sem levar em consideração sua natureza mais profunda de *ser-no-mundo* (*Dasein*). Isso reflete o mesmo erro cometido pela tradição filosófica ocidental, que negligenciava o Ser em favor da análise dos entes.

Nessa mesma toada, o diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais, baseados em modelos categóricos como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), exemplificam essa entificação. O modelo psiquiátrico dominante tende a focar nos sintomas como manifestações de disfunções biológicas ou psicológicas, sem levar em consideração as condições existenciais do ser humano. O ser humano é tratado como um objeto cuja saúde mental pode ser restaurada através de intervenções técnicas, ignorando as dimensões mais profundas de sua experiência no mundo, como a temporalidade, a angústia e a autenticidade (Bracken; Giller; Summerfield, 2016).

O nascimento do DSM, que teve em suas primeiras edições idealizações nas vertentes psicodinâmicas (como uma consolidação a partir de teorias e hipotese), veio de forma perpendicular às necessidades de suprir

demandas traumáticas dos ambientes após segunda guerra mundial, se aproveitando da elaboração estatística de uma classificação sob os cuidados de um psiquiatra militar conhecido como “medical 203”.

Mesmo citando apenas o primeiro manual diagnóstico, o DSM I, todos os outros recorrem à mesma lógica, baseada em uma configuração apriorística, alterando apenas qual a forma teórica seguida.

A partir da aplicação de um modelo nosográfico de diagnóstico, em uma adoção de uma lógica empobrecida diagnóstica, priorizando a descrição de sintomas ao invés de priorizar a patologia, o DSM utiliza de *checklists* desconsiderando ângulos emergentes na sociedade como um todo, patologizando a sociedade e utilizando de semblantes normatizantes como a farmacologia sob um aspecto científico, para mascarar a tentativa de tornar conflitante toda e qualquer existência (Ribeiro *et al.*, 2020).

Como denota Mattar em sua obra *Depressão: Doença ou Fenômeno epocal?*, na qual a perspectiva de depressão culmina em fatores físicos, a autora ressalta que tal fenômeno conhecido como depressão nos tempos atuais, era, outrora, conhecido como uma alteração na bile negra, necessitando da sangria e banhos de ervas para que a sintomatologia melancólica se esvaísse. Atualmente, em tempos de produção exacerbados, condicionados por uma existência técnica, ativa e desprovida de tempo, qualquer ser que não se enquadre ou apresente um desânimo latente a sua própria compreensão de existência, é rotulado como depressivo

ou outra titulação pré estabelecida associada a uma necessidade interventiva medicamentosa (Mattar, 2020). Isso mostra o caráter epocal das formas de entendimento das psicopatologias, desvinculando toda e qualquer conformação natural para o entendimento desse fenômeno.

A conceituação de saúde envolve a relação de bem-estar íntegra ao ser, ainda assim, as limitações postuladas pela sociedade contemporânea acomete em grande diáspora para a medicalização, de forma exacerbada, de suas capacidades, sejam elas para fins produtivos ou normativos. Entretanto, o consumo de medicamentos controlados pelo mundo aumentou de forma exponencial, sendo os ansiolíticos os mais consumidos entre os anos de 2007 e 2010, com um total de 19,3 milhões de caixas vendidas no Brasil, estabelecendo que os parâmetros médicos e biologizantes são, de forma resumida, detentores de todo e qualquer respaldo a respeito da promoção e prevenção da saúde social moderna (Resende; Pontes; Calazans, 2015). Diante disso, essa realidade assume as perspectivas da normativa técnica vigente na contemporaneidade, cerceando as potencialidades de escolhas vigentes para um parâmetro singular de existência e vitalidade.

Ainda que a elaboração do DSM seja pautada pela analítica fundamental empírica, possibilitando uma melhor comunicação entre a população e os profissionais da ciências da saúde, é inevitável a possibilidade de transparecer uma relação coerente

entre um modelo médico que contemple por completo os modelos de sofrimentos considerados por psíquicos, refletindo o equívoco em tentar espelhar a realidade por meio da aceitação da estatística como o primor matemático e definitivo (Martinhago; Caponi, 2019). De forma concernente, a grande tentativa em supor um modelo uniforme de diagnóstico para as ciências “psis”, trouxe uma banalidade em meio à atendimentos que, em última instância reproduzem uma perspectiva fechada para a compreensão do ser.

Para Junior (2016) é notório a banalização e a naturalização do sofrimento, retirando toda a capacidade de responsabilidade do ser sobre suas concepções e visões a respeito daquilo que o cerca, em uma crescente familiaridade com as potencialidades farmacológicas responsáveis por atribuir a culpa em naturezas metafísicas definidas pelas ciências psis. Essa supressão de soluções surge para uma saída homogênea relacionada a programação perfeita entre o enriquecimento do provedor (indústria farmacêutica) e a promessa de normalidade para o consumidor.

Conclusão

De certo modo, o esforço de compreender a existência e transgredi-la por meio de classificações é um paradigma primordial das tentativas dos seres do ente humano em localizar-se e definir-se em sua totalidade. Compor suas singularidades e compreender o desconhecido é retratado durante toda a historicidade

com o alavancar de uma tentativa explicativa em divagar as diversas vertentes da verdade. A ciência em si, por toda a sua trajetória, busca relacionar os porquês através de causalidades mecânicas e simplistas, sem a ocupação de se opor e condensar perspectivas diferentes e desconstrutivas ou até mesmo não o fazem por um desconhecimento latente.

Em uma vista fenomenológica, considerar as diversas verdades advindas do tempo e ter o entendimento daquilo que abraça todas as potencialidades já firmadas pelo tempo para a existência, desfrutam de uma determinação que beira a liberdade, ainda que seja impossível transpô-la. Ainda assim, a visão científica que permeia através de tantas gerações, empenhada em separar e categorizar diversas considerações a respeito da vivência, desde a filosofia moderna, abraçada pela contemporaneidade e fixa ainda hoje através das métricas de sofrimento, descompensa quaisquer tipos de provações que possam assumir um caráter de verdade absoluta.

Ainda que a sociedade assuma uma perspectiva técnica, a moralidade e a divisão do ser tiveram grande influência no pensar respectivo da subjetividade da existência e com ela, na banalização do sofrimento sob uma vista normativa, alocando a existência em moldes pré definidos referentes ao tempo que estão detidos. Mesmo que a vista para a produção do conhecimento seja extremamente forte pela comunidade científica, o pensar crítico a respeito das capacidades teóricas legitimadas por perguntas abstratas e com respostas

que precedem a enunciação, são proliferadas diante da falta de uma conceituação que indague os pilares do saber.

Ainda que os paradigmas a respeito das ciências psicológicas sigam, em grande parte, a fundamentação causa e efeito da psiquiatria, a prática clínica demanda uma relação que anseia em patologizar o ser, estruturando questionários em clamor da matematização com a intuição de despir quaisquer tipos de metafísicas e conceituações prévias. Mesmo em dias atuais, questionar sobre as estruturas daquilo que é evidente desconstruindo a produção de determinantes comuns que envolvam a vida e o bem-estar de outros seres, deveria ser, ao que tudo indica, o primado de uma ciência que se apelida por vestes de afeto e empatia.

Por fim, ainda são necessários diversos esforços e estudos que compensem a versatilidade da temática, que abarquem todas as nuances respectivas sobre o sofrimento humano, ainda que estejam definidas pelo cerceamento imposto pela psicologia em si. A razão, por mais que seja o ícone de toda a existência contemporânea, com percalços, perde de vista todo um horizonte de intelecção proposto pela existência.

Referências

BERNARDES, A. H. Ontologia e Epistemologia, o que é isso? Discussões geográficas. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 20 n. 3, p.427-444, 2022.

BRACKEN, P. GILLER, J. SUMMERFIELD, D. Primum non nocere. The case for a critical approach to global mental health. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**. Cambridge University, v. 25, pg.506–510, dez. 2016.

CARMAN, Taylor. **Heidegger's analytic: interpretation, discourse, and authenticity in Being and Time**. 1ª ed. – Cambridge: Cambridge University Press, 2020. 344p.

CASANOVA, M. A. **Mundo e historicidade: leituras fenomenológicas de Ser e Tempo. Vol. 1: existência e mundaneidade**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Via Verita, 2017. 302p.

CASANOVA, M. A. **Existência e Transitoriedade: gênese, compreensão e terapia dos transtornos existenciais**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Via Verita, 2021. 462p.

CASSIANO, J.M. Sobre a moral do dever-ser de Kant: escolha da moral do dever-ser e garantias para poder-acontecer. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Marília, vol. 14, n. 36., p.1-24, ago. 2022.

CASTAÑON, G. A. Psicologia como ciência moderna: vetos históricos e status atual. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 21-36, 2009.

CASTEJON, M. EPISTEMOLOGIA: SABERES, REFLEXÕES E TRAVESSIAS. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 32, p. 69-82, ago. 2021.

CASTRO, P. S. CARVALHO, A. C. NOGUEIRA, D. M. Epistemologia da psiquiatria: Uma reflexão sobre o conceito de doença mental. **Revista Científica do Iamspe** v. 12, n. 2., abr. 2023.

COELHO, M. T. A. D. ALMEIDA FILHO, N. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 13–36, jan. 1999.

CUNHA FILHO, M. Direito e ciência: uma relação difícil. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 1, p. e2110, 2021.

DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. Tradução: Maria E. Galvão. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2000. 200p.

DIAS, D. A. S. MOREIRA, J. O. As Vicissitudes dos Conceitos de Normal e Patológico: Relendo Canguilhem. **Revista Psicologia e Saúde**, [S. l.], v. 3, n. 1, p.77-85, 2011.

GOMES, A. Uma ciência do psiquismo é possível? A psicologia empírica de Kant e a possibilidade de uma ciência do psiquismo. **Revista do Departamento de Psicologia**. UFF, v. 17, n. 1, p. 103-111, jan. 2005.

HADOT, P. **O que é a Filosofia Antiga?** 6ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014. 424p.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Fausto Castilho. 1ª ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 1200p.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental**. 1ª ed. – São Paulo: Forense Universitária, 2012. 456p.

JENSEN, J. S. Epistemologia, Introdução: temas epistemológicos para o estudo da religião. **REVER: revista de estudo da religião**. v. 13, n. 2. dez. 2013.

JUNIOR, N. S. Epistemologia psiquiátrica e marketing farmacêutico: novos modos de subjetivação. **Stylus**, n. 33, p. 227-239, nov. 2016.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução: Fernando Costa Mattos. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015. 624p.

LIMA, P. G. CIÊNCIA E EPISTEMOLOGIA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS À PESQUISA EDUCACIONAL. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 12, n. 2, 2011.

MARTINHAGO, F. CAPONI, S. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, p. e290213, 2019.

MARTINS, J. BOEMER, M. R. FERRAZ, C. A. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa algumas considerações. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 24, n. 1, p. 139-147, 1990.

MARTINS, J. P. **Fenomenologia e neurociência: uma relação possível**. 2015. 87p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

MATTAR, C. M. **Depressão: Doença ou fenômeno epocal?** 1ª ed.- Rio de Janeiro: Via Verita, 2020. 168p.

MORAES, F. C. S. MACEDO, M. M. K. Anoço de psicopatologia: desdobramentos em um campo de heterogeneidades. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 21, n. 1, p. 83-93, jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE- OPAS. **Launch of Enlace: Data Portal on NCDs, Mental Health & External Causes**. Publicado em 18 jan. 2022.

POSSAMAI, F. V. A técnica e a questão da técnica em Heidegger. **intuitio**, v. 3, n. 1, p. 20-32. jun. 2010.

PRADO FILHO, K. MARTINS, S. A subjetividade como objeto da (s) psicologia (s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14-19, set. 2007.

RESENDE, M. S. PONTES, S. CALAZANS, R. O DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicol. rev.** v. 21, n. 3, p. 534-546, set. 2015.

RIBEIRO, A. S *et al.* Psicopatologia na contemporaneidade: análise comparativa entre o DSM-IV e o DSM-V. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 1, p. 46-56, 29 fev. 2020.

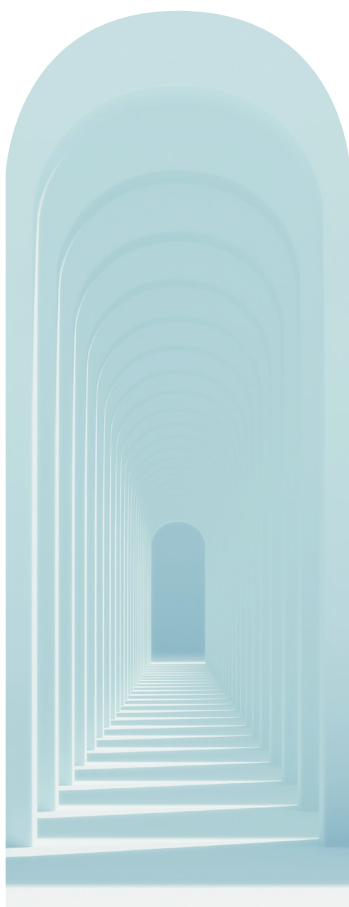
SCOCUGLIA, J. B. C. A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 249-281, jul. /dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xmhyYJDn7xsc7VL8zbbNGqz/#>. Acesso em: 31 maio 2024.

SEIBT, C. L. Dupla Estrutura do Conhecimento em Heidegger Explicar e Compreender. **PERI**. v. 1, n.1, p. 230-241, jul. 2016.

SOUZA, A. M. O conceito de fenomenologia de Martin Heidegger em Ser e Tempo. **PRIMORDIUM - Revista de Filosofia e Estudos Clássicos**, Uberlândia, v. 3, n. 6, 2019. DOI: 10.14393/REPRIM-v3n6a2018-45845.

STANGHELLINI, G; MANCINI, M. **The therapeutic interview in mental health: a values-based and person-centered approach**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, ago. 2017. 186p.

ZAHAVI, D. **Fenomenologia para iniciantes**. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Via Verita, 2019. 139p.



O DESÂNIMO DE ALUNOS SUPERDOTADOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INEFICIENTES, UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

*Laila Mucheroni Gonçalves Capetti e Daniela Garcia Bandeca
Schwengel*

Introdução

Ao longo da contemporaneidade, e ainda hoje, muito se comenta sobre pessoas com capacidades superiores. Os chamados Superdotados foram vistos de diferentes modos, em diferentes épocas. Existem diversos mitos sobre o que chamamos hoje de “Altas Habilidades/Superdotação” (AH/SD). Alguns desses mitos são a crença de as AH/SD serem justificativa para produtividade elevada, ou os indivíduos vistos como gênios, e ainda um fenômeno raro que proporciona uma saúde mental estável e que gera facilidades escolares e de aprendizagem (Bahense; Rossetti, 2014).

Os indivíduos referidos como Superdotados são pensados pelo senso comum como aqueles que possuem desempenho excepcional em contextos acadêmicos e que, geralmente, se espera que estejam em grande exposição ao público. Porém, as AH/SD são um conjunto complexo de fatores pessoais e comportamentais (Bahense; Rossetti, 2014), que abrangem nichos não somente escolares, mas também em diversas outras esferas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024), há apenas 37.638 alunos registrados em 2023 com AH/SD na Educação Básica no Brasil. Cabe ressaltar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p.15), inclui na Educação Especial (PAEE) os alunos AH/SD, descritos por:

“[...]potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse” (Brasil, 2008, p.15).

A compreensão atual acerca dessa condição inter-relaciona duas teorias que inferem sobre as características já observadas nos indivíduos apontados com AH/SD. Silva, Rolim e Mazoli (2016) apresentam a Teoria das Múltiplas Inteligências, de Gardner, e os Três Anéis da Superdotação, de Renzulli, como o caminho percorrido para uma visão mais ampla das AH/SD.

A Teoria das Inteligências Múltiplas, difundida pelo psicólogo educacional Dr. Howard Gardner, desembargou a vasta concepção sobre as capacidades cognitivas humanas. Freitas (2015) discorre que, modificando o conceito até então propalado, Gardner sugeriu 8 (oito) tipos de inteligência que seriam capazes de abranger as potencialidades humanas: lógico-matemática, musical, linguística, corporal- cinestésica, espacial, naturalista, intrapessoal e interpessoal. Embora hajam controvérsias e críticas que permeiam a

teoria de Gardner, feitas por vários pensadores acerca dos fundamentos científicos dessas postulações, houve influência das mesmas na acepção das AH/SD e na reestruturação dos variados exemplares educacionais.

Em consonância, o psicólogo educacional Dr. Joseph Renzulli propôs a Teoria dos Três Anéis da Superdotação enquanto um possível modelo para orientar a identificação e caracterizar as AH/SD. Os 3 (três) conjuntos são: Habilidade acima da média; Criatividade; e Comprometimento com tarefas (Silva; Rolim; Mazoli, 2016). Ambos os nichos se complementam e relacionam-se para o assomar de comportamentos e atributos que indicam as AH/SD.

Ademais, Sant'ana (2016) mostra que Renzulli diversifica duas manifestações distintas das AH/SD: a acadêmica, refletindo a capacidade de assimilação de conteúdo prévio instruído; e a produtivo-criativo, enquanto capacidade prática de resolução e criação. No mais, expõe que esse entendimento ainda não havia sido cogitado, e a educação para AH/SD seguia um formato ao qual aptidões acadêmicas eram as únicas creditadas.

Além disso, a partir do vislumbre às Altas Habilidades em duas manifestações, Renzulli focou sua atenção nos potenciais produtivo-criativos, que não eram considerados pelos programas destinados aos Superdotados. Dessa forma, o professor refletiu que havia a necessidade da formulação de um modelo educacional que trabalhasse e atendesse as habilidades práticas em conjunto às acadêmicas, enquanto construtos complementares (Renzulli, 2014).

A Teoria Geral do Conhecimento retomada por Renzulli (2016), é centrada na relação entre Conhecimento Recebido, aquele que é transmitido através do estudo teórico, Conhecimento Analisado, adquirido através da reflexão crítica e Conhecimento Aplicado, produzido através da utilização prática dos conteúdos. Tal teoria evoca a mediação acerca da importância das divergências entre o conhecimento que será transmitido (teórico, padronizado) e o conhecimento aplicado a uma situação em que se faz necessário, para a resolução de problemas.

Por conseguinte, Renzulli e Reis (2022) explicam seu modelo elaborado, chamado “Modelo de Enriquecimento Escolar” (SEM), que visa proporcionar uma maneira específica de ensino, através da estimulação adequada dos potenciais de cada indivíduo para o desenvolvimento de talentos.

O SEM foi concebido através da confluência entre a Teoria Geral do Conhecimento e 4 (quatro) teorias sobre o desenvolvimento de talentos, reavidas por Renzulli e Reis (2022) enquanto: os “Três Anéis da Superdotação”, o “Modelo Tríade de Enriquecimento”, a chamada “Operação Houdstooth” e a “Liderança para um Mundo em Mudança”.

Em consonância, é apresentado por Santos *et al.* (2015) a notável influência que a afetividade do aluno tem em seu processo educacional. O movimento feito por educadores para acolher e compreender os aspectos afetivos do estudante por sua aprendizagem pode auxiliar em situações que demandam intervenções focais e metodologias alternativas de ensino.

Outrossim, é plausível salientar que Cunha e Rondini (2020) em seu estudo evidenciam queixas escolares relacionadas à desânimo e descontentamento, advindas de estudantes AH/SD e relatadas por suas mães. Somadas também às reclamações feitas pelas próprias responsáveis. Os pesquisadores conceituam para o estudo, o desânimo enquanto a falta de interesse, animação ou empenho em determinada atividade ou tarefa. Sendo assim, no presente texto a concepção de desânimo tratado conterà a mesma definição considerada.

No mais, os autores Cunha e Rondini (2020) citam problemas comportamentais dos alunos com AH/SD relatados por professores e responsáveis, desinteresse em atividades que não os estimulem e falta de atenção quando não tem suas necessidades superiores atendidas. E mostram que as mães atribuem grande parte desses protestos à não intervenção correta para os Superdotados.

Também Cruz *et al.* (2022) clareiam que a importância da identificação do aluno com AH/SD se estabelece para que ocorra o início das intervenções adequadas e os profissionais da educação possam sanar a demanda exibida por ele. Todavia, frisam o papel do professor enquanto agente primordial para a abertura de oportunidades para o estudante com AH/SD.

O processo de aprendizagem é um conceito amplo, passível de colocação em diversos cenários e vivências. Duarte (2016) descreve que a aprendizagem é um processo de assimilação advindo da experiência, e que

“Todas as atividades humanas praticadas no ambiente em que vivem podem levar a uma aprendizagem”.

Isto posto, durante o presente estudo será abarcado o conceito de aprendizagem atrelado ao contexto escolar. Em específico, a aprendizagem associada às atividades letivas organizadas e aplicadas pelos professores em momento de aula, para cumprimento e trabalho da grade curricular (Brasil, 2010) prevista pelas diretrizes legais do Ministério da Educação (MEC).

Em vista do exposto, os protestos e reivindicações dos alunos AH/SH quanto a um modelo educacional especial e adaptado às suas necessidades especiais, torna fundamental o conhecimento interdisciplinar psicopedagógico e o reconhecimento da importância da implantação adaptativa desse modelo de forma adequada. Através da possível análise para reorganização da formação dos profissionais da educação, visando assim capacitá-los para atender à esse público singular.

Assim, o objetivo deste trabalho foi descrever as múltiplas queixas que circundam o ambiente escolar, apresentadas pelos estudantes com AH/SD participantes da pesquisa e seus responsáveis.

A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Bauru (FIB) e aprovado sob o parecer nº 6.965.260.

O estudo observacional de campo possui perspectiva transversal e apresenta análise qualitativa descritiva dos dados coletados, pela Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Sobre a técnica da Análise de Conteúdo de L. Bardin, Sousa e Santos (2020) propõem que:

“[...] se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos achados da pesquisa é resultante de uma coerência interna e sistemática entre essas fases, cujo rigor na organização da investigação inibe ambiguidades e se constitui como uma premissa fundante.” (Sousa, Santos, 2020, p.1400)

A coleta ocorreu através de entrevista estruturada e a organização dos dados para a análise se desenvolveu através da plataforma de formulários *online Google Forms* e da ferramenta para montagem de planilhas *Windows Excel*.

A pesquisa de campo foi realizada conjuntamente à colaboração do projeto de extensão acadêmica “Da identificação de estudantes com indicadores de superdotação e suas áreas de interesses ao enriquecimento curricular: uma proposta interdisciplinar”, UNESP-Bauru. O projeto mencionado tem como propósito a identificação de crianças e adolescentes com indicadores de AH/SD, através de uma avaliação multimodal (aplicação de instrumentos nos pais, criança/adolescente e professores), orientação aos pais e equipe escolar (Cunha; Santos; Capellini, 2022).

A amostragem não-probabilística do estudo, definida por conveniência, conteve 4 alunos e 5 respectivos responsáveis participantes. O critério de inclusão utilizado para seleção da amostra foi: alunos identificados com AH/SD pelo projeto de extensão universitária colaborador, que estejam matriculados no ensino fundamental ou ensino médio regulares brasileiros e se enquadrem na faixa etária de 10 a 18

anos durante o período de realização da pesquisa, e seus respectivos responsáveis legais ou progenitores.

A coleta de dados foi realizada buscando compreender os plausíveis relatos de alunos com AH/SD e seus responsáveis, quanto às circunstâncias pedagógicas observadas e vivenciadas por eles na atual conjuntura escolar à qual o menor de idade está inserido. A análise qualitativa dos elementos obtidos foi pautada no método proposto por L. Bardin, clarificado por Souza e Santos (2020) na qualidade de 3 etapas a serem executadas para a concepção do material a ser exposto: pré-análise, categorização e interpretação.

Previamente, a primeira etapa da análise favoreceu a compreensão das narrações adquiridas, e a assimilação das temáticas contidas nas respostas aos formulários através da leitura flutuante (Souza e Santos, p. 1401, 2020) das informações.

As declarações coletadas manifestaram a ocorrência de narrativas queixosas quanto à não atenção própria ao desenvolvimento do aluno Superdotado, por parte dos Responsáveis. Ademais, os alunos relataram descontentamento, porém citaram concepções pessoais de atividades as quais os favoreceriam o interesse de forma mais ampla.

A partir das referidas questões, durante a segunda etapa para exame dos dados, extraíram-se os aspectos qualitativos, definidos como o foco da pesquisa, do conteúdo geral apresentado nos formulários. Tais aspectos foram distinguidos através da análise da temática proposta nos questionamentos, e existente nos relatos respondidos. Logo, sob intento de

especificar peremptoriamente o material explanado pelos participantes do estudo, foram levantados 3 tópicos decorrentes das perguntas e respostas dos estudantes, e 4 tópicos decorrentes das perguntas e respostas dos responsáveis. A tabela 1 e a tabela 2 descrevem quais são os aspectos, e os resultados da avaliação dos informes dos participantes quanto à estes aspectos qualitativos definidos.

Tabela 1 - Demonstrativo dos resultados dos Aspectos Qualitativos, Alunos

ASPECTOS QUALITATIVOS - ALUNOS	Alu 1	Alu 2	Alu 3	Alu 4
O aluno relatou realizar atividades extracurriculares?	NAO	SIM	SIM	NAO
O aluno relatou que os professores utilizam metodologia específica?	NAO	NAO	NAO	SIM
O aluno relatou queixas de desânimo/ descontentamento em relação ao contexto de “aula”?	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Tabela 2 - Demonstrativo dos resultados dos Aspectos Qualitativos, Responsáveis

ASPECTOS QUALITATIVOS - RESPONSÁVEIS	Res 1	Res 2	Res 3	Res 4	Res 5
Relatou que o aluno realiza atividades extracurriculares?	NAO	SIM	SIM	NAO	SIM
Relatou que os professores utilizam metodologia específica?	NAO	NAO	NAO	NAO	NAO
Informou se a escola já relatou qualquer tipo de apontamento sobre o comportamento do aluno?	NAO	SIM	NAO	NAO	NAO
Informou se o aluno já relatou queixas de desânimo/ descontentamento em relação ao contexto de aula?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Relativo aos aspectos qualitativos, faz-se necessário enfatizar que foi considerado “contexto de aula”, relatos contíguos à elementos presentes no ambiente escolar que aludem às atividades com finalidade pedagógica utilizada pelos profissionais da educação que atendem ao aluno atualmente ou que ocorra em sala

de aula durante a hora letiva. Assim como foi considerado por “metodologia específica” qualquer atividade proposta somente ao aluno com AH/SD pelos professores, em decorrência exclusiva da condição. Também foi salientado “atividades extracurriculares” enquanto qualquer atividade organizada, desenvolvida e conduzida por um profissional da respectiva área de abrangência, com finalidade pedagógica, que o aluno realize fora da hora letiva e da grade curricular padrão correspondente à sua série escolar (Brasil, 2010), mesmo que dentro da escola ou exterior à ela. Ademais, foi considerado “apontamento sobre o comportamento do aluno” quando ocorrência de explanações da escola aos responsáveis sobre qualquer manifestação comportamental do estudante considerada como inadequada pela própria instituição.

Desse modo, foi possível minuciar o enfoque dos relatos adjunto ao objetivo das perguntas elaboradas para os participantes. Os aspectos qualitativos possibilitaram a quantificação dos dados obtidos, através da sintetização de panoramas subjetivos em conteúdos objetivos mensuráveis. A tabela 3 e a tabela 4 mostram o percentual dos resultados anteriormente exibidos.

Tabela 3 - Percentual dos resultados dos Aspectos Qualitativos, Alunos

ASPECTOS QUALITATIVOS – ALUNOS	SIM	NAO
O aluno relatou realizar atividades extracurriculares?	50,00%	50,00%
O aluno relatou que os professores utilizam metodologia específica?	25,00%	75,00%
O aluno relatou queixas de desânimo/ descontentamento em relação ao contexto de “aula”?	100,00%	0,00%

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Tabela 4 - Percentual dos resultados dos Aspectos Qualitativos, Responsáveis

ASPECTOS QUALITATIVOS – RESPONSÁVEIS	SIM	NAO
Relatou que o aluno realiza atividades extracurriculares?	60,00%	40,00%
Relatou que os professores utilizam metodologia específica?	0,00%	100,00%
Informou se a escola já relatou qualquer tipo de apontamento sobre o comportamento do aluno?	20,00%	80,00%
Informou se o aluno já relatou queixas de desânimo/descontentamento em relação ao contexto de aula?	100,00%	0,00%

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Dessarte, os aspectos qualitativos propiciaram a ponderação no que concerne ao tratamento dos percentuais relacionados aos temas enfatizados, abarcando a terceira etapa da análise. Conforme os dados descritos nas tabelas 3 e 4, é exequível inferir que 100% da amostragem de estudantes revelou queixas quanto ao desânimo em respeito ao contexto das aulas. Evidente, bem como, pela porcentagem mostrada de

Responsáveis que receberam esses mesmos relatos advindos dos alunos.

É plausível salientar que, 100% dos responsáveis indicaram não haver atividades direcionadas somente ao estudante, por parte dos professores. Todavia, 25% da amostragem dos alunos inferiu realizar atividades específicas durante as aulas. Para mais, foi colocado pelo *Aluno 4* em resposta à Pergunta 2: *“sim, davam provas para mim diariamente do 6º, 7º e 8º ano.”*

De forma oposta aos demais relatos obtidos, o *Aluno 4* discorreu sobre uma intervenção realizada repetidas vezes por seus pedagogos. Contudo, o mesmo estudante relatou em sua narrativa à Pergunta 3: *“quando eu termino fico sem nada para fazer. Então e preferiria que o (a) professor (a) desse um desenho algo desse tipo ou alguma atividade extra.”* A intervenção mencionada sugere, assim, o adiantamento de conteúdo enquanto atividade pedagógica para ser trabalhada pelo *Aluno* no período de aula.

A respeito do referido, das intervenções pedagógicas reputadas na literatura enquanto adequadas aos alunos com AH/SD, Freitas e Perez (2010) *apud* Freitas e Rech (2015) apontam como um dos caminhos o enriquecimento intracurricular. Assim, através da percepção das potencialidades do aluno e seus campos de interesse pessoal, o professor pode avultar o conteúdo proposto para aquele determinado ciclo letivo.

Em convergência, Bergamin (2018) igualmente destaca a importância do reconhecimento do professor sobre os talentos do estudante, para que se

possa programar como irão ser executadas as práticas pedagógicas para ele. Porém, ressalva como um desafio a ser seguido, adequar-se a cada singularidade dos alunos com AH/SD em meio a diversidade apresentada por uma classe escolar.

Entretanto, os pesquisadores citados não incluem categoricamente o adiantamento de conceitos, mas sim o desenvolvimento aprofundado do material. Instigando, também, as capacidades do aluno tanto lógicas quanto produtivo-criativas na resolução de problemas.

É notável, tal como, o surgimento de múltiplas respostas dos responsáveis participantes que mencionam a opção do *homeschooling* como alternativa para melhor aperfeiçoamento pedagógico do ensino aos estudantes com AH/SD. Essa, é uma prática educacional da qual os alunos “[...] deixam de frequentar a escola [...] e passam a receber uma educação planejada, direcionada e ministrada pelos pais [...]” (Portela, 2016).

Considerando o *homeschooling* enquanto modelo de, não somente, intervenção pedagógica, mas também proposta educacional contínua, é passível refletir sobre sua influência no desenvolvimento socioeducacional do aluno com AH/SD. Bahiense e Rossetti (2014) discorrem que:

“[...] a atenção também deve ser dada à presença de dificuldades sociais e emocionais que se tem observado entre crianças e jovens com AH/SD, causadas, principalmente, pelo não reconhecimento de suas necessidades específicas, de maneira que muitos deles enfrentam situações de risco em seu desenvolvimento, especialmente quando não encontram ambientes

educacionais que deem conta de seu ritmo de aprendizagem [...]”. (Bahense, Rossetti, 2014, p.196)

Ainda, ressaltam que estudantes com AH/SD mantêm-se enquanto indivíduos de características diversas, revelando assim interesses, potencialidades, realizações e subjetividades distintas. Logo, seu percorrer pedagógico irá atrelar-se diretamente à variáveis ambientais e pessoais; não necessariamente culminando no desajuste ou não desajuste social e emocional (Bahense, Rossetti, 2014).

Além disso, em sua pesquisa Cunha e Rondini (2020) identificaram a interpretação de mães que atribuem as queixas relacionadas ao contexto escolar de seus filhos com AH/SD, à própria condição e ao não suporte educacional apropriado por parte dos profissionais pedagógicos.

Em síntese, faz-se necessário destacar os referidos relatos feitos pelo *Aluno 4*, adjuntos às descrições dos demais estudantes participantes acerca da não existência de quaisquer intervenções específicas, e acrescidos das explanações sobre desânimo e/ou descontentamento com os contextos de aula feitas por 100% da amostragem de responsáveis e alunos. Tais narrativas propiciam uma indagação sobre a possibilidade de uma correlação entre as intervenções pedagógicas ineficientes e o desânimo com o processo de aprendizagem e desenvolvimento escolar, já amplamente discutida na literatura atual.

O presente estudo possibilitou, através da coleta dos dados apresentados e da análise qualitativa do

conteúdo, a descrição das queixas mostradas pelos alunos com AH/SD participantes da pesquisa e seus responsáveis, acerca do desenvolvimento escolar. Foi viável observar os tipos de queixas mais presentes nos relatos da amostra e constatar a interpretação pessoal dos participantes em vista das intervenções recebidas pelos alunos.

O ensaio sobre os dados coletados culmina na reflexão acerca do modo como os Alunos com AH/SD pertencentes à amostragem estão sendo incluídos e assistidos no processo pedagógico de suas turmas letivas. Pois, não somente são incluídos pela PAEE, mas também explanam atualmente reclamações e objeções às atividades letivas as quais são inseridos durante o período de aula.

A pesquisa pôde desfechar que a análise de dados aqui descritos fomenta a atual discussão presente na literatura do tema, no que se refere à possível relação existente entre as queixas de descontentamento e desânimo com a aprendizagem dos Alunos com AH/SD em virtude das intervenções pedagógicas inadequadas ao trabalho de desenvolvimento das potencialidades mostradas por esses estudantes.

Limitações do Estudo

Os autores desta pesquisa destacam enquanto empecilho para o desenvolvimento do estudo a quantidade cerceada de participantes contidos em ambas as amostragens, dos responsáveis e dos alunos.

Em razão da disponibilidade do contato com o público-alvo, através da participação do projeto de extensão acadêmica parceiro, foi programada amostragem com maior quantidade de componentes. Entretanto, devido a especificidade do público e a não adesão à colaboração, o estudo prosseguiu com amostragem reduzida.

Nesse sentido, o propósito do estudo não é fornecer base comparativa para a produção acadêmica da literatura acessível sobre o tema, mas sim contribuir apenas com a descrição, análise e apresentação dos dados coletados.

Referências

BAHIENSE, T. R. S.; ROSSETTI, C. B.. Altas habilidades/superdotação no contexto escolar: percepções de professores e prática docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 2, p. 195–208, abr. 2014.

BERGAMIN, A. C. **Enriquecimento curricular na classe comum a partir das necessidades de alunos com altas habilidades/superdotação**. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado Profissional) – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Brasília: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008..

CRUZ, B. M. *et al.* A importância da identificação de altas habilidades ou superdotação no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação**, v. 4, p. 46–58, jan. 2022.

CUNHA, V. A. B.; RONDINI, C. A.. Queixas escolares apresentadas por estudantes com Altas Habilidades / Superdotação: Relato Materno. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, e216840, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020216840>.

CUNHA, V. A. B.; SANTOS, C. E. M.; CAPELLINI, V. L. M. F. Contribuições de um Projeto de Extensão Universitária na avaliação e enriquecimento de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. In: RONDINI, C. A.; BERGAMIN, A. C. (org.).

Enriquecimento Intra/Extracurricular: teorias e práticas. Porto Alegre: FI, 2022. p. 292-315.

DUARTE, C. E. Avaliação da aprendizagem escolar: como os professores estão praticando a avaliação na escola. **HOLOS**, Natal, v.8, p.53–67, 2016. DOI: 10.15628/holos.2015.1660.

FREITAS, A. A. O. **A Teoria das Múltiplas Inteligências de Gardner Aplicada ao Ensino de PFOL**. 2015. 53f. Trabalho de Conclusão (Curso de Licenciatura em Letras Português/ Inglês) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FREITAS, S. N.; RECH, A. J. D. Atividades de enriquecimento escolar como estratégia para contribuir com a inclusão escolar dos alunos com altas habilidades/superdotação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Dossiê Educação Especial: Diferenças, Currículo e Processos de Ensino e Aprendizagem II**, Arizona State University (ASU), v.23, n.30, p. 2-17, mar. 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” [INEP]. **Censo da Educação Básica: Sinopse**

Estatística da Educação Básica - 2023. Brasília: INEP, Ministério da Educação, 2024.

PORTELA, M. B. Homeschooling: a educação domiciliar como uma alternativa à escola convencional. **ENSAIOS PEDAGÓGICOS - Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET.** Centro Universitário Uniopet, n. 11, p. 16-34, jun. 2016.

RENZULLI, J. S. A concepção de superdotação no modelo dos três anéis: um modelo de desenvolvimento para a promoção da produtividade criativa. In: VIRGOLIM, M. R. A.; KONKIEWITZ, E. C. (org.). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade:** uma visão multidisciplinar. 1º ed. Campinas: Papirus, 2014, p. 219-264.

RENZULLI, J. S.; REIS, S. M. A concepção dos três anéis de superdotação e o modelo de enriquecimento escolar: uma abordagem de desenvolvimento de talentos para todos os estudantes. In: PISKE, F. H. R.; NAKANO, T. C.; ROCHA, A.; PERALES, R. G. (org.). **Altas Habilidades/Superdotação: Talentos, Criatividade e Potencialidades.** 1º ed. São Paulo: Vetor Editora, 2022, p. 17-50.

RENZULLI, J. The Role of Blended Knowledge in the Development of Creative Productive Giftedness. **International Journal for Talent Development and Creativity**, Winnipeg, v. 4, n. 1, p. 13-24, ago. 2016.

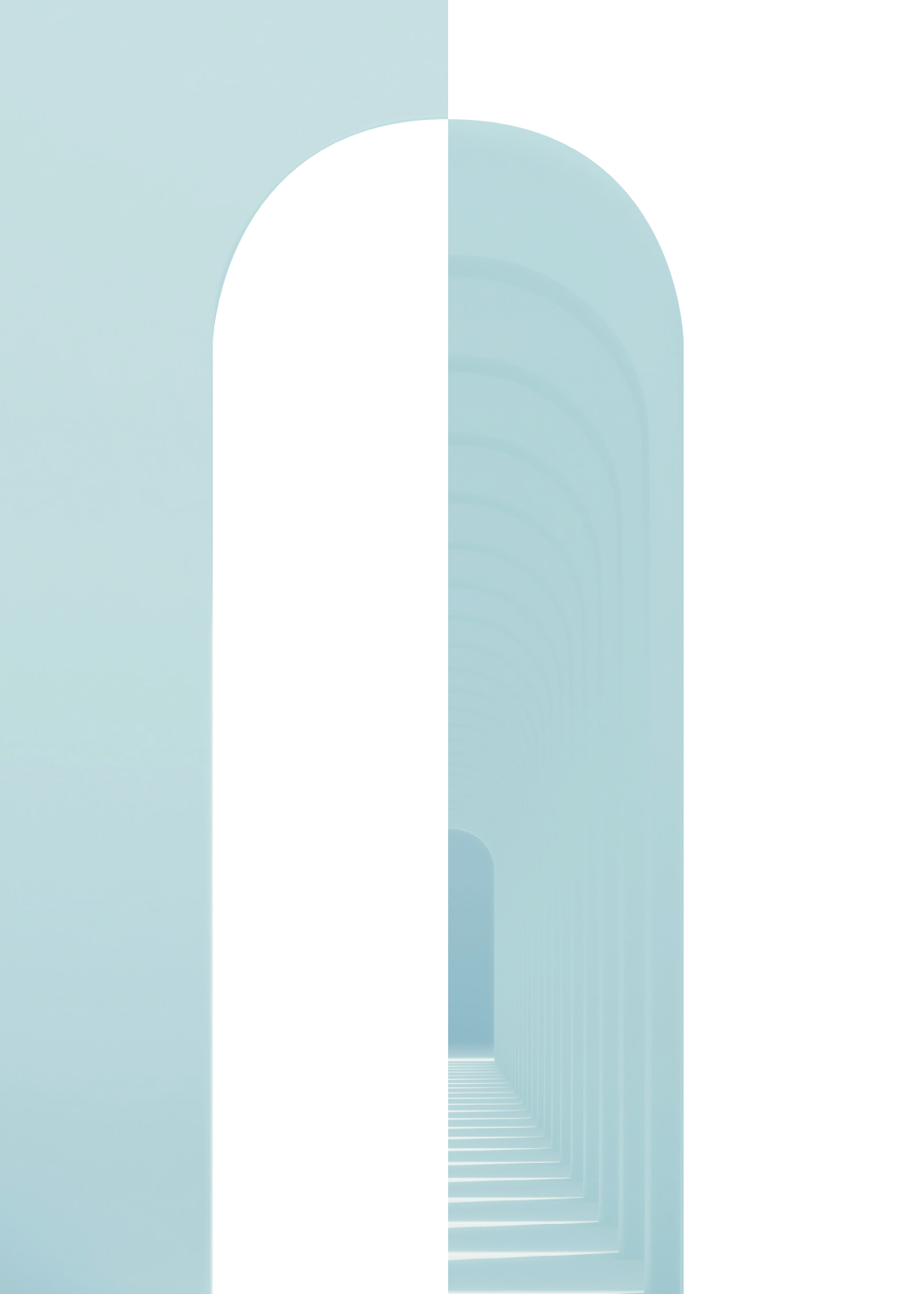
SANT'ANA, L. A. **A Individualização do ensino nos enriquecimentos educacionais de Renzulli e Reis: ampliando o engajamento e o desempenho.** 2016. 200p. Dissertação (Doutorado em Educação, Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, F. D. *et al.* Analisando o desânimo de alunos em ambientes virtuais através da mineração de dados educacionais. In: **NUEVAS IDEAS EN INFORMATICA**

EDUCATIVA - TISE, v.11, 2015, Santiago, Chile. **Full Paper...** Santiago: p.65.

SILVA, W. G.; ROLIM, R. G. B.; MAZOLI, W. H. Reflexões sobre o processo neuropsicológico de pessoas com altas habilidades/superdotação. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 195-210, dez. 2016.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, dez. 2020.



JOGOS LÚDICOS: Interpretar e Compreender o Eu em Cena

Vera Lúcia Luvizutto Okubo
Keylla Keyt Santos Martins

Introdução

As brincadeiras e jogos são sinônimos de diversão e entretenimento para maior parte das crianças. As atividades lúdicas também são utilizadas como materiais didáticos e estudos em diversas profissões, além disso, é um método que vem ganhando cada vez mais espaço na Psicanálise, em especial, a infantil. Muitos veem o brincar com um olhar lúdico, mas não enfatizam o que tem por trás da brincadeira, os significados das histórias, as projeções representadas e as experiências do inconsciente.

Partindo dessa premissa, algumas psicanalistas da década de 90 como Anna Freud e Melanie Klein deram continuidade às teorias de Sigmund Freud e desenvolveram a Psicanálise aplicada em crianças, construindo formas e métodos facilitadores para compreender e interpretar fatores que, geralmente, não são relatados no decorrer do tratamento. A terapia com crianças requer técnicas específicas para trazer à tona a origem das queixas, visto que, diferente dos adultos, não há relatos dos fatos propriamente ditos pelo paciente para facilitar o processo de

investigação. O brincar refere-se a um dos aspectos mais espontâneos do comportamento infantil, é neste momento que a criança projeta e representa todas suas experiências já vivenciadas, e manifestam também o conteúdo do inconsciente, além de emergir suas principais impressões e sentimentos (KOHLENBERG; TSAI, 2001).

É possível compreender a realidade e o contexto no qual a criança se ocupa através das suas representações lúdicas. No momento do brincar, a criança repete situações, comportamentos e desejos recalcados que, por algum motivo, não é relatado verbalmente. O brincar desperta a criatividade física e mental da criança, e a partir da criatividade a busca pela própria identidade se inicia, a busca do eu (*self*). É por meio da atividade lúdica que a criança produz novos conhecimentos, contribuindo no desenvolvimento das suas potencialidades. Os impulsos criativos e o brincar espontâneo proporciona a descoberta da personalidade individual, gerando questionamentos existenciais e particular do sujeito (FRANCO, 2003).

Vale ressaltar que as projeções no brincar nem sempre terão o mesmo significado do próprio objeto utilizado. No mundo imaginário, a criança simboliza no brinquedo a realidade do eu, mas com total liberdade de modificações conforme suas necessidades, sendo assim, a interpretação eficaz dependerá da cautela do analista diante a observação dos comportamentos (AFFONSO, 2012).

O papel do Analista

O analista tem como objetivo a busca por conteúdos latentes da criança, que se dá pela interpretação. A interpretação consiste em compreender e reinsignificar projeções dos pacientes para que facilite a representação significativa do objeto no momento lúdico, trazendo informações do estado atual do indivíduo. É necessário cautela para que essa técnica ocorra no momento certo e não confunda o analista com significados de símbolos isolados. A interpretação faz parte da intervenção psicanalítica, tem total relevância para obter bons resultados de investigação e é um fator fundamental de estudo e aperfeiçoamento para o profissional psicólogo (KLEIN, 1997).

As atividades lúdicas auxiliam no processo de desenvolvimento afetivo, psicológico e social da criança, influenciando na construção simbólica do seu contexto e relações interpessoais. Possibilita também a aprendizagem para construção da própria particularidade e autoconceito através da imaginação. (REGRA, 2000).

O ato de brincar

No brincar, a criança apresenta comportamentos e ideias projetadas de acordo com as experiências já vivenciadas, relacionando os conceitos internos e externos com novos significados baseados nas práticas

compartilhadas do dia a dia, são nesses momentos que as histórias ocultas ou que estão no inconsciente se manifestam. Logo, percebe-se que a imaginação se dá por meio da assimilação do contexto externo e interno, mediando o real do imaginário, sendo de total relevância para interpretar e compreender a problemática da criança.

Vale ressaltar que o meio social passou e passa por alterações significativas denominada de modernidade, século XXI, e com isso, é de extrema importância conhecer as estratégias e métodos de intervenções e interpretação contemporâneos, bem como os aspectos que influenciam na construção da subjetividade atual. O brincar possui uma ligação direta entre o brinquedo e a criança como uma situação consequente, mas na psicanálise, por exemplo, essa relação deve ser analisada minuciosamente, pois não ocorre aleatoriamente, surgindo apenas da imaginação. O ato de brincar revela aspectos internos e representa a história e mecanismos da criança, ou seja, possibilita a exposição de conflitos internalizados. (MRECH, 2002).

Nesse sentido, a perspectiva histórico-cultural revela a construção do indivíduo e de sua subjetividade a partir de uma concepção de apropriação cultural e de suas vivências. A esse respeito, Vygotsky (2007) afirma que as crianças não nascem aptas a desempenharem papéis sociais, pois elas irão desenvolver essa aptidão a partir de um processo sócio-histórico de apropriação da linguagem e de suas experiências. Por isso, quando a criança desenvolve sua linguagem ela se apropria de

um código para se comunicar e, através da interação e da ludicidade, ela se tornará mais independente quanto suas ações. Assim, “a criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança, pelo contrário, é a primeira manifestação de emancipação da criança em relação às restrições situacionais” (VYGOTSKY, 2007, p. 117).

As atividades lúdicas contribuem também para o aprimoramento de habilidades, construção de mecanismos de defesas, a busca e descoberta pelos desejos, comportamentos, reflexos e pensamentos. Assimilar o mundo com suas experiências vivenciadas resulta em possibilidades de transformação e representação de forma subjetiva, criando novas formas de ação, percepção de situações e reproduzindo momentos que, de alguma forma, despertou um efeito positivo ou negativo na vida da criança. As representações emergem conhecimentos, criatividade, raciocínios, tomadas de decisões e compreensões de situações-problemas sobre o mundo e sobre si mesmo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e afetivo, ou seja, aumentando a capacidade de evolução do *self* (PEDROZA, 2005).

Quando a criança brinca, interpreta e incorpora um personagem, elas desenvolvem várias modalidades de expressão, como o representar e o imaginar. Assim, as brincadeiras de faz-de-conta muitas vezes não imitam a realidade, mas são meios de a criança sair dela. No momento em que ocorre a representação, juntamente com a verbalização, a imaginação é levada a buscar

soluções para os problema criados pelos papéis assumidos pela criança no ato de brincar. É nesse momento que a terapia deve analisar o representar da criança (CUNHA, 2007).

O jogo simbólico é fundamental para o desenvolvimento das funções cognitivas, imaginativas, sociais e autônomas da criança. Nesse aspecto, o lúdico possui como características, o simbolismo, a significação, a atividade voluntária e motivada, as regras (implícitas ou explícitas) e o episódico, que são ações caracterizadas espontaneamente. Assim, o jogo de faz-de-conta por meio do jogo simbólico, é propício para o desenvolvimento do intelecto e do enfrentamento de situações cotidianas (KISHIMOTO, 2001).

Campos e Arruda (2014), permite inferir que o brincar auxilia a criança a produzir representações simbólicas. Esse fator é corroborado por Franco (2003), quando o autor menciona que é a partir da atividade lúdica que a criança produz novos significados e inicia sua busca pelo *self*. Dessa maneira, a criança define suas brincadeiras e cria representações simbólicas a partir das influências das ações e atividades humanas, por isso, a criança tende a refletir na brincadeira o que ela tem enquanto percepção do mundo.

Ainda sobre a questão da busca da criança pelo *self* por meio da ludicidade, Winnicott (1975, p. 79) afirma que “é no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*)”. Por isso, a importância

do brincar e da ludicidade deve ser enfatizada no cotidiano da criança.

No artigo de Telles, Silva e Sobral (2012), os autores relatam que a técnica do brincar é importante no atendimento das crianças pois esta possibilita a expressão de conflitos oriundos do inconsciente. Sobre esse aspecto, Kohlenberg e Tsai (2001) afirmam que o brincar reflete elementos espontâneos do comportamento infantil e que no momento em que brinca ou joga, ela projeta e representa suas vivências, e que no decorrer da terapia, esses conflitos do inconsciente podem ser resolvidos no momento em que são trazidos à tona. Ainda sobre esse conceito de que o brincar remete à espontaneidade da criança, nos estudos relatados por Vygotsky (2007) sobre a brincadeira infantil, o autor enfatiza que é no mundo da fantasia que a criança pode satisfazer seus desejos, até os mais inimagináveis para a sua realidade, já que está num mundo de faz-de-conta.

No artigo de Rosa, Kravchychyn e Vieira (2010), o tema abordado foi a brinquedoteca e que, por meio dela, existe a valorização do lúdico durante a infância, em específico, na pré-escola. Affonso (2012), nesse sentido, ressalta que é por meio da interpretação que as crianças têm sobre determinado brinquedo que ela simbolizará a realidade do seu “eu” e que modificará de acordo com suas necessidades.

Ainda sobre a brinquedoteca e sua importância para a valorização do lúdico na infância, Cunha (2007) menciona que é no espaço da brinquedoteca que as

brincadeiras de faz-de-conta muitas vezes não imitam a realidade, mas são meios de a criança sair dela. No momento em que ocorre a representação, juntamente com a verbalização, a imaginação é levada a buscar soluções para os problemas criados pelos papéis assumidos pela criança no ato de brincar.

Gomes e França (2012) pesquisaram sobre a interpretação que se tem sobre as crianças sob a ótica de Klein e, por meio do estudo realizado, concluíram que ao brincar a criança constrói sua trama própria.

Segundo Klein (1997),

A criança expressa suas fantasias, seus desejos, e suas experiências reais de um modo simbólico, através de brincadeiras e jogos. Ao fazer isso, ela emprega o mesmo modo de expressão arcaico e filogeneticamente adquirido, a mesma linguagem, por assim dizer, com que estamos familiarizados nos sonhos; e só poderemos compreendê-la plenamente se abordarmos da forma como Freud nos ensinou a abordar a linguagem dos sonhos. O simbolismo é apenas uma parte dela. Se desejarmos compreender o brincar da criança corretamente em relação ao seu comportamento como um todo durante a sessão analítica, não devemos nos contentar em pinçar o significado dos símbolos isoladamente na brincadeira, por impressionantes que sejam tão frequentemente, mas devemos considerar todos os mecanismos e métodos de representação empregados pelo trabalho do sonho, sem nunca perder de vista a relação de cada fator com a situação como um todo" (KLEIN, 1997, p. 27).

Dessa forma, a criança expressa suas fantasias mais inconscientes, desejos e experiências de uma forma simbólica e por meio dos brinquedos e jogos, expressando-se, também, por uma linguagem.

Sob a mesma perspectiva, Lima e Bernardi (2016) também realizaram uma pesquisa sobre o brincar como potencializador do desenvolvimento mental da criança. As conclusões demonstraram que o brincar é essencial para a promoção da saúde mental e para o desenvolvimento cognitivo. Segundo Franco (2003), o brincar desperta a criatividade física e mental da criança, permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades, descobrindo sua personalidade individual e questionando sobre sua existência.

Ainda sobre esse aspecto, para Winnicott (1975) o amadurecimento emocional está relacionado à maturidade e este está relacionado à saúde. Winnicott (1990) também afirma que a saúde [mental] da criança (ou do bebê) ocorre em virtude da adaptação deste no ambiente. Quando se tem falhas de adaptação, isto é, falhas no meio facilitador como apresentação de objetos a uma criança, esta poderá ter uma paralisação em seu desenvolvimento comprometendo a capacidade do indivíduo em lidar com certa situação.

[...] é a brincadeira que é universal e que é própria da saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma comunicação na psicoterapia; e na psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1975, p. 63)

No caso do brincar, quando se priva uma criança desse ato, ela pode ter seu desenvolvimento afetado e desencadear distúrbios. Uma vez que esse

desenvolvimento é abalado, a criança pode vir a crescer um adulto com sérios problemas.

O que quer que se diga sobre o brincar de crianças aplica-se também aos adultos; apenas, a descrição torna-se mais difícil quando o material do paciente aparece principalmente em termos de comunicação verbal. Sugiro que devemos encontrar o brincar tão em evidência na análise de adultos quanto o é no caso de nosso trabalho com crianças. Manifesta--se, por exemplo, na escolha das palavras, nas inflexões de voz e, na verdade, no senso de humor (WINNICOTT, 1975, p. 61).

A linguagem infantil – Visão Psicanalítica

Diatkine (2007) buscou em sua pesquisa compreender as linguagens da criança e a psicanálise. Nesse estudo, foi possível observar que a emoção permite que o indivíduo imagine e associe a linguagem ao seu modo e tempo. Winnicott (1975) afirma que a criança faz analogias com as narrativas e a linguagem, visto que por meio das narrativas as crianças aproximam sua realidade com o imaginário vivido pelo fantástico.

Em relação as linguagens da criança, psicanálise e o brincar, a repetição no ato de brincar é enfatizada pelo jogo e que a ação do brincar remete ao prazer, refazer movimentos, objeto da brincadeira e o outro (com quem se brinca).

No estudo desenvolvido por Leite (2016), a caixa lúdica foi foco de pesquisa em relação as novas tecnologias. Em virtude do mundo vivenciar uma revolução tecnológica, o estudo apontou as contribuições técnicas kleintianas

e adaptações quanto as novas tecnologias para o uso da caixa lúdica. Nesse sentido, de acordo com Pedroza (2005), as técnicas possibilitam compreensões de situações-problemas sobre o mundo e sobre si mesmo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e afetivo, ou seja, aumentando a capacidade de evolução do *self*.

Ainda de acordo com Pedroza (2005), o aluno, ao utilizar a caixa lúdica, pode instigar sua capacidade de ser “responsável pela organização dessa relação para desenvolver, simultaneamente com o intelectual, aptidões sociais. O aluno é um ser ativo, capaz de assimilar a realidade externa de acordo com suas estruturas mentais” (PEDROZA, 2005, p. 62).

O uso de brincadeiras e a condição do ambiente foi o foco de estudo de Gadelha e Menezes (2004). Ao considerar o brincar e o ambiente no qual a criança está brincando, sentimentos são despertados e a criança faz associações com regras que se aplicam ao ambiente em que ela está inserida. Isso possibilita, também, que a criança treine e desenvolva habilidades para resolução de problemas cotidianos e de concentração (REGRA, 2000).

Ao brincar, a criança não se situa apenas no momento presente; mas, também, no seu passado e no seu futuro. O brincar, como atividade terapêutica, possibilita que a criança supere a situação traumática. É simbolizando, falando e representando os conteúdos que a perturbam que ela pode nomear e conhecer melhor as situações, ideias, pessoas e coisas (KISHIMOTO, 1998, p. 162).

Ainda sob essa perspectiva, insere-se a pesquisa de Visentini (2017) que teve como objetivo conhecer

brevemente os primórdios da clínica psicanalítica com crianças. Nesse estudo, a conclusão obtida foi que a concepção de infância foi modificada ao longo do tempo até chegar ao que temos hoje. A esse respeito, Kishimoto (1998) afirma que:

A imagem de infância é reconstituída pelo adulto, por meio de um duplo processo: de um lado, ela está associada a todo um contexto de valores e aspirações da sociedade e, de outro, dependente de percepção próprias dos adultos que incorporam memórias de seu tempo de criança. Assim, se a imagem de infância reflete o contexto atual, ela é carregada, também, de uma visão idealizada do passado do adulto, que contempla sua própria infância. Reconstituir a infância expressa no brinquedo é reconstituir o mundo real com seus valores, modos de pensar e agir e o imaginário presente no criador do objeto. (KISHIMOTO, 1998, p. 110).

A relação do brincar nas sociedades foi estudada por Beme Tavares (2012) para a compreensão do sentimento de infância em torno da função do brincar na sociedade contemporânea que utilizam o brincar, também, como ferramenta de caráter educacional e terapêutico. O caráter social passou por modificações segundo Mrech (2002) e essa relação entre brincar, brinquedo e a criança deve ser analisada minuciosamente.

Hoje se faz necessário resgatar o caráter simbólico do homem, quanto à percepção consciente, que se vê cada dia mais reprimida, enrijecida e massificada, numa sociedade cuja filosofia de vida é racionalista e reducionista e que, muitas vezes, leva à alienação do próprio processo de criação e simbolização do sujeito, em que as crianças não têm mais espaço para viver a infância de maneira plena e enriquecedora (KISHIMOTO, 2001, p. 50).

Formas e interpretações no ato do brincar

Já Haber e Carmo (2007) realizaram suas pesquisas sobre as habilidades e conhecimentos necessários ao psicólogo da abordagem comportamental. Essa pesquisa indicou aspectos do trabalho do psicólogo com a criança que envolve o fantasiar. Corroborando com esse estudo, Franco (2003) relata que o brincar desperta a criatividade física e mental da criança, e a partir da criatividade, do fantasiar, inicia-se a busca pela própria identidade, a do eu (*self*).

O estudo de Saura (2014) buscou observar práticas do brincar espontâneo na escola entre crianças da primeira infância no ensino de educação infantil e possibilitou concluir que existem elementos de um saber histórico, pedagógico e de desenvolvimento psicológico e corporal no ato do brincar espontâneo da criança, reafirmando, assim, o ponto de vista de Pedroza (2005), sobre as possibilidades de transformação e representação de forma subjetiva, que criam novas formas de ação, percepção de situações e reproduzindo momentos que, de alguma forma, despertou um efeito positivo ou negativo na vida da criança.

Alves (2009) em seu trabalho discutiu a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, concluindo que o valor educativo do lúdico está relacionado à sua condição de mobilizar as fantasias como alimento para a construção de racionalidade, no plano individual ou coletivo, transformado pela via da simbolização e da sublimação

em um produto socialmente aceitável. Nesse sentido, Kishimoto (2001) enfatiza que o jogo simbólico é fundamental para ações cognitivas, imaginativas, sociais e autônomas das crianças e, dessa forma, utilizar-se da ludicidade é permitir que a criança se desenvolva por completo.

No artigo de Meira (2003), o objetivo foi refletir acerca do brincar e da infância na contemporaneidade, tendo como eixo as contribuições de Walter Benjamin em seus escritos sobre os brinquedos. As crianças manifestam dificuldades em relação a colocar em jogo a criação, revelando traços dos efeitos de transmissão que o social rege. Em relação aos efeitos que a sociedade rege sobre a criança no momento em que ela atua em uma brincadeira, Vygotsky (2007) afirma que as crianças não nascem aptas a desempenharem papéis sociais, pois elas irão desenvolver essa aptidão a partir de um processo sócio-histórico de apropriação da linguagem e de suas experiências. Por isso, que o brincar é relevante para que a criança construa sua subjetividade de acordo com o meio em que está inserida.

O estudo de De Jesus Lopes (2018) buscou possibilitar a compreensão do lúdico e da projeção como técnicas metodológicas que minimizam a angústia no manejo de questões que provocam desconforto nas intervenções e na coleta de informações. Nesse sentido, de acordo com Winnicott (1975, p. 63), “[...] é a brincadeira que é universal e que é própria da saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma comunicação na psicoterapia”. Por esse viés, o lúdico

colabora com a saúde mental da criança e minimiza o desconforto provocado por intervenções. Por isso, o psicoterapeuta deve fazer uso de elementos lúdicos durante a terapia para deixar a criança num ambiente mais relaxante e confortável.

Considerações Finais

A atividade lúdica é um elemento indispensável no cotidiano infantil para o desenvolvimento da construção do eu (*self*) da criança, visto que é por meio das brincadeiras e do jogo que ocorre a representação simbólica e social que a criança cria por meio do lúdico.

Compreender a importância do brincar na prática terapêutica com crianças, identificando estratégias e técnicas de interpretação para facilitar o entendimento das representações psicológicas construídas pelo paciente, pode-se dizer que na prática terapêutica deve pautar-se de estratégias que incluam o brincar, o brinquedo e o jogo como forma de estimular a criatividade do paciente.

Quando a criança brinca prazerosamente, ela desenvolve capacidades intelectuais, emocionais, motoras e a própria autonomia para a solução de problemas que podem ser aplicadas no seu cotidiano.

O lúdico propicia aprendizagem e colabora para que a criança tenha um papel ativo e proporciona a criança a aquisição de novos conhecimentos de forma natural. O brincar, utilizado como ferramenta de intervenção, faz

com que a criança desenvolva, também, sua autoestima para a formação de sua personalidade.

Portanto, o lúdico não só expõe representações internas como também expressa a maneira como a criança entende e se relaciona com o mundo ao seu redor. O brincar desperta conteúdos latentes a serem interpretados de forma individualizada. Assim, pode-se dizer que, interpretar não é sinônimo de decifrar conteúdos, mas sim de compreender essa nova forma de comunicação lúdico.

Referências

AFFONSO, L. R. Brincar, significação e representação. In: AFFONSO, L. R. (Org.) **Ludodiagnóstico: Investigação clínica através do brinquedo**. São Paulo: Artmed, 2012.

ALVES, F. D. O lúdico e a educação escolarizada da criança. In OLIVEIRA, M. L., org. **(Im)pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BEM, L. E.; TAVARES, L. B. T. **O brincar na sociedade contemporânea**. IV Fórum Internacional de Pedagogia, 2012.

CAMPOS, L. K. S.; ARRUDA, S. L. S. Brincar como meio de comunicação na psicoterapia de crianças com mutismo seletivo. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 15-33, dez., 2014.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. 4. ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

DIATKINE, R. As linguagens da criança e a psicanálise. **Ide**, São Paulo, 30(45), 35-44, dez, 2007.

FRANCO, S. de G. O brincar e a experiência analítica. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 45-59, junho de 2003.

GADELHA, Y. A.; MENEZES, I. N. de. Estratégias lúdicas na relação terapêutica com crianças na terapia comportamental. **Univ. Ci. Saúde**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-151, jan./jun., 2004.

GOMES, N. de F.; FRANÇA, C. P. Ainda interpretamos crianças à maneira de Melanie Klein? **Estilos clin.**, São Paulo, v. 17, n. 2, jul./dez., p. 290-305, 2012.

HABER, G. M.; CARMO, J. dos S. O fantasiar como recurso na clínica comportamental infantil. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.**, vol. IX, nº 1, 2007, p. 45-61.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, M, T. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1998.

KLEIN, M. **A psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KOHLBERG R. J.; TSAI, M. **Psicoterapia Analítica Funcional** – Criando relações terapêuticas intensas e curativas. Santo André: ESETEC, 2001.

LEITE, R. F. Caixa lúdica e novas tecnologias. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte-MG, n. 45, jul, 2016, p. 145–148.

LIMA, J. H. C. A. de.; BERNARDI, A. B. **O brincar como um recurso terapêutico para crianças em saúde mental**. 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Jennifer-Haranda-Colombo-Antunes-de-Lima.pdf>. Acesso em 17 ago 2019.

DE JESUS LOPES, Y. **O ludodiagnóstico e as técnicas projetivas como instrumento psicoterapêutico**. 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1242.pdf>. Acesso em 29 out 2019.

MEIRA, A. M. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. **Psicologia & Sociedade**; 15 (2): 74-87; jul./dez, 2003.

MRECH, L. M. Além do sentido e do significado: a concepção psicanalítica da criança e do brincar. In: KISHIMOTO, T. M. (org.). **O Brincar e Suas Teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEDROZA, R. L. S. Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar. **Rev. Dep. Psicol.** UFF, Niterói, v.17, n. 2, p. 61-76, dez., 2005.

REGRA, J. A. G. Formas de trabalho na psicoterapia infantil: mudanças ocorridas e novas direções. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.**, n.2, 2000, p. 79-101.

ROSA, F.V.da.; KRAVCHYCHYN, H.; VIEIRA, M. Brinquedoteca: a valorização do lúdico no cotidiano infantil da pré-escola. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 33, ago./dez., 2010.

SAURA, S. C. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, (São Paulo), Jan-Mar; 28(1), 2014, p. 163-75.

TELLES, K. K. P.; SILVA, D. S. A. da.; SOBRAL, C. A técnica do brincar na teoria psicanalítica kleiniana. **IV Fórum de práticas em psicologia**. VIII Semana de Psicologia da FAP. 2012.

VISENTINI, D. M. **A clínica psicanalítica com crianças**: um breve percurso. Trabalho de conclusão de curso Especialização em Intervenção Psicanalítica na Clínica da Infância e Adolescência. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, D. W. **O brincar & a realidade**. Trad. J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

RACISMO E INTERVENÇÕES PSICOTERAPÊUTICAS EM ESTUDOS PUBLICADOS NO BRASIL

Vitória Emanuelle B. Martins Cherbele e Florêncio M. Costa Júnior

Introdução

No Brasil, a estigmatização, discriminação e exclusão de grupos raciais têm sua origem no sistema colonial e escravocrata. Tal período histórico foi responsável por propagar significados sociais, crenças e atitudes sobre essas populações inferiorizadas (SANTOS, 2020). A população negra brasileira ocupou historicamente as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias na pirâmide social, que perduram até os dias atuais e se manifestam na desigualdade social e racial, evidenciando o racismo (GOUVEIA; ZANELLO, 2018).

O conceito de raça está diretamente ligado às circunstâncias históricas em que é utilizado, sendo resultado de modelos e práticas vigentes desses períodos (DE ALMEIDA, 2019; SCHUCMAN; MARTINS, 2017). A este conceito pode ser atribuída a função de estabelecer classificações, distinguindo diferentes grupos humanos, envolvendo relações de poder entre grupos dominantes e grupos dominados (SANTOS, 2020; DE ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, a raça opera sobre duas lógicas que se correlacionam: como características biológicas, onde a identidade racial é caracterizada por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; e

como característica étnico-cultural, que está associada a origem geográfica, religião, língua e outros costumes (DE ALMEIDA, 2019). Sistemas de dominação racial e étnica foram justificados com base nessas diferenças raciais que ditaram as qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais dos diferentes grupos humanos, tendo as pessoas brancas como referência de beleza, intelectualidade e cultura (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

O termo raça também pode ser empregado como categoria histórico-social, aplicada as investigações dos desdobramentos e consequências da hierarquização entre grupos sociais, responsável por produzir distribuição desigual de recursos, como o acesso à educação, saúde, habitação, justiça e trabalho (TAVARES; KURATANI, 2019). Quando utilizado como categoria de análise, o termo se refere a um constructo social, uma relação hierárquica de dominação e poder e um marcador sociopolítico de desigualdades, baseados numa ideia biológica de superioridade errônea, mas eficaz socialmente para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios (GOUVEIA; ZANELLO, 2019; SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

A raça é um componente importante de estruturas sociais, podendo exercer papéis simbólicos, valorativos e estratificadores. A adoção desse conceito permite uma divisão entre classes, onde o status ideal pertence à classe dominante branca (BENEDITO; FERNANDES, 2020; SCHUCMAN; MARTINS, 2017). Assim, o conceito de raça é resultante de diversas práticas discursivas que são produtoras de variadas significações sociais, e

tendo em vista que as tensões raciais são um problema constitutivo na formação da sociedade brasileira, e que a produção dos campos discursivos é derivada de condições sócio-históricas inequivocamente afetadas por processos coloniais, patriarcais, capitalistas, esses discursos são capazes de produzir ações e comportamentos no campo não-discursivo, que colaboram para a manutenção de práticas racistas que perpassam as pessoas negras e suas histórias (MODESTO, 2021; SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

Nesse sentido, o racismo é uma configuração complexa e sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, se manifestando por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desvantagens ou privilégios para determinados grupos raciais (DE ALMEIDA, 2019). Ele atua na cultura, na política, na economia, na ética e, por consequência, na vida subjetiva, social e institucional das pessoas, limitando as oportunidades e expectativas de vida das pessoas negras e pardas (SANTOS, 2020). Assim, o racismo se materializa através da discriminação racial e possui um caráter sistêmico. Isso significa que, não se trata somente de um ato ou um conjunto de atos discriminatórios, mas de um processo em que a desigualdade estabelece condições sociais que privilegia brancos e limita, restringe e marginaliza as identidades negras e suas produções culturais. Dessa forma, o racismo estrutura toda a organização política e econômica da sociedade, exercendo papéis simbólicos, valorativos e estratificadores em sociedades multirraciais e

racistas, como o Brasil (ALVES *et al.*, 2020; BENEDITO; FERNANDES, 2020; GOUVEIA; ZANELLO, 2019; DE ALMEIDA, 2019; SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

O Brasil apresenta altos níveis de desigualdade social e econômica relacionada à cor da pele (GOUVEIA; ZANELLO, 2019; SACCO *et al.*, 2016). Apesar disso, existe no imaginário do país a crença na inexistência de conflitos raciais ou de impedimento a ascensão social dos negros. Tal crença é conhecida como o mito da democracia racial (GOUVEIA; ZANELLO, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019). Esse mito mantém as relações baseadas na cor da pele ou na raça estabelecidas durante a escravidão contribuindo com a reprodução das condições históricas de objetificação dos negros, visto que as práticas de discriminação racial têm como consequência, ao longo do tempo, à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida, que engloba aspectos como ascensão social, reconhecimento e sustento material, é afetado (DE ALMEIDA, 2019; MENEZES *et al.*, 2019).

As experiências do racismo impõem um fardo psicológico significativo sobre as pessoas negras (GOUVEIA; ZANELLO, 2018). O contexto de desenvolvimento de pessoas pretas é contingenciado por um complexo conjunto de interações racistas que envolvem aspectos interpessoais, da posição socioeconômica, visibilidade, participação no mercado de trabalho, acesso a assistência e atenção em saúde e bem-estar social. Como efeito deste ambiente hostil de desenvolvimento está o estresse constante

experimentado pela população negra, que luta para minimizar e sobreviver as injustiças sociais a que estão submetidos, o que gera efeitos adversos como doenças psíquicas e físicas (SANTOS, 2020). Meyer (1995, 2007), define tal estresse como “*estresse de minoria*”. O autor oferece uma estrutura conceitual para entender a forma como o estigma, preconceito e discriminação criam um ambiente social hostil e estressante que causa problemas de saúde mental.

Segundo Pantet *et al.* (2020), o conceito de estresse de minoria surge nos Estados Unidos dentro da militância LGBTQIAP+ e se desenvolveu a partir de teorias sociais e psicológicas, concentrando-se nos resultados dos conflitos experienciados por membros de grupos minoritários em sociedade. Atualmente, o termo é reconhecido cientificamente pela *American Psychological Association* (APA) e compõe a literatura científica e política das demais minorias em diversas localidades (PANTET *et al.*, 2020). Dessa forma, estresse de minoria é uma condição vivenciada por pessoas de grupos minoritários. Sua área de estudos concentra-se na relação entre preconceito e saúde mental de grupos socialmente marginalizados, que tem desfechos negativos relacionados a saúde mental de forma mais presente ao longo da vida (CHINAZZO, 2021; PAVELTCHUK; BORSA, 2020).

Contrário do que costuma ser entendido enquanto quantidade numérica, minorias são grupos que, quando comparados a um grupo privilegiado, apresentam uma série de desvantagens (educacionais, econômicas, de

gênero, raciais, sexuais, culturais, entre outras) em decorrência do preconceito que lhes é imposto. Minorias sociais são expostas a alguns estressores específicos e que se somam aos estressores cotidianos comuns a todos os grupos (PAVELTCHUK; BORSA, 2020). Grupos minoritários são considerados vulneráveis em relação a saúde mental, devido à violência cultural, psicológica e física que sofrem de maneira estrutural. O estresse causado por essas vivências pode ser compreendido como uma reação do organismo a um contexto que aumenta a probabilidade de emissão de respostas tipicamente conhecidas como medo, irritação, excitação e confusão (PANTET *et al.*, 2020).

Assim, o estresse vivido por membros de grupos minoritários, ou estresse de minorias, é o grande conjunto de elementos estressores relacionados a valores dos grupos dominantes, como por exemplo, padrões de beleza, estereótipos de gênero e raciais, que discriminam e estigmatizam indivíduos pertencentes a grupos minoritários, produzindo sofrimento psicológico e outros efeitos negativos para essa população. Esses efeitos podem ser vivenciados no âmbito socioeconômico, de saúde física ou psicológica, com impacto importante na constituição da identidade dos indivíduos pertencentes a esses grupos (PANTET *et al.*, 2020) e são interseccionais quando uma pessoa pertence a diferentes grupos minoritários. O conceito de interseccionalidade é utilizado para fazer referência a como diferentes sistemas de opressão (de gênero, raça, classe, entre outros) se perpassam, golpeando

direitos não por um sistema, ou por outro, mas pela intersecção entre eles (ALVES *et al.*, 2020).

Comodito anteriormente, o racismo é constantemente negado no Brasil e pouco discutido nos contextos de formação acadêmica (MENEZES *et al.*, 2019). Nas graduações de Psicologia, a ausência de uma formação crítica acerca do racismo e da raça pode resultar na incapacidade das (os) profissionais em Psicologia analisarem, a partir de um horizonte histórico amplo, a conjuntura histórico-social do país e suas próprias formações como pessoas racializadas (que pertencem a algum grupo racial). Essa ausência, impossibilita uma atitude crítica frente a prática profissional e a subjetividade das populações negras, ocasionando no desconhecimento da causalidade entre esse sistema de dominação e o sofrimento vivido por essa população (ALVES *et al.*, 2020; GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

O desconhecimento dos terapeutas sobre preconceito e discriminação os impede de avaliar a importância relativa dos vários fatores descritos pelos clientes como relevantes. Quando o terapeuta não reconhece o racismo como produtor de mazelas sociais, preconceito e discriminação, contribui para aumento de sofrimento psíquico de seu paciente negro e para a manutenção das desigualdades raciais. Isso ocorre porque os profissionais tendem a não desenvolver uma perspectiva crítica sobre as relações étnico-raciais e suas repercussões no campo da saúde, reproduzindo a ideologia da igualdade social e democracia racial (TAVARES; KURATANI, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2018).

Segundo Pantet *et al.* (2020), a psicologia tem sido acusada de ser instrumento de manutenção de privilégios para determinados grupos. Não se voltando com afinco para tais áreas, é criticada por reproduzir as relações de poder do colonialismo, utilizando as teorias hegemônicas, constituídas com base na cultura e no funcionamento da população branca para a pessoa branca, porém como se fossem teorias neutras e de aplicação universal (GOUVEIA; ZANELLO, 2019; MENEZES *et al.*, 2019).

A partir desse contexto histórico e político, as Psicologias Antirracistas assumem um caminho ético-político de enfrentamento ao racismo nos diferentes campos de saber e práticas psicológicas. As práticas antirracistas na Psicologia visam o enfrentamento aos discursos e práticas que mantêm as estruturas de poder do colonialismo, fundadas na ideia de raça, que perpetuam e atualizam a racialidade como instrumento de dominação e exploração (ALVES *et al.*, 2020). Dessa forma, aponta-se para a construção de teorias e práticas em psicologia clínica tendo como referência as subjetividades negras (VEIGA, 2019).

Vista a relevância dos estudos raciais e as consequências devastadoras da discriminação racial sobre a saúde mental da população negra, este estudo objetivou investigar como as publicações brasileiras têm analisado e discutido sobre o racismo e suas repercussões na prática clínica de psicólogos (os) e psicoterapias direcionadas a pessoas pretas.

Desenvolvimento

Considerando os objetivos apontados, o presente estudo se propôs a realizar uma revisão sistemática de literatura, tendo um caráter descritivo-discursivo acerca das publicações que abordam as repercussões do racismo estrutural na prática clínica de psicólogos (os), bem como psicoterapias direcionadas a pessoas pretas. Segundo Galvão e Pereira (2014), a revisão sistemática de literatura é um tipo de investigação focada em um tema delimitado, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis em artigos científicos.

Desta maneira, para realizar a busca dos artigos analisados foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: a) artigos publicados entre os anos de 2012 e 2022; b) em língua portuguesa; c) que abordam repercussões do racismo na prática clínica de psicólogos (as) e psicoterapias direcionadas a pessoas pretas. Enquanto os critérios de exclusão foram: a) artigos publicados em períodos diferentes do estabelecido; b) indisponíveis para leitura na íntegra; c) que não abarcassem o tema da pesquisa; d) em outros idiomas; e, e) artigos duplicados em mais de uma base de dados. A pesquisa foi realizada no período de junho de 2022 a agosto de 2022 nas bases de dados SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*) e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde).

A busca foi realizada por três conjuntos de descritores, devido ao pequeno número de artigos encontrados. Em

um primeiro momento foram utilizados os descritores “Psicologia” AND “Clínica” AND “Racismo”. Foram encontrados 33 artigos, dos quais 23 foram eliminados pois, segundo o título, não indicavam referência as repercussões do racismo estrutural na prática clínica de psicólogas (os) ou a psicoterapias direcionadas a pessoas pretas. Dos 10 títulos restantes, 3 se repetiram nas bases de dados, tendo sido desconsiderados. Dessa forma, foram selecionados 7 artigos para leitura dos resumos. A partir da leitura dos resumos, 6 artigos foram selecionados para análise na íntegra e 1 artigo foi descartado por não se adequar aos critérios de inclusão.

Em um segundo momento foi realizada a busca a partir dos descritores “Racismo” AND “Saúde Mental” AND “Clínica”. Foram encontrados 23 artigos, dos quais 17 foram eliminados segundo os critérios de exclusão. Os 6 artigos restantes já haviam sido localizados nas pesquisas anteriores.

A terceira e última pesquisa foi realizada através dos descritores “Psicologia” AND “Saúde Mental” AND “População Negra”. Foram encontrados 35 artigos, onde 22 foram eliminados pois seus títulos não indicavam referência ao tema da pesquisa. Restaram 13 artigos, dos quais 6 já haviam sido localizados nas pesquisas anteriores e 1 repetia-se na base de dados. Os 6 artigos restantes foram selecionados para leitura dos resumos. A partir da leitura dos resumos foram descartados 5 artigos que não se enquadravam nos objetivos da pesquisa, tendo sido 1 artigo selecionado para análise na íntegra.

O quadro abaixo apresenta a síntese dos sete estudos selecionados para esta revisão organizados por ordem de publicação, da mais recente a mais antiga. No quadro constam ano de publicação dos artigos; autor (es); título e periódicos onde foram publicados.

Quadro 1: Síntese dos estudos selecionados para revisão de literatura

Ano	Autor (es)	Título	Periódico
2021	LANZA, H.R.	Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica	Estudos e Pesquisas em Psicologia
2021	CARVALHO, F.R; MISSIATO, L.A.F.	Raça e classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior da Amazônia ocidental	Psicologia e Sociedade
2020	BENEDITO, M. de S; FERNANDES, M. I. A.	Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica	Psicologia: Ciência e Profissão
2019	VEIGA, L.M.	Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta	Fractal: Revista de Psicologia
2019	TAVARES, J.S. C; KURATANI, S.M. de A.	Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre mulheres que se “Tornaram Negras”	Psicologia: Ciência e Profissão
2019	GOUVEIA, M; ZANELLO, V.	Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras	Psicologia em Estudo
2018	GOUVEIA, M.; ZANELLO, V.M. L.	Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos	Psicologia: Ciência e Profissão

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Os impactos do racismo sobre a saúde física de pessoas pretas é um tema discutido por Carvalho e Missiatto (2021), Lanza (2021), Tavares e Kuratani (2019), Gouveia e Zanello (2019) e Gouveia e Zanello (2018). Segundo os autores, é possível sugerir uma conexão entre racismo e saúde física que se perpetua ao longo dos ciclos de vida da pessoa alvo de experiências de discriminação e preconceito racial. Os autores lançam luz sobre uma série de possíveis efeitos que podem resultar de estressores raciais, como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito, que demonstram consequências à saúde mental e causam sofrimento. Esses sintomas físicos e psicológicos surgem do estado permanente de estresse emocional, angústia e ansiedade vividas cotidianamente por pessoas pretas.

Em relação à saúde mental, os estudos de Carvalho e Missiatto (2021), Benedito e Fernandes (2020), Veiga (2019) e Tavares e Kuratani (2019) abordam discussões presentes na literatura que associam o racismo a fatores como ameaças à autoestima, às desigualdades de oportunidade e à violência, que podem contribuir para o sofrimento psíquico constante de pessoas negras. Dessa forma, há uma relação intrínseca entre racismo e sofrimento mental, tornando fatores sociais como a raça fundamentais para compreender materialmente

como a pessoa negra adoece e os determinantes sociais que estão envolvidos nesse adoecer.

Todos os artigos (LANZA, 2021; CARVALHO; MISSIATTO, 2021; BENEDITO; FERNANDES, 2020; VEIGA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2019; GOUVEIA; ZANELLO; 2018), apontaram que mesmo sendo a ajuda psicológica fundamental para pessoas que a buscam devido ao sofrimento psíquico decorrente das experiências de racismo, a relação entre raça, racismo e saúde mental, adentrou a invisibilidade no campo da prática clínica de psicólogos (os) em decorrência do alheamento às questões de minorias raciais e étnicas ou ainda em decorrência da inexistência de preocupações com sua realidade ou experiências de vida. Como resultado da ausência de um olhar crítico as (os) profissionais não são capacitados a se atentarem aos processos de preconceito e discriminação racial presentes no sofrimento psíquico de pessoas negras e não são capazes de avaliar a importância de vários fatores descritos como fundamentais para os clientes, ofertando pior qualidade de atendimento a pessoas pretas.

Segundo os (as) autores (as) estudados (as), a construção da psicologia brasileira foi influenciada pelos ideais colonizadores da elite europeia, branca e patriarcal. A partir da implementação desses ideais ficou identificado como sendo relevante e superior as criações dos colonizadores, o que inclui, a construção do conhecimento (LANZA, 2021; CARVALHO; MISSIATTO, 2021; BENEDITO; FERNANDES, 2020;

VEIGA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2019; GOUVEIA; ZANELLO; 2018). Dessa forma, como desdobramentos do que Veiga (2019) chama de “colonização do pensamento” (p.245) os colonizadores foram tomados como sabedores das questões filosóficas, existenciais, políticas e econômicas, artísticas e psicológicas de todos os povos. Gouveia e Zanello (2018), complementam este pensamento ao dizer que a apropriação de ideias eugênicas tornou as ciências alheias ao sofrimento de minorias étnicas e raciais por um longo tempo. As teorias eugênicas penetraram a Psicologia, cumprindo funções sociais e políticas que contribuíram com a legitimação e perpetuação do racismo e a segregação de minorias étnico-raciais.

Alguns estudos apontaram lacunas na formação das (os) psicólogas (os) no que diz respeito as relações étnico-raciais (CARVALHO; MISSIATTO, 2021; LANZA, 2021; VEIGA, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2018). Segundo os mesmos autores, a formação em Psicologia no Brasil não discute aspectos sócio-históricos que influenciaram na legitimação de discursos ideológicos dominantes e a consequente negligência de debates sobre questões raciais na profissão. Lanza (2021) e Veiga (2019) concordam ao afirmarem que os currículos de psicologia nas universidades são carregados de colonialismo e, consequentemente, teorias psicológicas eurocêntricas, uma vez que, os autores mais estudados são homens-brancos-europeus. Tais autores, importantes na história ocidental da Psicologia, construíram teorias e conceitos

para manejar o sofrimento psíquico de subjetividades brancas a partir de especificidades histórico-culturais dos povos europeus e americanos. Esses conceitos e teorias foram importados e incorporados a psicologia brasileira, desconsiderando a sua realidade e seus processos econômicos, políticos, sociais e culturais, visto que suas matrizes teóricas não pensaram em questões importantes para os povos colonizados, como a raça.

Ainda discutindo a formação em Psicologia, segundo Carvalho e Missiatto (2021), ao terminar sua graduação, a (o) psicóloga (o) está familiarizado com o enfoque individualista e alheio as questões sociais, que tendem a permanecer invisíveis. Lanza (2021), reafirma que tais influências eurocêntricas tornam as noções de sujeito e subjetividade, adquiridas ao longo da formação, distantes da complexidade da realidade latina. Dessa maneira, ainda hoje, os cursos de Psicologia possuem pouca ênfase em questões étnico-raciais, que invisibilizam as especificidades da saúde mental da população negra e o racismo institucional presente nas diversas práticas da profissão.

Uma outra questão discutida nas publicações analisadas, relaciona que a invisibilidade das especificidades da saúde mental da população negra e o racismo institucional presente nas diversas práticas da profissão está vinculada à escassa utilização de estudos raciais e de discussões acadêmicas que contemplem o tema, bem como a pouca representatividade de autores (as) negros (as) referenciados (as) nas disciplinas (LANZA, 2021; CARVALHO; MISSIATTO,

2021; BENEDITO; FERNANDES, 2020; VEIGA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2019; GOUVEIA; ZANELLO; 2018). Os (as) autores (as) argumentam a razão desse fenômeno, relacionando-o a grande maioria dos psicólogos e pesquisadores da área da saúde mental serem brancos, não possuírem compreensão do que é raça ou ainda, pela dificuldade em reconhecer privilégios dentro de uma estrutura social racista.

O estudo realizado por Carvalho e Missiatto (2021) verificou a percepção de estagiários de Psicologia sobre questões raciais e de classe e como esses fatores se evidenciam na clínica psicológica. Os resultados indicaram uma postura pouco crítica dos estudantes, com indícios de total desconhecimento ou limitado repertório teórico sobre processos raciais, adquiridos no processo de formação. Na prática o alheamento as questões raciais resultam em dificuldades de relacionar conceitos de forma crítica e que abarquem as especificidades desses fenômenos na realidade, além disso, o escasso repertório teórico-metodológico em identificar questões raciais na clínica, limita o profissional a utilização de técnicas psicoterapêuticas que não contemplam as especificidades dessas demandas.

Todos (as) os (as) autores (as) propõem discussões a respeito das repercussões do racismo na prática clínica de psicólogas (os) (LANZA, 2021; CARVALHO; MISSIATTO, 2021; BENEDITO; FERNANDES, 2020; VEIGA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2019; GOUVEIA; ZANELLO;

2018), tendo ênfase o trabalho de Gouveia e Zanello (2019), que coletaram narrativas de mulheres negras atendidas por psicoterapeutas brancos (as) sobre suas vivências de racismo no cotidiano e sobre como se deu a escuta na terapia em diáde racial. O estudo constatou o descontentamento das mulheres com os serviços psicoterapêuticos recebidos, uma vez que, questões raciais e suas experiências de racismo como fonte de sofrimento mental, quando e se relatadas em sessão, não foram em geral bem recebidas, consideradas ou exploradas pela (o) profissional, demonstrando falta de formação da (o) psicoterapeuta para atender clientes negras (os).

Os (as) autores (as) discutidos (as) anteriormente reiteram a necessidade das (os) psicólogas (os) ampliarem sua compreensão a respeito de como as estruturas racistas operam, a multiplicidade de suas manifestações e seu impacto e influência sobre o sofrimento psíquico de pessoas pretas, visto que o racismo atravessa as experiências concretas de vida, e na maioria das vezes, os aspectos raciais são negligenciados ou trabalhados de maneira inadequada na psicoterapia. Como ciência, a psicologia ainda atua estigmatizando o corpo, disseminando preconceitos e legitimando a violência, contribuindo com a patologização da população negra e retratando-a de forma racista em suas pesquisas. Sendo assim, é importante estudar e reconhecer este impacto para que as consequências das agressões raciais não continuem sendo ignoradas, subestimadas e invisibilizadas (LANZA, 2021; CARVALHO;

MISSIATTO, 2021; BENEDITO; FERNANDES, 2020; VEIGA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019; GOUVEIA; ZANELLO, 2019; GOUVEIA; ZANELLO; 2018).

Sobre a reestruturação das práticas e saberes da área, Tavares e Kuratani (2019) e Gouveia e Zanello (2018), discutem sobre os desafios da Psicologia e a apropriação de teorias afrocentradas no combate as diversas formas de discriminação racial. Para os (as) autores (as), a Psicologia caberia libertar-se da ideologia dominante e abrir-se para a pluralidade e para produção de conhecimento científico implicado em questões sociais. A partir dessa crítica, teorias pautadas em paradigma não eurocêntricos, reconheceriam os impactos de fatores raciais, étnicos e culturais na psicoterapia, levando em conta a experiência de vida e valores culturais do (a) cliente na definição dos objetivos psicoterapêuticos e no uso de técnicas e estratégias; além de possibilitar a reafirmação do pertencimento a grupos minoritários e aos processos de segregação e luta, tendo o povo negro como protagonista e sujeito do conhecimento.

Outras estratégias de manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra são discutidas por Tavares e Kuratani (2019). Entre alguns dos aspectos relevantes para a construção de uma clínica implicada em questões étnico-raciais, está o acolhimento e estabelecimento da aliança terapêutica. As autoras evidenciam que entre as repercussões do racismo destacam-se a dificuldade de estabelecimento de vínculos e a representação de si como inferior, além da sensação contínua de não pertencimento, e da

percepção do mundo como potencialmente violento, principalmente na relação entre pessoas de diferentes raças, o que pode influenciar o estabelecimento de vínculo com a (o) terapeuta. As autoras ainda discutem a identificação do racismo como gerador de sofrimento psíquico. É papel do terapeuta identificar quais as relações estabelecidas pelo paciente entre o sofrimento psíquico e a experiência de racismo relatada. O sucesso desta identificação dependerá da habilidade do terapeuta de compreender como as relações raciais operam na sociedade, da habilidade em promover reeducação através de uma perspectiva antirracista e do momento em que o paciente se encontra em seu processo de descobrir-se como pertencente a grupos minoritários (é comum que o sofrimento gerado pelo racismo não seja prontamente identificado por aqueles que procuram por atendimento). Este manejo só é possível quando se propõe diálogos abertos sobre questões de raça e etnia que podem promover um ambiente de confiança que acabará beneficiando o processo terapêutico.

Lanza (2021) e Veiga (2019), corroboram com a discussão sobre a construção de uma Psicologia e prática clínica a partir de paradigmas não eurocêntricos, colocando em questão nos seus debates o próprio lugar do psicólogo, situando suas marcas e seu lugar de fala, porque é desse lugar que ele exerce a escuta. Segundo os autores, é necessário que os terapeutas reflitam acerca de seus privilégios raciais e como contribuem ou não para manutenção da violência racial, para que possam cuidar de grupos raciais não hegemônicos,

assim como desenvolver abordagens culturalmente adequadas a estas populações. Uma clínica engajada no debate racial deve se comprometer em um processo de desalienação racial, e ter o potencial de participar da construção de uma consciência tanto no que diz respeito à branquitude, quanto ao racismo dirigido à população negra, de modo a reafirmar o respeito as diferenças étnico-raciais na Psicologia e nas práticas clínicas de psicólogos (os).

Considerações finais

Este trabalho se propôs a investigar como as publicações brasileiras têm analisado e discutido sobre o racismo e suas repercussões na prática clínica de psicólogos (os) e psicoterapias direcionadas a pessoas pretas. Os estudos sobre a relação entre questões raciais e saúde mental e a construção de psicoterapias direcionadas às minorias raciais são de grande significância ao se considerar o sofrimento e os efeitos devastadores resultantes dos estressores raciais vivenciados no cotidiano desse grupo.

É importante considerar que a pesquisa possui limitações e que o baixo número de artigos encontrados pode estar relacionado aos critérios de exclusão adotados, como o ano e idioma das publicações, além disso, o uso de descritores pode ter sido limitado e outras combinações de descritores poderiam ter capitado um maior número de estudos. Apesar disso, através das

análises apresentadas e da síntese dos achados, foi possível afirmar que o debate a respeito de questões raciais é escasso, quando não, inexistente na formação dos profissionais da Psicologia. Como consequência do alheamento racial e a ausência de um olhar crítico a respeito da forma como as estruturas raciais operam na sociedade, as (os) profissionais não se atentam aos processos de preconceito e discriminação racial presentes no sofrimento psíquico de pessoas negras, o que ocasiona negligência e práticas inadequadas junto a população negra, que ampliam e perpetuam não só seu sofrimento individual, mas as estruturas coloniais de dominação e segregação dos povos colonizados.

Dessa maneira, fica evidente a urgência da construção de uma Psicologia, como ciência e profissão, engajada e implicada nos debates raciais, comprometida com o processo de desalienação racial das (os) psicólogas (os) e com a luta antirracista. O fazer da (o) psicóloga (o) deve ser ético, social, científico e político, caso contrário, a Psicologia continuará a contribuir com as estruturas de poder, *patologizando* e *medicalizando* a vida, contribuindo para preconceitos e estigmas e estimulando a produção de desigualdades sociais.

Embora o tema abordado neste trabalho inclua os debates a respeito de questões étnico-raciais é necessário compreender que além de cor, o sofrimento também tem nome, sexo, classe social e outras características. Nesse sentido, uma psicologia crítica, social e política é comprometida com a análise das interseccionalidades, ou seja, das inteirações entre os

diferentes fatores sociais que determinam questões de vida e de identidade, visto que questões como gênero, raça, etnia, localização geográfica, idade, entre outros, combinam-se, gerando diversas desigualdades.

Dessa maneira, no atendimento a pessoa negra, é necessário compreender outras questões além da raça de maneira isolada: de que pessoa negra estou falando? É uma mulher? Um homem? Têm filhos? Mora na periferia ou em áreas centrais da cidade? Como essa pessoa percebe sua afetividade e sua sexualidade? Essas e outras perguntas e respostas, quando combinadas, geram diferentes sofrimentos e diferentes lutas. Assim, considerar apenas questões raciais de maneira isolada no atendimento a pessoas pretas não é o suficiente. Para além da raça, também é necessário considerar outras relações de poder existentes na sociedade e os impactos dessas relações, não só sobre a vida das pessoas, mas sobre as atividades profissionais da Psicologia, posicionando-se de maneira crítica através de análises históricas da realidade política, econômica, social e cultural das pessoas e grupos implicados no processo de construção e prática da Psicologia.

Tendo em vista as incipientes discussões a respeito de questões étnico-culturais na formação de psicólogas (os) em decorrência do modelo de formação tradicionalmente eurocêntrico, um importante aspecto que corroborara com a construção de uma Psicologia engajada na temática racial é a construção de estudos que investiguem as estruturas dos currículos dos cursos de Psicologia, de modo a incluir contribuições

para redução do racismo na formação acadêmica e profissional. A formação dos currículos em Psicologia engajados em tais questões pode ser um caminho para o desenvolvimento de um maior repertório social e cultural na formação das (os) futuras (os) profissionais.

Referências

DE ALMEIDA, S.L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.264.

ALVES, M.C; COSTA, E.S; CASTELAR, M. Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, n. spe, p. 1-5, 2020.

BENETIDO, M.S; FERNANDES, M.I.A. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, n. spe, p. 1-16, 2020.

CARVALHO, F.R; MISSIATTO, L.A.F. Raça e classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior da Amazônia ocidental. **Psicologia e sociedade**, v.33, [s/n], p.1-19, 2021.

CHINAZZO, Í. R. *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v.26, sup.3, p.5045-5056, 2021.

GALVÃO, T.F; PEREIRA, M.G. Revisões sistemáticas de literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.23, [s/n], p.183-184, 2014.

GOUVEIA, M; ZANELLO, V.M.L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos

Últimos Quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p.450-464, 2018.

GOUVEIA, M; ZANELLO, V. Psicoterapia, Raça e Racismo no Contexto Brasileiro: Experiências e Percepções de Mulheres Negras. **Psicoterapia em estudo**, v. 24, [s.n], p.1-15, 2019.

LANZA, H.B. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.21, n.3, p. 1144-1159, 2021.

MENEZES, J. A; LINS, S. S; SAMPAIO, J. V. Provocações Pós-Coloniais à Formação em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v.31, [s.n], p. 1-9, 2019.

MEYER, I.H. Minority Stress and Mental Health in Gay Men. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 36, n. 1, p. 38-56, 1995.

MEYER, I. H. Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. **Psychol Bull**, v. 129, n.5, p. 674-697, 2007.

MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v.20, n.2, p.1-19, 2021.

PANTET, A; ZAMIGNANI, D.R; DAHÁ. L.J. de S. Análise do Comportamento aplicada a questões de minoria – Direito Humano, estresse de minorias e ciência comportamental: proposta de um grupo de trabalho. **Boletim Paradigma**, v.15, [s.n.], p. 17-24, 2020.

PAVELTCHUK, F. de O; BORSA, J. C. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Rev. SPAGESP**, v.21, n.2, p. 41-54, 2020.

SACCO, A.M; COUTO, M.C.P.P; KOLLER, S.H. Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. **Temas em Psicologia**, v.24, n.1, p.233-250, 2016.

SANTOS, N.R. P. **Racismo e eventos produtores de estresse: experiências de idosas (os) negras (os)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2020.

SCHUCMAN, L.V; MARTINS, H.V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.37. n. spe, p. 172-185, 2017.

TAVARES, J. S. C; KURATANI, S. M. A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, [s.n], p. 1-13, 2019.

VEIGA, L.M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.31, n.spe, p. 244-248, 2019.



FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS E PSICOSSOCIAIS ASSOCIADOS AO TRANSTORNO POR USO DE SUBSTÂNCIAS ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: Uma Revisão Sistemática

Viviane Geronimo da Silva e Renata de Almeida Moraes Possato

Introdução

A história das substâncias psicoativas e da adição a drogas é tão antiga quanto a própria humanidade, remontando aos primórdios da civilização (Brasil, 2022). Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2024), os transtornos por uso de substâncias descrevem uma condição complexa que afeta milhões de indivíduos. No entanto, os prejuízos de médio e longo prazo trazidos à saúde dependem de um conjunto de fatores, como por exemplo, o tipo de substância, a forma como ela é utilizada, fatores genéticos, contexto social e condições psicológicas do indivíduo (Opas, 2024).

De acordo com Dalgalarondo (2019), as substâncias com mais atividades no cérebro, repercussão no psiquismo e no comportamento são: álcool, cafeína, tabaco, cannabis ou maconha, psicoestimulantes como cocaína ou crack, além de, anfetamínicos, opioides, alucinógenos, inalantes, sedativos, hipnóticos e benzodiazepínicos. E essas substâncias são

responsáveis, por proporcionar sensações de prazer, relaxamento ou excitação ao indivíduo.

No ano de 2019, a OPAS divulgou que os transtornos por uso de substâncias estão entre as causas mais relevantes ligadas a mortalidade prematura e incapacidade na região das américas, observa-se que a cada ano a adição a drogas aumenta, e em pessoas mais jovens, trazendo grandes demandas tanto para os serviços de saúde como para os órgãos governamentais. Os dados levantados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) concluíram que, os transtornos por uso de substâncias foram responsáveis por 85.984 mortes em ambos os sexos, 55.616 em homens e 30.367 em mulheres representando 47% das mortes globais. O número de mortes em 2019 aumentou 296% comparado 21.719 mil mortes em 2000, tendo a América do Norte como principal colaborador para esse aumento (OPAS 2019).

No que tange a nossa atualidade, de acordo com o Ministério da Saúde (2021) o uso abusivo e a dependência de substâncias químicas são um problema global. No Brasil, em 2021, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 400,3 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de drogas e álcool. Esse percentual demonstra um aumento de 12% em comparação com o ano de 2020 que teve como referência 356 mil atendimentos (Brasil, 2021).

O maior número de atendimentos foi a indivíduos que têm entre 25 e 29 anos, que somaram 303,7 mil

registros em 2021, seguidos da faixa de 10 a 24 anos 49,4 mil e, posteriormente, daqueles com 60 anos ou mais 38,4 mil. Em todos os cenários, o número de atendimentos de pacientes do sexo masculino é maior que o feminino (Brasil, 2021).

Dentre os diversos atendimentos efetuados, aqueles referentes ao uso abusivo de álcool se destacaram com 156,9 mil registros. Em seguida tem-se os transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de cocaína com 31,9 mil casos e os sedativos, opiáceos, canabinoides, hipnóticos, alucinógenos, estimulantes e a cafeína fazem parte do levantamento da pesquisa, porém, com menores números de registros (Brasil, 2022). Na visão de Dalgalarondo (2019), existe alguns fatores que corroboram para que o início do uso ocorra. Como por exemplo, curiosidade, ambiente social, pressão de amigos, familiares ou parceiros, tentativa de se encaixar em grupos sociais, além da fuga de sentimentos desagradáveis como tristeza, solidão e ansiedade.

Faz-se necessário versar sobre a diferença entre uso, abuso e dependência de álcool e/ou outras drogas. O uso é definido como, consumo ocasional ou regular de uma substância sem prejuízos significativos à saúde física, mental ou social (Bizarro, Peuker e Oliveira, 2013). No que tange ao abuso, é caracterizado como, uso inadequado ou excessivo de uma substância, causando prejuízos à saúde ou ao funcionamento social, familiar, acadêmico ou profissional (Bizarro, Peuker e Oliveira, 2013). E por fim, a dependência é considerada um padrão crônico e compulsivo de uso

de substâncias, caracterizado por uma necessidade de consumo contínuo, apesar de consequências negativas (Bizarro, Peuker e Oliveira, 2013). No presente trabalho versaremos a respeito das características dos indivíduos com padrões de dependência.

Vale ressaltar que, um ponto de suma importância com relação ao transtorno por uso de substâncias é a diminuição da autoestima, pois, está correlacionada com o prejuízo do interesse em si mesmo. Deixando de cuidar de aspectos básicos como higiene pessoal e higiene bucal. A baixa autoestima pode também ser um fator de vulnerabilidade para a contaminação por infecções sexualmente transmissíveis como o HIV e sífilis (Dalgalarondo, 2019).

Os órgãos governamentais e da saúde buscam estratégias como: prevenção, manutenção da abstinência, promoção a saúde, e reinserção social. Outros Planejamentos que fazem parte são, ações de segurança pública, inteligência, combate ao tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, que acabam financiando essas práticas (Brasil, 2022). Os dados citados salientam a importância de discutir este tema, tendo em vista que, o transtorno por uso de substâncias é uma condição complexa e crônica caracterizada pelo uso compulsivo, descontrolado e em alta frequência de substâncias psicoativas, mesmo diante das consequências negativas para a saúde física, mental, social e econômica do indivíduo.

O transtorno por uso de substâncias, colabora ainda, para uma sobrecarga no serviço de saúde com

demandas cada vez mais desafiadoras para os órgãos governamentais, que ficam com orçamentos mais elevados devido ao aumento de pessoas sofrendo com tal condição (Brasil, 2022).

Analisar o transtorno por uso de substâncias a partir da perspectiva da Ciência da Análise do Comportamento é uma possibilidade pois, observa-se que os estímulos ambientais e as consequências reforçadoras, conceitos básicos e centrais explorados nos estudos de Pavlov, Watson e Skinner, desempenham um papel crucial na formação e manutenção dos comportamentos aditivos (Vasconcelos e Schmaller, 2012). Tal embasamento permite extrapolar também sobre as dificuldades enfrentadas pelos serviços de saúde e o aumento dos gastos governamentais, que por exemplo, estão em parte relacionados à influência de fatores externos que reforçam a busca por substâncias pelos indivíduos, estabelecendo padrões de comportamento prejudiciais (Vasconcelos e Schmaller, 2012).

A integração dos conhecimentos fundamentados na filosofia do Behaviorismo, não só enriquece a compreensão do fenômeno, mas também, aponta para a necessidade de desenvolver intervenções e políticas públicas que modifiquem os contingentes ambientais, contribuindo para a redução dos impactos sociais e econômicos do transtorno por uso de substâncias (Vasconcelos e Schmaller, 2012).

O Behaviorismo é a filosofia da Ciência da Análise do Comportamento, que desde o início de suas observações e análises descreveu e explicou sobre o

comportamento humano, inicialmente com os estudos de Ivan Pavlov e John B. Watson. Posteriormente Skinner com o Behaviorismo Radical, manifestou sua concepção de que o comportamento humano é moldado e determinado principalmente por fatores externos ao indivíduo, como estímulos ambientais e suas consequências (Todorov, 2012).

O Behaviorismo de Skinner descreve que o comportamento humano é aprendido a partir dos resultados de interações com o ambiente, modelado por um sistema de reforços e punições ao longo da vida, e para este autor, o livre-arbítrio não passa de ilusão (Hermeto e Martins, 2016). Em seus escritos Hermeto e Martins (2016) descrevem que, um organismo atua sobre seu ambiente e recebe estímulos, que reforçam, punem ou extinguem o seu comportamento operante.

Assim, o objetivo da presente pesquisa é investigar de maneira abrangente e integrada os fatores sociodemográficos e psicossociais associados ao transtorno por uso de substâncias, álcool e/ou outras drogas, visando aprofundar o conhecimento sobre como estes interagem e contribuem para a incidência, desenvolvimento e gravidade do transtorno em diferentes grupos populacionais.

Desenvolvimento

A presente pesquisa trata-se de uma revisão sistemática com início em fevereiro e término em

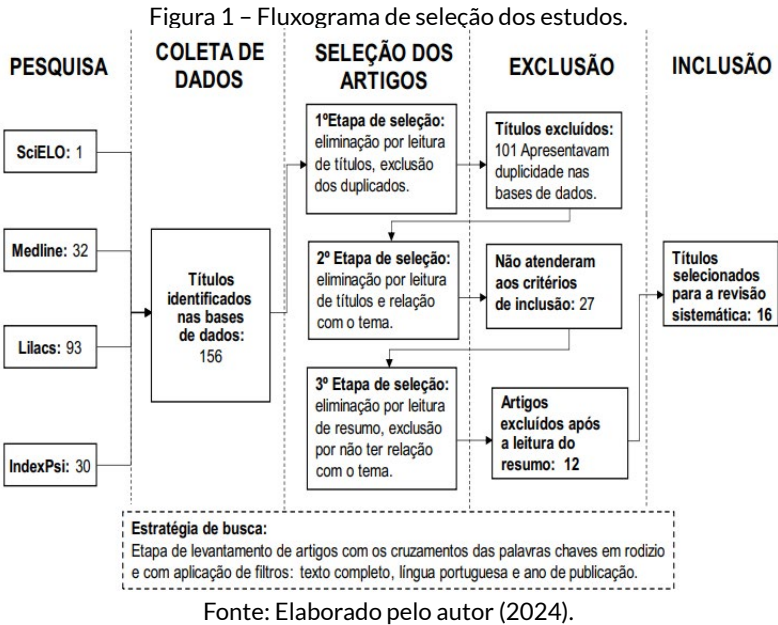
novembro de 2024. Para execução da mesma, foi realizado um levantamento de artigos científicos publicados em bases de dados eletrônicas, tais como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (INDEXPSI) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE).

As palavras chaves utilizadas na mesma foram: “Fatores sociodemográficos; transtorno por uso de substância; adição a drogas e fatores psicológicos”. Foram incluídos nesta revisão sistemática estudos na língua portuguesa, publicados entre os anos de 2014 e 2024. Foram excluídos estudos que não apresentaram informações pertinentes ao tema e duplicados.

Na primeira etapa do método, foi realizado o levantamento dos artigos utilizando cruzamentos de descritores, tais como: “Transtorno por uso de substâncias AND Fatores Psicológicos”, esta busca foi sistematizada de modo que, todas as palavras-chaves fossem pesquisadas em rodízio com as demais; os filtros de: “texto completo, língua portuguesa e ano de publicação” foram aplicados. Esta mesma estratégia foi utilizada em cada uma das bases de dados acima descritas.

Após a coleta de dados, realizou-se uma seleção dos artigos, primeiramente por títulos, com a exclusão dos que apresentavam duplicidade nas bases de dados. Em seguida foram excluídos os títulos não relacionados com o tema. A terceira etapa de seleção

dos dados, foi constituída pela análise criteriosa dos resumos, sendo então excluídos os artigos que não correspondiam ao tema da presente pesquisa. Por fim, obteve-se o N da pesquisa, os dados estão apresentados no fluxograma a seguir.



Resultados e Discussão

Dentre os principais achados do presente estudo, a variável “tipos de substâncias” mais utilizadas dentre a população investigada, teve o álcool em destaque 81% (Komatsu; Bono e Bazon, (2021).; Webster; Braga e Santos (2020).; Ferro, et al. (2019).; Andretta,

et al. (2018).; Teixeira, Guimarães e Echer (2017).; Claro et al. (2015).; Lewgoy et al. (2014).; Limberger e Andretta (2017).; Crisóstomo et. al (2022).; Carmo et. al (2020).; Andretta, Limberger e Oliveira (2014).; Gavioli et. al (2020).; Balthazar et. al (2017).; Poton, Soares e Gonçalves (2018).; Vargas et. al (2018).; Horta et. al (2016).

Corroborando com este achado, um estudo da Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz (2013) apresentou que, o brasileiro está consumindo cada vez mais álcool e de forma danosa. De acordo com o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad II) realizado entre os anos de 2006 e 2012, estima-se que, cerca de aproximadamente 11,7 milhões de pessoas podem ser dependentes do álcool e o maior percentual de consumo é entre o sexo feminino.

Em segundo lugar das substâncias mais utilizadas, os estudos apontaram a maconha (81%), tabaco (75%), crack (69%), e cocaína (56%) (Komatsu; Bono e Bazon, (2021).; Webster; Braga e Santos (2020).; Ferro, et al. (2019).; Andretta, et al. (2018).; Teixeira, Guimarães e Echer (2017).; Claro et al. (2015).; Lewgoy et al. (2014).; Limberger e Andretta (2017).; Crisóstomo et. al (2022).; Carmo et. al (2020).; Andretta, Limberger e Oliveira (2014).; Gavioli et. al (2020).; Balthazar et. al (2017).; Poton, Soares e Gonçalves (2018).; Vargas et. al (2018).; Horta et. al (2016). A literatura descreveu resultados semelhantes no Relatório Mundial do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), citando que aproximadamente 284 milhões

de pessoas com idades entre 15 e 64 anos fizeram uso de drogas em 2020, com um aumento de 26% quando comparado a 2010. Sendo estimado, que 11,2 milhões encontravam-se fazendo uso de drogas injetáveis.

Faz-se necessário explanar também a respeito das consequências estudantis associadas ao uso de substâncias, percebeu-se que, o rendimento e\ou desempenho, a evasão e o abandono escolar podem ser fatores relacionados ao consumo 62,5% (Komatsu; Bono e Bazon, (2021); Webster; Braga e Santos (2020).; Andretta, et al. (2018); Lewgoy et al. (2014).; Limberger e Andretta (2017); Crisóstomo et. al (2022).; Gavioli et. al (2020).; Poton, Soares e Gonçalves (2018).; Vargas et. al (2018).; Horta et. al (2016).

Silva, Silva e Pachú (2021), argumentaram que o consumo de substâncias ilícitas e lícitas está atrelado a inúmeras perdas relacionadas ao desempenho escolar, notas baixas, descaso com temas relacionados a escola, faltas nas aulas, não realização de atividades e\ou exercícios, pensamento constante de abandono e dificuldades de concentração e\ou foco.

De acordo com Borges e Schneider (2021), os adolescentes que experimentam algumas drogas são associados à marginalidade, criminalidade sendo que a facilidade no acesso à mesma, o uso entre familiares e grupos sociais, ociosidade do adolescente, evasão escolar e vulnerabilidades específicas do período da adolescência, são fatores contribuintes para a utilização.

Identificou-se ainda, consequências psicológicas/comorbidades em vários dos estudos aqui compilados,

56% destes, correlacionam o uso de álcool e/ou outras drogas ao possível desenvolvimento ou agravamento de quadros de transtornos mentais leves, moderados e severos. Sendo estes, ansiedade, depressão, estresse e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) (Komatsu; Bono e Bazon, (2021).; Ferro, *et al.*, (2019).; Andretta, *et al.*, (2018); Claro *et al.* (2015).; Lewgoy *et al.* (2014).; Limberger e Andretta (2017); Carmo *et al.* (2020).; Andretta, Limberger e Oliveira (2014).; Poton, Soares e Gonçalves (2018).

Fundamentando estas constatações, Alves, Kessler e Ratto (2004) afirmaram que, é comum o desenvolvimento de comorbidades psiquiátricas associando-as ao uso, abuso e a dependência de álcool e/ou outras drogas, e que mesmo o consumo sendo em pequena quantidade o impacto é maior em pessoas que apresentam alguma comorbidade se comparado a indivíduos sem nenhuma condição. Diante do exposto, pressupõe-se que, em um determinado momento da vida cerca de 50% dos indivíduos com transtornos mentais graves desenvolverão problemas relacionados ao uso de álcool e/ou outras drogas (Alves, Kessler e Ratto, 2004).

Dentre diversos eventos traumáticos, possivelmente vivenciados, identificou-se na presente pesquisa que, ter sofrido violência física, psicológica, discriminação, originar-se de famílias desestruturadas ou com membros dependentes de substâncias, são contribuintes para o uso de substâncias (44%) (Webster; Braga e Santos (2020).; Claro *et al.* (2015).; Komatsu; Bono e Bazon, (2021).; Teixeira, Guimarães e

Echer (2017).; Andretta, Limberger e Oliveira (2014).; Vargas *et. al* (2018).; Horta *et. al* (2016).

Pode se argumentar que, o ambiente familiar e as relações constituídas a partir desse convívio são fatores que influenciam no primeiro contato com o uso de drogas (Benincasa *et al.* 2018). Reforçando tais dados, Furino e Zerbetto (2017) afirmaram que, relações familiares conflitantes tem potencial de promoção a iniciação do uso de substâncias. Em outro estudo, observou-se a prevalência do consumo de substâncias em adolescentes que foram ameaçados, intimidados, experienciaram o bullying, sofreram abusos sexuais e tiveram partes de seus corpos expostas contra sua vontade (Sousa, *et al.*, 2023).

Vales destacar que os fatores sociais, como, desigualdade econômica, redes de apoio fragilizadas, marginalização e desemprego, também desempenham um papel relevante em relação ao uso de substâncias nos estudos aqui analisados (44%) (Komatsu; Bono e Bazon, (2021); (Webster; Braga e Santos (2020).; Ferro, *et al.* (2019).; Teixeira, Guimarães e Echer (2017).; Limberger e Andretta (2017); Gavioli *et. al* (2020).; Poton, Soares e Gonçalves (2018). De acordo com os estudos de Veríssimo *et al.* (2019), o rápido processo de urbanização e a internacionalização da economia trouxeram impactos negativos significativos para a sociedade. O crescimento desordenado das cidades intensificou a exclusão social, levando ao aumento da população em situação de rua e ao agravamento das desigualdades (Veríssimo *et al.* 2019). Além disso, a

precarização das relações de trabalho e o desemprego contribuíram para o rompimento de vínculos familiares e a marginalização de grupos vulneráveis. Nesse contexto, o uso de substâncias psicoativas e a dependência química emergem como consequências desse cenário, refletindo a falta de suporte social e econômico para aqueles que enfrentam essas dificuldades (Veríssimo *et al.* 2019).

Fundamentando os achados Silva, Nizo e Silva (2024), citaram que, ainda em consequência à dependência química nota-se comportamentos disfuncionais também laborais, pois o uso de álcool e\ou outras drogas se torna prioridade para o usuário, trazendo grandes impactos na aquisição ou manutenção de vínculos empregatícios e culminando no afastamento, desemprego e exclusão socioprofissional.

Afigurou-se no presente estudo que, o consumo de álcool e\ou outras drogas ocorre progressivamente, na infância e no início da puberdade, sendo o primeiro contato entre 11 e 13 anos 50%. (Komatsu; Bono e Bazon, (2021).; Webster; Braga e Santos (2020); Teixeira, Guimarães e Echer (2017).; Lewgoy *et al.* (2014).; Andretta, Limberger e Oliveira (2014).; Gavioli *et. al* (2020).; Poton, Soares e Gonçalves (2018).; Vargas *et. al.*, (2018).

Esses dados vão de encontro aos escritos de Capistrano, *et al.*, (2023) tais autores pontuaram que, a média de idade do primeiro contato com as drogas é antes dos 18 anos, sendo que 68,8% tem o primeiro contato com o álcool e 36%, com o tabaco. Um

estudo realizado em 2006, com estudantes do ensino médio destacou que, na maioria das vezes, o primeiro contato com as substâncias psicoativas, ocorre ainda na adolescência e geralmente por influências de membros da família e grupos sociais (Capistrano, et al. 2013). Sousa, *et al.*, (2023) destacaram que, são fatores considerados relevantes e contribuintes para a dependência, experimentar álcool e/ou outras drogas antes dos 13 anos, ter amigos que fazem uso de álcool, utilizam tabaco e/ou drogas na presença do indivíduo.

Nesta mesma perspectiva Canavez, Alves e Canavez (2010), apontaram que, existem inúmeros fatores contribuintes para o consumo precoce de substâncias ainda na adolescência, podendo este, ser compreendido em vários âmbitos como, biológico, individual, familiar, cultural, entre outros. Vale destacar que, conviver em um ambiente que o consumo de substâncias é concebível, torna-se um incentivo para que adolescentes se tornem dependentes cada vez mais cedo (Canavez, Alves e Canavez, 2010).

Behaviorismo Radical: Compreensão do Comportamento Humano

O Behaviorismo correlaciona três níveis importantes que ajudam a compreender melhor como o comportamento é, e como foi moldado ao longo de milhões de anos. O Primeiro nível, é a Filogênese, que refere-se ao histórico evolutivo da espécie. Do ponto

de vista behaviorista, esta envolve os comportamentos básicos que surgiram ao longo da evolução humana para a sobrevivência e adaptação (Cafure, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023 ano; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

Esses comportamentos foram selecionados naturalmente e, por isso, se repetem na espécie. Por exemplo, reações automáticas, como respostas de luta ou fuga, são vistas como comportamentos que foram reforçados por sua importância para a sobrevivência (Cafure, 2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023). Eles se formaram na interação entre o organismo e o ambiente ao longo de muitas gerações, moldando a estrutura biológica básica que predispõe a certas reações e comportamentos (Cafure, 2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

O segundo nível descrito é a ontogênese, referente ao desenvolvimento do comportamento do indivíduo ao longo de sua vida. O comportamento de cada pessoa é moldado pela história de reforços e punições e essa história única cria a gama de comportamentos que o indivíduo apresenta (Cafure, 2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

É na ontogênese que vemos a importância do aprendizado por condicionamento operante e respondente. Cada pessoa é única porque tem um histórico de contingências único, ou seja, uma combinação única de estímulos, reforços e punições que modelaram suas respostas ao ambiente (Cafure,

2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

O terceiro nível de seleção descrito, como contribuinte para emissão e manutenção dos comportamentos humanos é a Cultura, ou ainda, as “práticas culturais”, que se refere-se ao conjunto de práticas e normas sociais que regulam o comportamento dos membros de um grupo. Skinner propôs que a cultura é composta de práticas comportamentais que foram reforçadas em um grupo social e que se mantêm ao longo do tempo (Cafure, 2015). A cultura atua como um contexto que influencia o comportamento ao estabelecer normas e valores compartilhados que guiam as interações sociais (Cafure, 2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

A cultura também serve como um mecanismo de controle, pois estabelece consequências (reforços e punições) para certos comportamentos, incentivando aqueles que são desejáveis no contexto do grupo (Cafure, 2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

Assim, esses três níveis: filogênese, ontogênese e cultura interagem para moldar o comportamento humano. A filogênese oferece uma base biológica que predispõe o organismo a certas respostas; a ontogênese modela o comportamento com base na história de reforços e punições individuais; e a cultura orienta o comportamento em um contexto social compartilhado, fornecendo as regras e normas que mantêm a coesão do grupo (Cafure, 2015).

Para o Behaviorismo Radical, é essa interação entre história evolutiva, experiência individual e práticas culturais que determina a complexidade do comportamento humano grupo (Cafure, 2015; Borloti, Haydu e Machado, 2015; Sousa, Neto e Menezes, 2023).

Behaviorismo: A Compreensão da aquisição e manutenção do comportamento de uso de Alcool e\ou outras drogas.

No caso do uso de substâncias psicoativas, o reforço é muitas vezes imediato e intenso, enquanto as consequências como perda na saúde física, mental, financeira, social e profissional, surgem a médio ou longo prazo. Assim, sob a perspectiva Skinneriana, afirma-se que, quanto mais rápido o sujeito for reforçado (sensações prazerosas), maior será a eficácia do reforço (mais encorajado a repetir o comportamento o indivíduo será) (Cafure, 2015).

Essa diferença no tempo entre o reforço (o prazer ou alívio imediato) e a punição (as consequências negativas que aparecem depois) pode dificultar a extinção do comportamento, pois, com relação a duração do efeito da substância no organismo, quanto menor for o tempo de efeito da droga no organismo, mais substâncias o indivíduo irá consumir, para assim ser reforçado. Vale salientar a função que o uso de droga possui também de, remover ou aliviar uma sensação desagradável,

levando o usuário a repetir o comportamento para evitar o desconforto (reforço negativo) (Cafure, 2015).

Quando um indivíduo faz uso de drogas, geralmente experimenta efeitos que são percebidos como reforçadores, podem ser sentimentos de euforia, alívio de tensão, redução de ansiedade ou mesmo uma sensação de “fuga” de problemas ou emoções difíceis (Borloti, Haydu e Machado, 2015). Esses efeitos imediatos funcionam como reforço positivo e reforço negativo, fortalecendo a repetição do comportamento (Borloti, Haydu e Machado, 2015). No Behaviorismo, o comportamento não é visto como algo intrínseco ou motivado por forças internas, mas sim, como uma resposta aprendida que pode ser modificada ao se alterar o padrão de reforços e punições.

Pela ótica Behaviorista, destaca-se a necessidade de observar o processo de condicionamento operante como responsável tanto pela aquisição quanto pela manutenção de comportamentos (Debert e Benvenuti, 2024). Corroborando tal visão Sousa, Neto e Menezes (2023) afirmaram que, as variáveis das quais um comportamento é função, podem ser observadas em seu ambiente externo, imediato e na história ambiental e que quando identificadas, é possível analisar, prever e controlar o comportamento.

Behaviorismo e os Esquemas de Reforçamento

Os esquemas de reforçamento são formas estruturadas de apresentar o reforço para que um

comportamento seja mantido ou fortalecido (Debert e Benvenuti, 2024). Esses descrevem a frequência e a condição sob a qual o reforço é oferecido, e eles são fundamentais para a formação e manutenção de certos comportamentos (Debert e Benvenuti, 2024). Existem dois tipos principais: esquemas de reforço contínuo e esquemas de reforço intermitente.

No reforço contínuo o comportamento é reforçado toda vez que ocorre (Debert e Benvenuti, 2024). No reforço intermitente o comportamento é reforçado apenas algumas vezes, não em todas as ocorrências do mesmo (Debert e Benvenuti, 2024). Esse esquema é muito importante para manter comportamentos ao longo do tempo e é dividido em quatro subtipos sendo, intervalo fixo o reforço é administrado após um período de tempo fixo, desde à ocorrência do comportamento (Debert e Benvenuti, 2024)

Existe também, o intervalo variável, sendo o reforço fornecido após intervalos de tempo, que variam ao redor de uma média (Debert e Benvenuti, 2024). Nos esquemas de razão fixa o reforço é obtido após um número fixo de respostas (Debert e Benvenuti, 2024) e por fim, em Razão variável, o reforço ocorre após um número variável de respostas, mas com uma média (Debert e Benvenuti, 2024).

Compreender os esquemas de reforçamento, fornece explicação sobre muitos dos comportamentos humanos no cotidiano, sem precisar recorrer a explicações internas ou subjetivas, como motivações ou desejos. O comportamento é sempre função das contingências de

reforço, ou seja, das consequências controladas pelo ambiente mesmo que o comportamento não esteja sendo imediatamente reforçado, esta análise justifica a manutenção do mesmo (Debert e Benvenuti, 2024)

Do ponto de vista do Behaviorismo Radical, o comportamento de uso de substâncias, é como qualquer outro, sendo então, aprendido e mantido por meio das contingências de reforço presentes no ambiente (Debert e Benvenuti, 2024). Ratificando esses achados, Sousa (2021) afirmou que na visão de Skinner, o comportamento humano é um produto composto por um conjunto das contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural da espécie e das contingências de reforço responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, ressaltando em especial contingências mantidas por um ambiente social evoluído.

Os princípios básicos da análise do comportamento, permitem mais reflexões sobre o tema da presente pesquisa. Como anteriormente descrito, o reforço positivo tem papel fundamental na manutenção do comportar-se, e no início do uso, as drogas geralmente produzem sensações intensas de prazer, euforia ou relaxamento, que atuam reforçando de imediato o comportamento e tornando o uso da substância mais provável em ocasiões futuras (Sobral, 2022; Britto et al., 2012). O comportamento de usar drogas se fortalece à medida que a pessoa associa essa experiência a uma consequência agradável (Sobral, 2022).

Em muitos casos, as pessoas usam drogas para evitar ou aliviar sensações desconfortáveis, tais como, ansiedade, estresse ou sofrimento psíquico (Sobral, 2022; Britto et al., 2012). Esse alívio de sentimentos negativos é uma consequência que também aumenta a probabilidade de emissão futura do comportamento, funcionando como um reforço negativo, pois ao reduzir ou eliminar uma condição aversiva, a pessoa repetirá o comportamento de usar drogas para fugir novamente dessas sensações (Sobral, 2022; Britto et al. 2012).

Com o tempo, o efeito do uso de álcool e/ou outras drogas pode não ser mais tão reforçador positivo para o indivíduo, mas o comportamento de uso ainda persiste, em função dos esquemas de reforçamento anteriormente descritos, por exemplo, o que mantém o comportamento, pode ser o esquema de razão variável, onde a pessoa continua usando a substância na expectativa de experimentar o efeito positivo inicial novamente, ainda que isso ocorra de forma imprevisível (Sobral, 2022; Britto et al. 2012). Esse tipo de esquema de reforço é especialmente resistente à extinção e explica a persistência do comportamento, mesmo quando os efeitos positivos se tornam menos frequentes (Sobral, 2022; Britto et al. 2012).

Além dos efeitos diretos das substâncias psicoativas, o ambiente do usuário pode reforçar o comportamento de dependência (Sobral, 2022; Britto et al. 2012). Grupos sociais, lugares específicos e até mesmo horários podem servir como estímulos discriminativos que evocam o comportamento de uso,

pois a pessoa associa esses contextos ao acesso ou ao uso das substâncias efetuado anteriormente (Sobral, 2022; Britto *et al.* 2012). Por exemplo, se um indivíduo frequentemente utiliza drogas em festas, a exposição a um contexto de festas pode aumentar a probabilidade de ele consumir substâncias. Assim, o comportamento de uso de substâncias sob a ótica do Behaviorismo Radical, é o resultado de um ciclo de reforços que pode ser interrompido com a manipulação adequada das contingências ambientais, redirecionando o comportamento para respostas mais adaptativas (Sobral, 2022; Britto *et al.* 2012).

Faz-se fundamental destacar que, a dependência química, enquanto um transtorno complexo, não se limita a descrição até aqui realizada, contudo, pode ser parcialmente compreendida pelos comportamentos de uso, estes passíveis de modificação, através de um rearranjo de contingências.

Considerações Finais

A presente pesquisa investigou os fatores sociodemográficos e psicossociais associados ao transtorno por uso de substâncias, álcool e/ou outras drogas, e permitiu uma análise aprofundada acerca dos múltiplos aspectos que influenciam o desenvolvimento e manutenção desse transtorno. Foi possível compreender que a dependência química vai além do consumo abusivo de substâncias, trata-se de

um transtorno crônico com condições complexas que envolve fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Os achados evidenciaram que o uso de álcool e\ou outras drogas levam o indivíduo a ter sérios prejuízos, como dependência, comorbidades associadas, rompimento de vínculos familiares, exclusão social, etc., além de ocasionar sobrecarga nos sistemas de saúde e segurança pública. Mesmo diante de tantos prejuízos, que em alguns casos são irreparáveis, observou-se que o percentual de usuários de substâncias psicoativas aumenta ao longo dos anos. Os resultados indicam que o Transtorno por uso de substâncias deve ser tratado como um fenômeno de múltiplas camadas a serem estudadas e que exige abordagens integradas e interdisciplinares.

Vale ressaltar a importância de intervenções psicossociais personalizadas, aliadas a políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e estruturais, e que são fundamentais para prevenir e tratar efetivamente o transtorno. Assim, espera-se que este estudo contribua para fomentar reflexões e estratégias mais eficazes no campo da psicologia e das ciências sociais, favorecendo o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde mental e da equidade social.

Por fim, é essencial reconhecer que o conhecimento é dinâmico e está em constante evolução. Portanto, acredita-se que novas pesquisas aprofundem e ampliem os achados aqui apresentados, fortalecendo ainda mais o campo de estudo e sua relevância na sociedade.

Referências

ALVES, H.; KESSLER, F.; RATTO, L. R. C.. **Comorbidade: uso de álcool e outros transtornos psiquiátricos**. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 26, p. 51–53, maio 2004.

André Luiz de Souza. **O mundo sob a pele: Eventos mentais de acordo com o behaviorismo radical de B. F. Skinner e o interbehaviorismo de J. R. Kantor**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2021.

BENINCASA, Miria; TAVARES, Ana Luiza; BARBOSA, Vivian Miucha Moura; LAJARA, Mayara de Paula; REZENDE, Manuel Morgado; HELENO, Maria Geralda Viana; CUSTÓDIO, Eda Marconi. **A influência das relações e o uso de álcool por adolescentes**. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), São Paulo, Brasil, v. 14, n. 1, p. 5–11, 2018.

Bizarro, Lisiane, Ana Carolina Peuker, and Alcyr Oliveira. **Álcool: uso, abuso e dependência**. Ed. Casa do Psicólogo. 2013 p. 93-118.

BORGES, C. D.; RIBEIRO SCHNEIDER, D. Vulnerabilidade, família e o uso de drogas: uma revisão integrativa de literatura. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 9–34, 2021. DOI: 10.23925/2594-3871.2021v30i1p9-34.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas**. Atualizado em 3 nov. 2022.

Bruna Lemes Cafure. **Uma visão analítico-comportamental do uso de cocaína**. Mato Grosso do Sul. 2016.

CANAVEZ, Márcia Figueira; ALVES, Alisson Rubson; CANAVEZ, Luciano Simões. **Fatores Predisponentes Para**

O Uso Precoce De Drogas Por Adolescentes. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, v. 5, n. 14, p. 57-63, 2017. DOI: 10.47385/cadunifoa.v5.n14.1021.

CAPISTRANO, F. C. et al. **Perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos em tratamento: análise de prontuários.** Escola Anna Nery, v. 17, n. 2, p. 234-241, abr. 2013.

DALGALARRONDO, P. Transtorno devidos ou relacionados a substâncias e comportamentos aditivos. In: DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos transtornos Mentais.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. p. 398-406.

DE SOUSA, Júlia Milhomens; NETO, Marcus Bentes de Carvalho; MENEZES, Aline Beckmann de Castro. **Algumas Contribuições de B. F. Skinner e Z. Y. Kuo para o debate “inato” versus “aprendido”.** Revista Brasileira de Análise do Comportamento, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2023. ISSN 2526-6551.

DEBERT, Paula; BENVENUTI, Marcelo. **Aquisição e Manutenção do Comportamento Operante.** Revista Brasileira de Análise do Comportamento, [S.l.], v. 20, jul. 2024. ISSN 2526-6551.

Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz. **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas mostra o consumo de álcool crescente e desigual pela população brasileira.**

Ilma A. Goulart de Souza Britto, André Luiz Goulart de Souza Britto, Júlio Cesar Alves, Natanael Ribeiro de Sousa. **Sobre o comportamento de consumir e depender de substâncias.** Revista de Teologia da Faculdade FAIFA Vol. 4 N° 1. 2012.

João Claudio Todorov. **A Psicologia com Estudo de Interações.** Instituto Walden4. Brasília. 2012.

MARANGONI, S. R.; OLIVEIRA, M. L. F. DE .. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 3, p. 662-670, jul. 2013.

O livro da psicologia. **O comportamento é moldado por reforços positivos e negativos**. Tradução: Clara M. Hermeto, Ana Luisa Martins. 2. Ed. São Paul. Globo livros. 2016. 58 á 85 p.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. **Abuso de substâncias**. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE OPAS . **A carga dos transtornos por uso de drogas**. 2019.

Relatório Mundial sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **Número de pessoas que usaram drogas em 2020 é 26% maior do que em 2010**. 2022.

Silva, Camila & Silva, Adeilson & Pachú, Clésia. (2021). **Consumo de drogas e rendimento escolar: uma revisão integrativa**. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218. 2. e211965. 10.47820/recima21.v2i11.965.

SILVA, M. L. da; NIZO, B. D. Di; SILVA, N. R. da. **Impactos do uso de substâncias psicoativas na vida profissional do dependente químico**. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 14, n. 2, p. 138-147, mai./ago. 2023.

Sobral, Fábio. **Dependência de drogas sob a perspectiva do comportamento operante**. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar. 2022..

Sousa, Maria das Graças de Melo et al. **Fatores associados ao policonsumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas: Pesquisa**

Nacional de Saúde do Escolar 2019. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 29, n. 5.2023.

Takahara, Andressa & de Oliveira Furino, Vanessa & Marques, Ana & Zerbetto, Sonia & Furino, Fernanda. (2017). **RELAÇÕES FAMILIARES, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. REVISTA DE APS (ONLINE).** 20. 434-443,.10.34019/1809-8363. 2017.v20.15999.

OLIVEIRA, LANNUZYA VERÍSSIMO E et al. **Muros (in) visíveis: reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no Brasil.** Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. v. 29, n. 04 [Acessado 26 Fevereiro 2025] , e290411.

Vasconcelos, K. E. L., & Schmaller, V. P. V. (2014). (Nova) promoção da saúde: configurações no debate do serviço social. *Emancipação*, 14(1), 129-146.



OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ingrid Lima Batista e Marina Rodrigues Bighetti Godoy

Introdução

O abuso sexual de crianças e adolescentes é uma triste realidade que afeta inúmeras vítimas em todo o país, ocorrendo de maneira velada e disfarçada. É uma violência que não faz distinção de sexo, nível social, econômico, religioso ou cultural. Caracterizado por um ato ou prática sexual que pode acontecer em relacionamentos heterossexuais ou homossexuais, envolvendo um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, com a intenção de provocar atração sexual na criança ou adolescente, ou de usá-la para obter satisfação sexual para si ou para outra pessoa (Cruz et al, 2021).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a violência sexual é vista como uma violação dos direitos fundamentais, comprometendo a liberdade, o respeito e a dignidade do indivíduo. Este fenômeno abominável não apenas viola os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, mas também deixa cicatrizes emocionais e psicológicas que podem perdurar por toda a vida. O abuso sexual é uma forma de violência que não reconhece fronteiras

e pode ocorrer em qualquer contexto, seja no âmbito familiar, escolar ou comunitário (Brasil, 1990).

Suas consequências são devastadoras, as quais essas vítimas correm o risco de desenvolverem patologias graves que afetam seu desenvolvimento psicológico, emocional e sexual (Romaro; Capitão, 2007). A saúde mental é apontada como a principal variável afetada pela violência sexual, deixando marcas no desenvolvimento das vítimas (Fontes, 2017).

De acordo com Oliveira et al. (2020), os efeitos do abuso sexual apresentam diferentes níveis de gravidade, as quais variam conforme determinadas condições ou características de cada indivíduo. Entre esses fatores estão: a idade da criança no momento em que a violência começou; a duração e a frequência das ocorrências de abuso; o nível de violência empregado durante a situação; a diferença de idade entre o agressor e a vítima; a existência de um vínculo entre eles; e a presença de ameaças (violência psicológica) caso o abuso seja tornado público.

Uma das formas mais comuns de abuso sexual é o incesto, que, frequentemente, ocorre de forma prolongada e é praticado com o conhecimento e conivência de outros membros da família; esta forma causa danos psíquicos extremamente graves às vítimas. Estudos indicam que quanto mais próximo o relacionamento com o agressor e quanto mais velha a criança, maior é o impacto do abuso e mais desafiador se torna o tratamento das suas consequências (Cruz et al, 2021).

Os impactos psicológicos do abuso sexual no desenvolvimento das vítimas são vastos e profundamente perturbadores. Ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, baixa autoestima, dificuldades de relacionamento e disfunções sexuais são apenas algumas das consequências comuns enfrentadas por aqueles que sofreram abuso. Deste modo, pode-se perceber que essa violência, na maioria das vezes, causa danos irreparáveis ao sujeito, e por isso mesmo, faz-se necessário debater mais sobre o assunto, esclarecer aspectos e formas de combate.

Assim, é preciso refletir sobre as possibilidades de diminuir esses impactos e prejuízos causados no desenvolvimento global da criança e do adolescente, bem como o sofrimento psíquico, para isso é necessário primeiro falar sobre o assunto com os profissionais que atuam nesses casos. Contudo, esta pesquisa tem como finalidade investigar quais são esses impactos psicológicos que podem desencadear em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e como isso afeta no seu desenvolvimento como um todo.

Métodos

O presente estudo empregou uma abordagem metodológica qualitativa,. Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada uma revisão bibliográfica com abordagem narrativa, a fim de compilar e analisar estudos prévios sobre o tema. A pesquisa foi realizada entre os meses de março a novembro de 2024.

A seleção dos artigos foi realizada por meio de buscas em bases de dados acadêmicas, tais como *PubMed*, *APA PsycINFO*, *Scopus*, *Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS)*, a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, os *Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic)* e a ferramenta de buscas *Google Acadêmico*, utilizando termos de busca específicos relacionados ao abuso sexual em crianças e adolescentes e seus impactos psicológicos. As palavras-chave utilizadas foram “Abuso sexual infantil”, “Saúde mental”, “Estresse psicológico” e “Rede de proteção”.

Para uma melhor análise dos materiais pesquisados foram considerados alguns critérios como: (1) ser artigo na Língua Portuguesa; (2) abordar o abuso sexual em crianças e adolescentes como tema principal; (3) investigar os impactos psicológicos do abuso sexual, incluindo aspectos como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, autoestima, relacionamentos interpessoais e disfunções sexuais; (4) apresentar resultados relevantes para a compreensão dos efeitos do abuso sexual no desenvolvimento psicológico das vítimas.

Inicialmente, foram encontrados 84 artigos, manuais, teses, dissertações, livros, e após aplicar os critérios de inclusão, permaneceram apenas 30 textos a serem analisados na íntegra.

Os dados extraídos dos estudos selecionados foram analisados de forma sistemática, utilizando técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, tendências e lacunas na literatura existente.

Tipos e definições do abuso sexual contra crianças e adolescentes

Para Dumet (2020) nos últimos anos muito se tem falado em abuso sexual, porém não se tem clara sua definição conceitual.

O abuso sexual infantil, além de ser uma das formas mais graves de violência contra crianças e adolescentes, caracteriza-se por sua heterogeneidade. As tipologias dos abusos e abusadores ajudam a compreender os diferentes aspectos dessa problemática, contribuindo para intervenções mais eficazes e personalizadas (Vieira, 2010).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a violência é:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2016, p.16).

Entre os diversos tipos de violência e grupos afetados, este trabalho enfoca especificamente a violência sexual, com atenção especial ao público infanto-juvenil. A infância é uma etapa crucial da vida, marcada pelo intenso desenvolvimento físico e emocional e pela formação do autoconhecimento e autoestima, que quando ocorrem negligências ou experiências de violência nesse período, resulta no comprometimento do desenvolvimento saudável da

criança, gerando impactos que podem perdurar por longo período (Treves, 2017).

O abuso sexual é definido como ações de cunho sexual que, por causarem danos físicos e psicológicos à vítima, violam direitos e garantias individuais, como a liberdade, o respeito e a dignidade, assegurados pela Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Na maior parte dos casos, o agressor é uma pessoa conhecida da vítima, como familiares, vizinhos ou amigos da família (Childhood, 2019).

O abuso sexual no contexto intrafamiliar, acontece dentro do próprio lar e geralmente é praticado por um membro que convive com a vítima, e tem sua confiança. Habitualmente, dura um prolongado período, podendo outros familiares ter o conhecimento da violência e ainda assim permanecerem omissos. Os agressores são, em sua maioria, do sexo masculino, como: pais, padrastos, avôs, tios, entre outros (Azevedo; Guerra, 2005).

Esse tipo de abuso sexual é chamado de intrafamiliar é uma das formas mais comuns de abuso sexual, causando frequentemente graves consequências psicológicas para as vítimas (Florentino, 2015).

Outro tipo de abuso sexual é o que acontece no contexto extrafamiliar, nesse caso os abusadores normalmente são fora das relações familiares, ou seja, esse tipo de violência é, em geral, praticado por um adulto que não possui vínculo parental com a vítima, podendo ser uma pessoa conhecida ou não pela família (Antoni et al. 2011). O abuso extrafamiliar frequentemente envolve indivíduos que possuem uma preferência sexual persistente por crianças e utilizam

estratégias de manipulação emocional para estabelecer confiança antes de cometer os atos abusivos (Conselho Federal de Psicologia, 2009).

Essas distinções evidenciam que, independentemente do contexto, o abuso sexual é um ato de extrema crueldade e poder, afetando profundamente o desenvolvimento emocional, psicológico e social das vítimas (Corte et al., 2008; Azevedo et al., 2005).

Childhood (2019) ressalta que os abusos sexuais podem se expressar de diversas maneiras, nem sempre envolvendo contato físico como o toque, a relação sexual, sexo oral, entre outros, mas com a manifestação do assédio sexual, que engloba comportamentos indesejados de caráter sexual, seja de forma verbal ou não verbal, com falas erotizadas para despertar interesse na criança ou adolescente; exibicionismo, que é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar diante da vítima; voyeurismo, que consiste em observar atos sexuais ou órgãos genitais de outras pessoas; e, por fim, a exibição de materiais pornográficos.

Após compreender os diferentes tipos de expressões de abuso sexual, no próximo tópico serão abordados os impactos psicológicos que o abuso causa nas vítimas, tendo como principal foco deste trabalho.

Impactos Psicológicos a Curto e Longo Prazo

O abuso sexual é uma das violências mais danosas e seus impactos podem ocorrer em curto ou longo prazo.

Embora nem sempre deixe marcas físicas, o abuso sexual resulta em sequelas emocionais e psíquicas profundas, que podem acompanhar as vítimas pelo longo da vida, considerando que quanto mais frequente e demorado o abuso sexual, maiores serão os impactos, corroborando para o aparecimento de sentimentos negativos como medo, tristeza e apreensão (Cruz et al., 2021).

Conforme citado por Siebra (2019), essas consequências frequentemente afetam as relações afetivas e desencadeiam problemas emocionais, cognitivos e sociais, que podem se manifestar em diferentes formas e intensidade por tratar-se de uma criança que ainda não apresenta desenvolvimento cognitivo para identificar o abuso ou, ainda, formas de se proteger.

Ao considerar os impactos do abuso sexual, fatores como idade da criança, duração e frequência dos abusos, uso de violência ou ameaças pelo agressor, o grau de parentesco entre vítima e abusador e a atitude da família ou responsáveis de ignorar ou negar o abuso, influenciam na gravidade das consequências para a criança, que podem perdurar até a vida adulta (Siebra et al., 2019; Krindges, Macedo & Habigzang, 2016).

Entre os impactos psicológicos mais comuns estão os transtornos de ansiedade e depressão, que frequentemente surgem como resposta ao medo e à insegurança que a experiência traumática provoca (Abreu & Moraes, 2019).

De acordo com Costa e Lima (2018), “a sensação de medo constante e a hipervigilância são características

frequentes nas vítimas, que podem passar a interpretar o mundo como um lugar perigoso e ameaçador” (p. 65). Esse estado de alerta constante pode levar ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade generalizada e fobias específicas, dificultando a vida cotidiana dessas crianças (Costa e Lima, 2018).

Além da ansiedade, a depressão também é uma consequência comum em vítimas de abuso sexual, manifestando-se por sentimentos profundos de tristeza, desesperança e baixa autoestima (Cruz et al., 2021). Em casos mais graves, esses sentimentos podem evoluir para pensamentos suicidas ou até mesmo tentativas de suicídio. Como observado por Cruz et al. (2021), vítimas de abuso sexual na infância frequentemente apresentam sintomas de depressão, que podem ser acompanhados por autolesões, como forma de lidar com a dor emocional intensa.

Oliveira et al. (2020) também reforçam que o impacto psicológico do abuso sexual pode levar ao desenvolvimento de transtornos graves, incluindo o comportamento de automutilação, que é caracterizada por lesões autoprovocadas como cortes ou queimaduras. Esses comportamentos aparecem como uma tentativa de aliviar o sofrimento, servindo como uma válvula de escape para as emoções reprimidas (Santos; Ponte; Silva, 2021).

Esses comportamentos autodestrutivos, combinados ao uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, representam tentativas das vítimas de aliviar o sofrimento. O ciclo de autolesão tende a se intensificar

conforme a vítima se sente presa em uma espiral de dor e isolamento, muitas vezes resultando em um quadro clínico complexo que exige intervenção terapêutica (Scobernatti & Nardi, 2021).

Segundo Batista et al. (2022), a baixa autoestima e o sentimento de culpa também são impactos recorrentes entre as vítimas, levando-as a internalizar a responsabilidade pelo abuso. Essa internalização aprofunda o quadro depressivo e perpetua a sensação de desamparo, complicando o processo de recuperação (Batista et al., 2022). Sentimentos de vergonha e culpa distorcem a autopercepção e podem levar à crença equivocada de que a vítima é, de alguma forma, culpada pelo ocorrido (Scobernatti & Nardi, 2021).

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é outra consequência comumente associada ao abuso sexual na infância e adolescência. Conforme relatado por Cruz et al. (2021), crianças que sofreram abuso podem reviver o trauma por meio de flashbacks, pesadelos e intensas reações emocionais ao serem expostas a gatilhos que remetam ao abuso. Santos, Ponte e Silva (2021) observam que esses sintomas podem afetar profundamente o desenvolvimento emocional e social das vítimas, resultando em um quadro de sofrimento prolongado e dificuldade de recuperação. Além disso, Oliveira et al. (2020) ressaltam que o TEPT em crianças abusadas tende a ser mais intenso, o que dificulta o enfrentamento e a superação do trauma.

O impacto do abuso sexual na vítima também compromete a capacidade de estabelecer e manter

relacionamentos saudáveis na vida adulta, uma vez que a desconfiança e a dificuldade em confiar nas pessoas são características comuns decorrentes do trauma (Batista et al., 2022). A dificuldade em estabelecer relacionamentos seguros e evitar vínculos ou desenvolver padrões de apego inseguro prejudica a qualidade de vida e o bem-estar emocional das vítimas (Batista et al., 2022).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2014), o sofrimento psicológico decorrente de um evento traumático pode variar substancialmente, com sintomas que vão desde ansiedade e medo até manifestações de raiva, agressividade e dissociação.

Diante do exposto, é evidente que o abuso sexual deixa marcas profundas no indivíduo, que acabam influenciando diversos aspectos de sua vida e gerando prejuízos muitas vezes irreparáveis, que, no melhor cenário, poderão apenas ser atenuados. Essas lacunas emocionais e psíquicas, que se abrem em alguém que sofreu tipo de violência, especialmente por seu caráter furtivo, se tornam um ambiente propício à revitimização e ao autoflagelo, que em razão dos traumas, tendem a perdurar por toda a vida (SIEBRA et al., 2019).

A dimensão da violência sexual no Brasil

Nos primeiros cinco meses de 2022, segundo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

(ONDH), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), registrou um total de 7.447 denúncias de estupro. Das vítimas, 5.881 são crianças ou adolescentes o que corresponde a quase 79% das denúncias. Os dados também apontaram que em 8.494 dos casos, a vítima e o suspeito moravam na mesma residência. Outros 3.330 casos aconteceram na casa da vítima e 3.098 na casa do suspeito. É válido salientar que no Brasil ainda não há dados confiáveis sobre a prevalência do abuso sexual, portanto, tais registro não representam a total realidade dos casos de notificação no país (Schaeffer et al., 2018).

Políticas Públicas de Proteção e Apoio a Crianças e Adolescentes.

Para garantir uma rede de proteção eficiente e eficaz para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, é necessária a implementação de políticas públicas que articulem ações coordenadas e promovam um atendimento integral e humanizado. Conforme Maia et al. (2020), a criação de mecanismos funcionais, protocolos de escuta adequados, ambientes acolhedores e a capacitação de profissionais são passos essenciais para evitar a revitimização e garantir que os serviços de proteção atuem de maneira integrada.

A Lei nº 13.431/2017 em seu Artigo 14, estabelece diretrizes fundamentais para a articulação das políticas públicas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde. Essas

diretrizes incluem a avaliação das necessidades da vítima, capacitação interdisciplinar contínua, planejamento coordenado, celeridade no atendimento e monitoramento das ações (Brasil, 2017). Essa lei reforça a necessidade de minimizar intervenções traumáticas e priorizar a proteção integral das vítimas, conforme descrito.

A definição de rede proposta por Duarte e Klaus (2008) a descreve como uma estrutura social formada por organizações que se conectam por objetivos comuns, possibilitando uma comunicação fluida e troca de informações essenciais para o suporte às vítimas. Essa interligação é necessária para que as intervenções aconteçam de maneira contínua e eficiente.

Com base nisso, políticas públicas que integrem os serviços de saúde, educação, segurança e justiça são fundamentais para fortalecer a rede de proteção. De acordo com Pietro, Yunes e Lima (2014), é necessário que os profissionais desses setores estejam capacitados para trabalhar de forma articulada, com o objetivo de evitar a revitimização da criança ou adolescente durante o processo de denúncia e atendimento. A formação contínua de profissionais é essencial, visto que a legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2017), exige que a notificação de casos de abuso seja feita de maneira eficiente, e as equipes envolvidas precisam estar preparadas para lidar com os aspectos emocionais e jurídicos desses casos.

Após uma notificação de violência, é dever do órgão receptor garantir o acolhimento e realizar os

encaminhamentos necessário, caso algum serviço específico não esteja disponível, a articulação com outras instituições deve garantir o atendimento adequado, evitando lacunas que comprometam a proteção das crianças e adolescentes (Maia et al., 2020). Além disso, é essencial que a rede de proteção busque interromper o ciclo de violência e ofereça suporte para a superação de traumas, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, indispensáveis ao desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes (Oliveira, 2015).

Além disso, a análise de fatores sociais como a pobreza, o desemprego e o uso de drogas também devem ser considerados nas políticas públicas de prevenção ao abuso sexual (Habigzang et al., 2005). Embora a violência sexual não se restrinja a grupos de risco como a pobreza extrema, esses fatores podem aumentar a vulnerabilidade das vítimas, e é essencial que as políticas públicas também ofereçam suporte para lidar com essas questões de forma integrada e eficaz.

Outro aspecto crucial a ser considerado são os fatores de risco, que devem orientar a formulação de políticas públicas. Da Silva e Roncalli (2018) destacam que muitas mães permanecem em silêncio por medo de perder o cônjuge, pois, além de laços afetivos, pode haver dependência financeira, já que em muitos casos o parceiro é o provedor da família, além do medo de sofrer violência do próprio companheiro, o que contribui para a omissão. Nesse contexto, a criança também se cala, temendo que ninguém irá acreditar no seu relato.

Além disso, o avanço tecnológico traz novos riscos, como o aliciamento e a exploração sexual online. A UNICEF (2020) enfatiza que a combinação de estratégias de prevenção online e offline é fundamental para combater o abuso sexual infantil de maneira mais eficaz, afirma ainda que muitas vezes facilitado pelas redes digitais, esse tipo de violência geralmente tem suas raízes em dinâmicas familiares.

Assim, faz-se imprescindível a atuação conjunta da rede de proteção de cada município, tanto nas áreas da saúde, assistência social, Conselho Tutelar, educação, entre outras, na qual devem proporcionar o conhecimento crescente, através de estudos e pesquisas do fenômeno da violência para que os direitos da criança e do adolescente sejam garantidos e as orientações de procedimentos e de apoio sejam realizadas de maneira satisfatória (Oliveira, 2015).

Por fim, Camila Nunes Oliveira afirma que deve ocorrer o mapeamento e organização dos serviços, das ações, fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos, integralização de programas, projetos, serviços e ações que direta e indiretamente têm relação com o enfrentamento da violência.

Intervenções Psicológicas

A intervenção psicológica desempenha um papel crucial no processo de cuidado e proteção de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, com o objetivo

de promover o acolhimento, a recuperação emocional e a garantia de seus direitos. De acordo com a Comissão de Psicologia Jurídica (2021), a atuação dos psicólogos deve ser articulada com outras áreas e campos de conhecimento, integrando-se à rede de proteção de forma dinâmica e colaborativa. Essa articulação visa evitar a revitimização e a violência institucional, garantindo, assim, o atendimento integral à vítima.

A Comissão de Psicologia Jurídica (2021) também enfatiza que o foco da atuação psicológica deve ser a garantia da proteção integral das crianças e adolescentes vítimas de abuso, independentemente do contexto ou local em que ocorra a intervenção. Para que essa intervenção seja eficaz, é essencial a qualificação e capacitação contínua dos profissionais, a fim de proporcionar um acolhimento empático e eficaz. Além disso, é necessário que a rede de atenção seja intercomunicativa e democrática, fortalecendo a integração entre os serviços e os profissionais envolvidos no cuidado da vítima, como sublinha a Comissão de Psicologia Jurídica (2021).

Fernandes et al. (2022) ressaltam que, além de se dedicar ao atendimento das vítimas, é fundamental oferecer um olhar atento e empático também aos familiares, que frequentemente carregam o peso da culpabilidade pela violência sofrida pela criança ou adolescente. A atuação psicológica, portanto, deve incluir o acolhimento dos sentimentos dos cuidadores, a análise dos problemas enfrentados pela família

e o fortalecimento das redes de apoio disponíveis (Fernandes et al. 2022).

Portanto, a intervenção psicológica, como enfatizado pela Comissão de Psicologia Jurídica (2021) e por Fernandes et al. (2022), é fundamental para o acompanhamento da saúde emocional de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Essa intervenção deve ser realizada de forma integrada e colaborativa, atendendo às necessidades das vítimas e das suas famílias, e garantindo uma resposta eficaz, sensível e humanizada no enfrentamento dessa violência.

Por fim, Eloy (2017) afirma que a posição da psicologia frente ao abuso sexual infantil é reconhecer a criança e o seu discurso e oferecer a ela condições adequadas para projetar suas ideias, sentimentos e percepções. A psicologia possui um olhar diferenciado dos demais profissionais que irão acompanhar a criança por todo processo jurídico e de recuperação após o trauma.

Considerações Finais

Com base nas pesquisas realizadas foi possível observar como o abuso sexual pode gerar impactos psicológicos duradouros, muitas vezes irreparáveis, para as vítimas. O presente estudo revelou como essa violência pode desencadear transtornos psicológicos grave, como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, baixa autoestima e dificuldades de relacionamento, tais impactos podem

persistir a longo prazo. Apesar da relevância do tema, foi constatada a limitação de materiais acadêmicos recentes, que abordem de forma detalhada os impactos psicológicos do abuso sexual, em alguns aspectos foi necessário recorrer a artigos com mais de 10 anos. Essa escolha metodológica foi feita com classificações, buscando garantir a consistência e a relevância das informações utilizadas. Ainda assim, essa lacuna na literatura atual reflete a urgência de novos estudos que aprofundem o entendimento sobre os efeitos psicológicos da violência sexual, considerando o aprofundamento do tema trabalhado.

A pesquisa realizada reforça a necessidade de priorizar a capacitação de profissionais da rede para que possam trabalhar o combate e a prevenção a fim de diminuir os danos psicológicos causados pelo abuso sexual. É essencial que sejam desenvolvidos programas de intervenção psicológica de longo prazo, que proporcionem suporte emocional às vítimas, promovendo a superação do trauma. Além disso, o fortalecimento das redes de proteção e a capacitação contínua dos profissionais envolvidos são fundamentais para evitar a revitimização e garantir um atendimento integral e humanizado. É importante frisar, que a implementação de políticas públicas eficazes, aliadas a campanhas de conscientização e estratégias preventivas, pode não apenas reduzir os índices de abuso sexual, mas também minimizar os impactos psicológicos sobre as vítimas. É necessário investir em ações que promovam a escuta ativa, o acolhimento e a

empatia, valorizando a individualidade e o discurso das crianças e adolescentes afetados.

Podemos concluir, portanto, que os impactos psicológicos do abuso sexual infantil não podem ser subestimados. Este estudo ressalta a importância de considerar a gravidade desses efeitos e agir de maneira assertiva para combatê-los. Por fim, como discutido neste trabalho, a violência sexual é uma realidade complexa que exige respostas igualmente estruturadas e integradas, envolvendo profissionais capacitados, políticas públicas efetivas e o engajamento ativo da sociedade. Foi possível analisar que o abuso sexual trás sim inumeros impactos psicologicos, por isso se faz necessário o debate sobre ele e a discussão com os profissionais da rede, visando promover politicas de proteção integral a crianças e adolescentes que garantem seu desenvolvimento saudável e sem danos, permitindo a construção de uma rede de apoio que previna novas violências e garanta essas vítimas um futuro seguro e sem danos.

Referências

ABREU, M.; MORAES, F. Consequências Psicológicas do Abuso Sexual Infantil. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 34, n. 2, p. 112-130, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION- APA: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. v. 5.

ANTONI, C.; *et al.* Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de psicologia**, Campinas, jan. 2011. v. 28, n. 1 p. 97-106.

AZEVEDO, *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, 2005, v. 21, n. 3, p. 341-348.

AZEVEDO, M.; GUERRA, V. N. A. Pele de asno não é só história. Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. 1ªed. São Paulo: Rocca, 1998. 151p.

BATISTA, M. K. B.; GOMES, W. S.; VILLACORTA, J. A. M. Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife. **Saúde Debate**, v. 46, n. especial 5, p. 208-220, dez. 2022.

BRASIL. Lei nº. 13.431 de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência [...]. Brasília-DF: Senado, 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de referências técnicas em psicologia e políticas públicas-CREPOP. Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família. Brasília: CFP, 2009.

CORTE, F. D. *et al.* Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 21, n. 2. Porto Alegre, 2008.

COSTA, R.; LIMA, S. O impacto do abuso sexual na saúde mental de crianças. **Psicologia em Estudo**, v. 45, n. 3, p. 55-70, 2018.

CRUZ, M. A. *et al.* Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde**

Coletiva, v. 26, n. 4, p. 1369-1380, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>.

FERNANDES, L. K. et al. Vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente. **Rev. Port. Saúde e Sociedade**, [s.l.], p. 1328-1339, 2020.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**. V.27, n. 2, pp.139-144, jun. 2015. ISSN 1984-0292.

FONTES, L.F. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.9, p.2919, 2017.

HABIGZANG, L. F. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.21, n.3, p.341-48. Brasília. Set/dez. 2005.

MAIA, F. O.; REDIVO, L. A.; EIDT, H. B. Violência contra crianças e adolescentes: tecendo a rede de proteção integral. 2020.

OLIVEIRA, et al. Abuso sexual infantil. **Monumenta**, v. 1, n. 1, p. 35-44, maio 2020.

OLIVEIRA, C. N. A rede de proteção a crianças e adolescentes: finalidades e possibilidades. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2015.

PIETRO, A. T.; YUNES, M. A. M.; LIMA, E. D. Programa de intervenção psicoeducacional para professores: A escola como espaço de proteção em casos de abuso sexual. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. LOCAL v. 13, n. 1, p. 1-17, MÊS 2014.

ROMARO, R. A.; CAPITÃO, C. G. As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2007. 264p.

SANTOS, E.; OLIVEIRA, L. A depressão como consequência do abuso sexual infantil. **Revista de Psicologia Clínica**, v. 19, n. 4, p. 75-85, 2020.

SANTOS, G. R.; PONTE, A. S.; SILVA, T. F. Abuso sexual infantil: impacto no comportamento da criança e perspectivas para a Terapia Ocupacional. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 2, Sup., 2021.

SCOBERNATTI, G.; NARDI, H. C. Os usos do abuso sexual. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, e228632, 2021.

SILVA, R. S.; GONÇALVES, M. A ocorrência de transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes abusados sexualmente. **Uniciências**, v. 19, n. 1, p. 72-78, 2015.

UNICEF. Situação da infância brasileira. **Editorial UNICEF**: Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, S. M. A. Ofensores sexuais: Das crenças ao estilo de pensamento. 2010. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 221p.